

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BRUNA CORADINI NADER ADAM

**MUDANÇA INSTITUCIONAL ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO
ENDÓGENO: UMA ANÁLISE EM SISTEMAS PECUÁRIOS DA BACIA DO RIO
IBIRAPUITÃ - RS**

**Sant'Ana do Livramento – RS
2020**

BRUNA CORADINI NADER ADAM

**MUDANÇA INSTITUCIONAL ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO
ENDÓGENO: UMA ANÁLISE EM SISTEMAS PECUÁRIOS DA BACIA DO RIO
IBIRAPUITÃ - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organização e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana

**Sant'Ana do Livramento – RS
2020**

BRUNA CORADINI NADER ADAM

**MUDANÇA INSTITUCIONAL ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO
ENDÓGENO: UMA ANÁLISE EM SISTEMAS PECUÁRIOS DA BACIA DO RIO
IBIRAPUITÃ - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organização e Desenvolvimento.

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana
Orientador
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Débora Nayar Hoff
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Alessandra Troian
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Prof. Dr. Vicente Celestino Pires Silveira
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, agradeço o exemplo, o suporte e a liberdade, fatores fundamentais para que eu pudesse traçar a minha caminhada até aqui. E por respeitarem as minhas escolhas, ainda que, muitas vezes, pouco compreendidas.

Ao meu irmão, obrigada pela cumplicidade e pela alegria que trás aos meus dias. À querida Laura, agradeço todo o carinho e atenção, especialmente nos momentos mais tensos.

Ao Daniel, agradeço o apoio incondicional, a dedicação ao nosso casamento, a compreensão em diversas noites e finais de semana em que estive ausente, e as discussões (filosóficas) quase que diárias sobre a vida, escolhas, valores, sustentabilidade, oftalmologia, instituições e desenvolvimento endógeno.

À minha amiga Andressa por me instigar a investir na carreira acadêmica, por ter me auxiliado com orientações e materiais durante todo o percurso e por ser um grande exemplo de transformação, dedicação e seriedade.

Ao Professor João Garibaldi, em primeiro lugar, obrigada por ter me aceitado como orientanda. Tuas orientações, reflexões, paciência e competência na área da economia institucional foram fundamentais para que eu tivesse segurança para seguir em frente. A forma humilde, tranquila e dedicada com que conduz tuas atividades docentes, e o vínculo que constrói com os alunos, fazem toda diferença e são raros nos dias de hoje.

À Professora Débora Hoff por ser um grande exemplo de docente, daqueles que honram a universidade pública federal, e por ter me apresentado de forma brilhante, apaixonada e imparcial a discussão sobre o desenvolvimento, sempre aberta ao diálogo, às reflexões e aos contrapontos.

À Universidade Federal do Pampa, pela oportunidade de cursar um mestrado acadêmico de qualidade no interior do Estado.

Aos meus colegas, pelas discussões construtivas em sala de aula, pela parceria e diversos momentos de descontração. Sentirei saudades.

Aos especialistas e produtores que concordaram em colaborar na pesquisa, agradeço muito a disponibilidade em participar das entrevistas (por vezes longas), as quais foram fundamentais para a compreensão da realidade dos sistemas pecuários da região.

À Deus por mais esta oportunidade e pelo dom da vida, todos os dias.

RESUMO

A Metade Sul do Rio Grande do Sul é tradicionalmente conhecida pelas atividades ligadas ao setor primário, tendo se destacado historicamente pela produção pecuária. Não obstante a diversidade e disponibilidade dos recursos naturais, tal região enfrenta dificuldades históricas de desenvolvimento econômico, o que pode ser retratado na realidade da Bacia do Rio Ibirapuitã. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a mudança institucional em sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã e sua relação com o potencial de desenvolvimento endógeno da região. Foi proposto um modelo teórico-empírico para a análise das instituições econômicas, organizacionais e comportamentais presentes nos sistemas pecuários familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã. Para atingir o objetivo de pesquisa, foi utilizada abordagem qualitativa e o método do estudo narrativo, sendo que, em um primeiro momento, foram feitas entrevistas em profundidade com dois especialistas do setor da bovinocultura de corte da região, com mais 25 anos de experiência, para identificação das instituições presentes nos sistemas pecuários da região. Após, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis pecuaristas familiares (estabelecidos em Alegrete e integrantes da Associação dos Produtores do Rincão do 28) e seis pecuaristas não familiares (estabelecidos nos Municípios de Sant'ana do Livramento, Quaraí e Rosário do Sul) para a verificação das mudanças nas instituições econômicas, organizacionais e comportamentais, e relação de tais mudanças com o potencial de desenvolvimento endógeno da região. Além das entrevistas, a coleta dos dados também se deu por meio de observação direta. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Verificou-se que tanto pecuaristas não familiares como familiares perceberam que o mercado está mais competitivo e exigente, tendo pressionado os produtores a mudarem suas escolhas produtivas, sendo identificadas mudanças nas instituições econômicas que demonstram flexibilidade institucional e impactam positivamente no potencial de desenvolvimento endógeno da região. Por outro lado, com relação à comercialização da produção, ainda predomina um comportamento de pouca confiança e limitada articulação da cadeia produtiva, não tendo sido identificadas mudanças institucionais neste sentido. No tocante às instituições organizacionais, foram identificadas mudanças relevantes nos sistemas familiares, com a criação da Associação dos Produtores do Rincão do 28 incentivada pela Fundação Maronna. Com relação às instituições comportamentais, identificou-se a prevalência de um comportamento conservador e resistente a mudanças entre os produtores da pecuária, limitando o potencial de desenvolvimento endógeno. Não obstante, verificou-se o surgimento de comportamentos menos conservadores decorrentes de processos de sucessão familiar, pressão do mercado, avanço das atividades agrícolas e difusão do conhecimento e da inovação. Por fim, verificou-se que, embora importantes, as mudanças identificadas ainda são incrementais, o que impossibilita a emergência do desenvolvimento endógeno na Bacia do Rio Ibirapuitã a partir dos sistemas pecuários no curto e médio prazo. Neste sentido, entende-se que o presente estudo possui relevância social e econômica na medida em que buscou compreender a realidade da pecuária e o limitado desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, identificando características institucionais que possam ser desenvolvidas para a emergência de um processo de desenvolvimento endógeno.

Palavras chave: Agronegócios; Desenvolvimento Regional; Economia Institucional

ABSTRACT

The Southern Half of Rio Grande do Sul is traditionally known for its activities in the primary sector, having historically stood out for livestock production. Despite the diversity and availability of natural resources, this region faces historic difficulties in economic development, which can be seen in the reality of the cities in the Ibirapuitã River Basin. Thus, the present study aimed to analyze the institutional change in livestock systems in the Ibirapuitã River Basin and its relationship with the region's endogenous development potential. A theoretical-empirical model was proposed for the analysis of economic, organizational and behavioral institutions present in family and non-family livestock systems in the Ibirapuitã River Basin. To achieve the research objective, it was used a qualitative approach and the method of narrative study. At first, in-depth interviews were conducted with specialists from the beef cattle sector in the region, with over 25 years of experience in the field sector, to identify the institutions present in the livestock systems. Afterwards, semi-structured interviews were conducted with six family producers (established in the region of Alegrete and members of the Association of Producers of Rincão do 28) and six non-family producers (established in the Municipalities of Sant'ana do Livramento, Quaraí and Rosário do Sul), to verify changes in economic, organizational and behavioral institutions, and the relationship of such changes with the region's endogenous development potential. In addition to the interviews, data collection was also done through direct observation. The collected data were analyzed using the content analysis technique. It was found that both non-family and family producers realized that the market is more competitive and demanding, having pressured producers to change their production choices, being identified changes in economic institutions that demonstrate institutional flexibility and positively impact the endogenous development potential of the region. However, with regard to the commercialization of production, there is still a lack of confidence and limited articulation of the production chain, with no institutional changes identified in this regard. With regards to organizational institutions, relevant changes in family systems were identified, with the creation of the Association of Producers of Rincão do 28 encouraged by the Maronna Foundation. With regard to behavioral institutions, the prevalence of conservative and resistant to change behavior among beef cattle producers was identified, limiting the potential for endogenous development. Notwithstanding, less conservative behaviors are arising from family succession processes, market pressure, advancement of agricultural activities and diffusion of knowledge and innovation. Finally, it was found that, although important, the institutional changes identified are still incremental, which prevents the emergence of endogenous development in the Ibirapuitã River Basin from livestock systems in the short and medium term. In this sense, it is understood that the present study has social and economic relevance as it sought to understand the reality of beef cattle and the limited development of the Southern Half of Rio Grande do Sul, identifying institutional characteristics that can be developed for the emergence of an endogenous development process.

Keywords: Agribusiness; Regional Development; Institutional Economics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã	15
Figura 2 - Classificação proposta às Instituições determinantes ao Desenvolvimento Endógeno.....	37
Figura 3 - Resumo da definição e características das Instituições Econômicas, Organizacionais e Comportamentais.....	38
Figura 4 – Principais Resultados.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização da metodologia proposta	44
Quadro 2 – Instituições Econômicas dos Sistemas Pecuários.....	55
Quadro 3 – Instituições Organizacionais dos Sistemas Pecuários	58
Quadro 4 – Instituições Comportamentais dos Sistemas Pecuários.....	60
Quadro 5 – Mudanças nas Instituições Econômicas	71
Quadro 6 – Mudanças das Instituições Organizacionais.....	77
Quadro 7 – Mudanças nas Instituições Comportamentais	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CITE – Clube de Integração de Troca de Experiências

Farsul – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

ILP – Integração Lavoura-Pecuária

JPC – Programa Juntos para Competir

NEI – Nova Economia Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema de Pesquisa.....	16
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Justificativa	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Desenvolvimento Endógeno	22
2.1.1 Fatores determinantes do Desenvolvimento Endógeno	25
2.2 Mudança Institucional em Douglass North.....	29
2.3 Desenvolvimento Endógeno e Mudança Institucional: uma proposição teórico-empírica	35
3 METODOLOGIA	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1 A Dinâmica do Setor Pecuário na Bacia do Rio Ibirapuitã e suas Instituições.....	45
4.1.1 Perfil dos Produtores Pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã	46
4.1.2 Instituições Econômicas dos Sistemas Pecuários	49
4.1.3 Instituições Organizacionais dos Sistemas Pecuários	55
4.1.4 Instituições Comportamentais dos Sistemas Pecuários.....	58
4.2 Mudança Institucional e os Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares.....	61
4.2.1 O Processo de Mudança das Instituições Econômicas nos Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares	61
4.2.2 O Processo de Mudança das Instituições Organizacionais nos Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares.....	71
4.2.3 O Processo de Mudança das Instituições Comportamentais nos Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares.....	78
4.3 Relação das Mudanças Institucionais com o Potencial de Desenvolvimento Endógeno da Região	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A	101
APÊNDICE B	103

1 INTRODUÇÃO

A região da Metade Sul¹ do Rio Grande do Sul, embora rica em recursos naturais, ainda enfrenta dificuldades com relação ao seu desenvolvimento econômico quando comparada com a Metade Norte do Estado. A Metade Sul é tradicionalmente conhecida pelas atividades ligadas ao setor primário, tendo se destacado historicamente pela produção pecuária, especialmente bovinocultura de corte, e pela produção de grãos como o arroz e, mais recentemente, a soja. Não obstante, “identifica-se pouca variedade de produtos, o espírito pouco empreendedor, a falta de inovação tecnológica e, o que é pior, um sentimento de acomodação que resulta na estagnação deste setor produtivo” (CORONEL; ALVES; SILVA, 2007, p. 41).

Na Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde também está localizado parte do Bioma Pampa, historicamente se estruturou uma sociedade patrimonialista e estratificada, com significativa concentração de terras que pode ser explicada pela formação econômica de tal região. Segundo Arend e Cário (2010), pode-se afirmar que as primeiras estâncias gaúchas surgiram a partir de bandos organizados que entre si disputavam o gado que se reproduzia livremente na região do Pampa.

A Coroa Portuguesa, conhecedora destas disputas, estabeleceu quartéis na região sul-rio-grandense e distribuiu títulos de propriedade (sesmarias) aos criadores de gado, legalizando as denominadas estâncias. O resultado foi a formação dos latifúndios pecuários característicos da Metade Sul do Estado, sendo que a primeira concessão foi feita em 1732. As atividades desenvolvidas nesta sociedade estavam relacionadas quase que exclusivamente à pecuária, sem diversificação, já que, em razão dos retornos crescentes, os “estancieiros” ficavam satisfeitos em termos de acumulação de capital, defendendo o monopólio para suas atividades² (ARENDE; CÁRIO, 2005).

Na segunda metade do século XIX, estavam praticamente concluídas a apropriação privada e a ocupação das áreas de campo no Rio Grande do Sul, tornando-se predominantes as grandes propriedades pastoris, as quais passaram a ser vistas como um entrave ao desenvolvimento da província. O latifúndio pastoril foi, inclusive, criticado pelos próprios

¹ Para o propósito do presente trabalho, é adotada a regionalização proposta por Fonseca (1983), citado por Arend e Cário (2005), segundo a qual o Estado é dividido entre “norte” e “sul” (ou Campanha) considerando as diferenças significativas entre ambos. O “norte”, por sua vez, pode ser subdividido em Serra e Planalto. Nessa regionalização, as regiões são distinguidas conforme suas atividades econômicas características desde o século XIX, sendo a Metade Norte caracterizada como um sistema colonial-imigrante e a Metade Sul como um sistema pecuário-charqueador (ARENDE; CÁRIO, 2005).

² Mais histórico sobre formação econômica da pecuária de corte pode ser encontrado em Heydt et. al. (2018).

presidentes da província, os quais relacionavam a sua existência ao escasso povoamento da região e ao baixo desenvolvimento da agricultura (ZARTH, apud DA ROS, 2006).

Para Bandeira (1994), foi por volta da virada do século XIX para o século XX quando se definiram as condições que iriam determinar, nas décadas seguintes, o declínio da Região Sul no contexto da economia gaúcha. No início do século XX, o complexo pecuário-charqueador começou a não mostrar dinamismo, apresentando resistência à inovação (AREND; CÁRIO, 2005). Os atores locais não conseguiram se engajar na dinâmica capitalista, o que pode ser atribuído a fatores institucionais próprios a essa região, as relações de propriedade e os elevados custos de transação, “sendo esses fatores os determinantes para sua perda de hegemonia, incompetência industrial e consequente inserção constrangedora num ambiente concorrencial capitalista” (AREND; CÁRIO, 2005, p. 90).

Nesta época, uma conjugação de fatores contribuiu para transformar Porto Alegre no principal centro industrial do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que começou a enfraquecer a incipiente indústria das principais cidades da Metade Sul (BANDEIRA, 1994). Neste sentido, entende-se que foi durante o período da República Velha (1889-1930) que se materializou o capitalismo no Rio Grande do Sul e as Metades Norte e Sul consolidaram suas bases institucionais (econômicas, políticas, ideológicas e culturais) de forma distinta, o que se perpetuou ao longo do século XX, determinando o respectivo desempenho econômico de cada região (AREND; CÁRIO, 2005).

Segundo Da Ros (2006), em que pese a modernização da pecuária ocorrida a partir dos anos de 1930, com a introdução de frigoríficos (de capital estrangeiro e nacional), ainda assim restou mantido o tradicional sistema de criação extensiva. As mudanças que ocorreram ficaram restritas à introdução de raças europeias de gado bovino. A partir de meados da década de 1950, se tornou cada vez menor a importância da Metade Sul no âmbito do Rio Grande do Sul, e, de outro lado, a Metade Norte do Estado apresentou elevado dinamismo. A Região Sul (Campanha) parece não ter conseguido integrar-se à dinâmica da Região Norte, indicando existir diferenças nos caminhos seguidos por tais regiões, determinados pelas respectivas instituições, as quais deram origem a estruturas industriais particulares, que, por sua vez, podem explicar o desequilíbrio regional contemporâneo (AREND; CÁRIO, 2005).

Diversos estudos³ se propõem a discutir a desigualdade no desenvolvimento das regiões Sul e Norte do Rio Grande do Sul, buscando entender as razões de tal discrepância. Segundo Bandeira (1994, p. 19), por exemplo, pode-se dizer que, tradicionalmente, grande

³ Para citar alguns trabalhos: AREND; CÁRIO, 2005, BANDEIRA, 1994, ALONSO et. al., 1994, MONASTERIO, 2002.

parte dos estancieiros da Metade Sul eram “atrasados” e “pouco propensos a inovar”, “muitas vezes preferindo os gastos em bens supérfluos e suntuários aos investimentos em produção”, o que pode ser entendido como decorrência da racionalidade dos agentes envolvidos no processo de produção.

Para Bandeira (1994), o predomínio do latifúndio pode ter contribuído para o surgimento desta mentalidade dos estancieiros da Metade Sul, na medida em que a extensão das estâncias proporcionava rendimentos suficientes para manter o padrão de vida dos proprietários mesmo em momentos de crise e ainda considerando a baixa rentabilidade da pecuária e a má administração. Conseqüentemente, na Metade Sul, difundiu-se um comportamento conservador, caracterizado pela acomodação dos estancieiros e pela pouca disposição para enfrentar riscos (satisfazendo-se com uma rentabilidade mais baixa, porém segura), causando um certo “atrofiamento” da capacidade empresarial e incapacidade de diversificação (BANDEIRA, 1994).

Neste cenário de baixo potencial para o desenvolvimento, torna-se relevante a discussão sobre esta realidade de bastante resistência (e pouca disposição a mudanças) retratada pela situação de “atraso”, “estagnação”, “sentimento de acomodação” e “atrofiamento” da capacidade empresarial. Neste sentido, propõe-se tal análise a partir da abordagem do Desenvolvimento Endógeno, notadamente no que se refere ao destacado papel do ambiente institucional de cada região como determinante ao respectivo desenvolvimento.

A perspectiva do Desenvolvimento Endógeno propõe uma interpretação sobre os mecanismos que possibilitam a acumulação de capital, sustentando que as forças da inovação, da organização da produção, do desenvolvimento urbano e da dinâmica institucional determinam a acumulação de capital. Segundo a referida abordagem, a interação entre essas forças é capaz de produzir um efeito sinérgico que proporciona o crescimento econômico e o progresso nas cidades, regiões e países (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2007).

Sob a perspectiva do Desenvolvimento Endógeno, os processos de desenvolvimento são condicionados por fatores culturais e pelas normas que regulam as relações entre pessoas e organizações (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007). Ou seja, as decisões e as escolhas que levam (ou não) ao desenvolvimento têm profundas raízes institucionais já que são conduzidas pelos atores de cada sociedade e cada sociedade tem seus próprios mecanismos culturais e organizacionais que podem facilitar ou não a atividade econômica (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Neste sentido, segundo Vázquez-Barquero (2010), o desenvolvimento econômico acaba sendo impulsionado nas regiões que possuem instituições complexas, evoluídas e

flexíveis, de forma que a capacidade de mudança (e adaptação) das instituições de determinada região é um fator determinante ao seu desenvolvimento. Isto porque a mudança institucional e o desenvolvimento das instituições permitem a redução dos custos de produção e transação, impulsionam a capacidade empreendedora, fortalecem a confiança, as relações e a cooperação entre os atores locais (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Para a referida abordagem, a flexibilidade (ou a capacidade de mudança) das instituições é fator determinante ao desenvolvimento de determinada região, sendo que tal entendimento pode ser também encontrado no trabalho do Douglass North, segundo o qual a mudança institucional é um fator determinante ao crescimento econômico (CONCEIÇÃO, 2008).

Com relação à definição teórica de instituições, para o propósito do presente estudo adotar-se-á o entendimento defendido pela linha teórica da Nova Economia Institucional (NEI), especificamente conforme proposto por Douglass North. Em um primeiro momento, North define instituições como regras formais, normas informais e as restrições construídas com o objetivo de moldar a ação humana e estruturar incentivos nas trocas (NORTH, 1990). Não obstante, North posteriormente introduz inovações em sua abordagem, ao ampliar o conceito de instituições, de forma que as instituições passam a ser compreendidas como regras do jogo, no sentido tradicional de leis formais e normas informais, incluindo também seu papel de estruturar as crenças compartilhadas pelos indivíduos em uma sociedade (NORTH et. al. 2009, apud BINS, 2019).

Neste sentido, percebe-se que o estudo da mudança institucional é elemento chave na compreensão das realidades de desenvolvimento das regiões, inclusive sobre o potencial de desenvolvimento de forma endógena, sendo este o contexto que se pretende analisar no presente trabalho especificadamente com relação à Metade Sul do Rio Grande do Sul. Devido à dispersão geográfica desta região, delimita-se como campo empírico do presente trabalho a Bacia do Rio Ibirapuitã (Figura 1). A Bacia do Rio Ibirapuitã é composta pelos municípios de Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Sant'Ana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul.

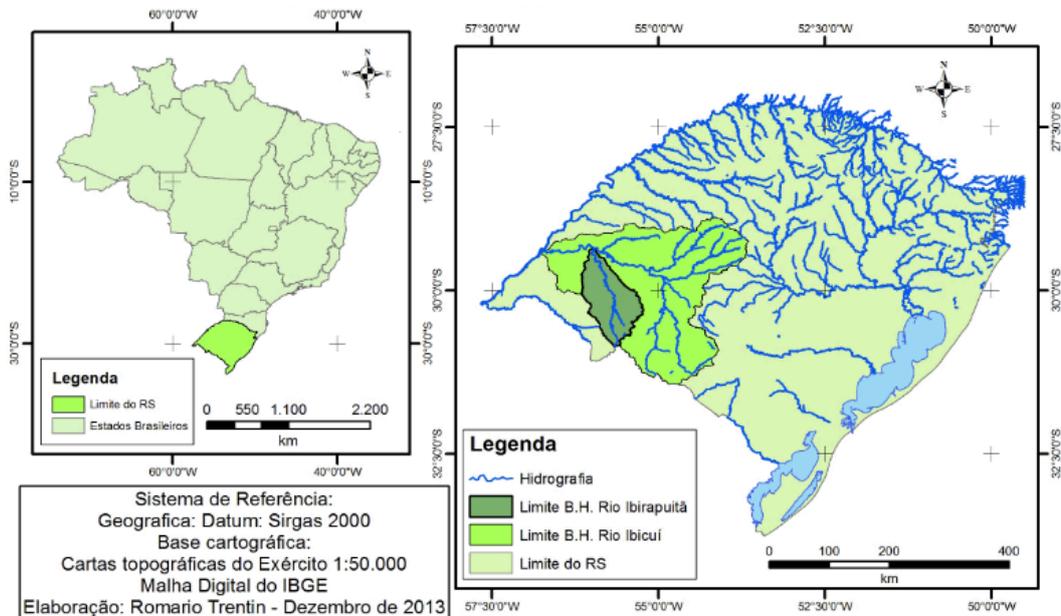


Figura 1 - Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã.
Fonte: Trentin e Robaina (2016).

A escolha por esta região de análise se deve ao fato de a Bacia apresentar características produtivas e culturais típicas da Metade Sul do Estado e por abranger uma diversidade de sistemas produtivos e de formas de exploração, possibilitando a representação do problema que se presente investigar. Por exemplo, na parte sul da Bacia do Ibirapuitã, estão situados sistemas pecuários tradicionais. Já ao centro da bacia, tem-se um importante aglomerado urbano (município de Alegrete), com o estabelecimento de sistemas de produção familiares. E na parte final da Bacia, ao norte e leste, encontra-se um cenário com uso intensivo do solo, associando a agricultura de grãos (arroz e soja) com produção pecuária.

As dificuldades no desenvolvimento econômico da Região Sul, e especificamente da região de análise, se perpetuam até a atualidade. Segundo dados da FEE (2017)⁴, no ano de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)⁵ dos municípios integrantes da Bacia do Rio Ibirapuitã foi menor que a média dos municípios do Estado.

⁴ O valor médio do PIB *per capita* de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 33.960,36, ao passo que o valor médio do PIB *per capita* dos municípios integrantes da Bacia do Rio Ibirapuitã (Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Sant'Ana do Livramento) foi de R\$ 21.025,00. o valor médio do IDESE de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul foi de 0,751, ao passo que o valor médio do IDESE dos municípios integrantes da Bacia do Rio Ibirapuitã foi de 0,70.

⁵ O Idese é um indicador-síntese que tem o propósito de mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. O objetivo de sua divulgação é avaliar e acompanhar a evolução dos indicadores socioeconômicos dos municípios do Estado, bem como fornecer informações para o desenho de políticas públicas específicas, de acordo com as necessidades municipais. O Idese é composto por 12 indicadores, divididos em três blocos: Educação, Renda e Saúde.

Inclusive, também conforme dados da FEE (2017), constata-se que a maioria dos Municípios com maior PIB *per capita* e com o maior Índice de Desenvolvimento Socioeconômico ainda estão localizados na Metade Norte do Estado, confirmando a existência de desigualdade no desenvolvimento das duas regiões.

Assim, a Bacia do Rio Ibirapuitã é um território que traduz os desafios de desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, além de retratar a diversidade de comportamentos e escolhas dos produtores ao longo do tempo.

1.1 Problema de pesquisa

A Região da Metade Sul do Rio Grande do Sul enfrenta dificuldades históricas de desenvolvimento econômico quando comparada com a Metade Norte do Estado, o que pode ser retratado na realidade dos Municípios da Bacia do Rio Ibirapuitã, que demonstram uma situação de menor desenvolvimento em comparação à média dos demais municípios do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, a perspectiva do Desenvolvimento Endógeno entende que a mudança institucional é um fator determinante ao desenvolvimento das regiões. Neste sentido, o estudo da mudança institucional é elemento chave na compreensão das realidades de desenvolvimento, inclusive sobre o potencial de desenvolvimento de forma endógena, sendo este o contexto que se pretende analisar no presente estudo, delimitando-se a análise aos sistemas produtivos pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã.

O Rio Grande do Sul, historicamente, é reconhecido por sua importância com relação à oferta nacional de alimentos. A produção pecuária, por sua vez, ocupa destacado papel, estando entre as primeiras e mais tradicionais atividades produtivas do Estado, notadamente em razão da existência de pastagens naturais, concentradas no Bioma Pampa, que ocupam aproximadamente 8,3 milhões de hectares (89,4% do total)⁶ e representam o principal ativo a partir do qual a bovinocultura de corte gaúcha se desenvolveu (FEIX et. al, 2017).

Neste sentido, por se tratar de uma região que historicamente foi constituída com forte atuação do setor primário e cuja economia ainda é fortemente alicerçada nas atividades ligadas à pecuária, o presente estudo pretende analisar a mudança institucional especificamente nos sistemas produtivos pecuários. Considerando que o valor de produção da agropecuária gaúcha cresceu 30,5% entre 2008 e 2016 (FEIX et al., 2017), entende-se que

⁶ Percentual relativo ao total da área de pastagens no Rio Grande do Sul. O restante são pastagens plantadas, estando em boas condições (9,5%) ou degradadas (1,0%) (FEIX et al., 2017).

este setor produtivo possui alto potencial de geração de renda e acumulação de capital e, conseqüentemente, pode induzir mudanças nas respectivas regiões e, até mesmo, por via de consequência, em ambientes urbanos.

Ademais, a produção pecuária nos municípios de Alegrete e Sant'Ana do Livramento é relevante na medida em que possuem o primeiro e segundo maior rebanho bovino do Estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, Rosário do Sul e Quaraí também figuram entre os dez municípios gaúchos com maior número de cabeças de gado bovino (BRASIL/IBGE, 2019).

No que se refere especificamente à produção pecuária, verifica-se que o setor produtivo sofreu impactos negativos a partir dos processos de abertura e de estabilização econômica. Tal processo ocasionou a redução das margens operacionais e oportunizou a concorrência de produtores menos intensivos em tecnologia com o mercado uruguaio e argentino, os quais são mais competitivos nestes aspectos. Ademais, tais mudanças econômicas igualmente expuseram os pecuaristas, que outrora eram protegidos por barreiras alfandegárias e câmbio favorável, à necessidade de competição com um mercado (Argentina e Uruguai) que possui vantagens competitivas como a qualidade da carne, maiores taxas de desfrute, abate com menor tempo e maior produtividade do rebanho (RATHMANN et. al., 2008).

Neste sentido, também importa destacar que a ocupação do território no Rio Grande do Sul com atividades agropecuárias vem sofrendo alterações nos últimos anos, as quais também refletem no setor da pecuária. Desde os anos 2000, a área de pastagem nativa, que era essencialmente a base da pecuária de corte, vem diminuindo sensivelmente ao passo que aumentaram atividades como a silvicultura e as lavouras de grãos, com destaque para o aumento na área de soja na Metade Sul do Estado (VARELLA; CARDOSO, 2014).

Tal cenário é corroborado por Feix et al. (2017), segundo os quais a produção de soja foi a que mais avançou no Rio Grande do Sul nas últimas duas décadas, tendo sido incentivada, segundo os autores, pelo crescimento da demanda externa e pela alta nos preços pagos aos pelos agricultores. Contudo, estas alterações na ocupação territorial causam um impacto direto em toda a cadeia da pecuária de corte, aumentando a demanda para uma maior intensificação e eficiência dos sistemas produtivos, destacando-se a integração com a agricultura e o investimento em técnicas de melhoramento do campo nativo em larga escala (VARELLA; CARDOSO, 2014).

Segundo Varella e Cardoso (2014), diante de tais modificações na ocupação do território gaúcho, não são desprezíveis os riscos de redução no quantitativo do rebanho bovino, sendo que os produtores deverão adotar uma postura mais empreendedora para a

pecuária (como produtores e gestores) caso tenham o interesse em atender a demanda prevista, mantendo a produtividade e assegurando o aumento na rentabilidade.

Por outro lado, verifica-se que o perfil dos pecuaristas reflete, por assim dizer, o perfil característico do comportamento dos atores presentes na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Em trabalho sobre a bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul (Miguel et al., 2006) foi retratada a realidade dos produtores da pecuária de corte gaúcha no início do século XXI. A pesquisa revelou que a maior parte dos pecuaristas tem um perfil tradicional, na medida em que apenas 8,7% dos entrevistados afirmaram que realizam a criação de bovinos com o objetivo de obter lucro, ao passo que 26,5% responderam que praticam a atividade por tradição, 25,4% por satisfação e 14,4% por considerarem uma atividade segura.

Ademais, a pesquisa revelou que os sistemas de produção de bovinocultura de corte possuem resultados agroeconômicos e de eficiência econômica baixos ou até mesmo negativos. Neste sentido, Miguel et al. (2006) refere que o comportamento conservador dos pecuaristas também se reflete nas ações de comercialização na medida em que são privilegiados critérios pouco arrojados e inovadores em benefício da segurança.

Ou seja, verifica-se que existe um arcabouço institucional rico e ainda pouco explorado, principalmente relativo a aspectos culturais e comportamentais da região, os quais determinam a tomada de decisão dos pecuaristas e são, ao mesmo tempo, determinados pelo contexto e pela formação histórica da região. Assim, importa verificar a capacidade de mudança e adaptação desta matriz institucional como um fator determinante ao desenvolvimento endógeno da região.

Neste contexto, considerando a identificação da situação de menor desenvolvimento dos Municípios da Bacia do Rio Ibirapuitã em comparação à média dos demais municípios do Rio Grande do Sul, o que se entende retratar os problemas de desenvolvimento enfrentados pela Metade Sul do Rio Grande do Sul, e considerando que a mudança institucional é elemento chave na análise desempenho econômico das regiões e, em última análise, fator determinante ao desenvolvimento endógeno, questiona-se: **Quais as mudanças institucionais presentes em sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã e como esse processo se relaciona com o potencial de desenvolvimento endógeno da região?**

Pretende-se, neste sentido, analisar se as mudanças institucionais existentes na região de análise podem ser entendidas enquanto fatores determinantes ao desenvolvimento endógeno da região, conforme a proposição de Vázquez-Barquero, sem pretensões de verificar se eventual processo de mudança institucional efetivamente influenciou o desenvolvimento de forma endógena da região. Esta escolha se deve à principal razão de que

o Desenvolvimento Endógeno aponta a existência de, ao menos, quatro fatores determinantes do desenvolvimento (sendo eles: inovação, desenvolvimento urbano, organização flexível da produção e flexibilidade institucional).

1.2 Objetivos

Para responder o questionamento acima, são propostos os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a mudança institucional em sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã e sua relação com o potencial de desenvolvimento endógeno da região.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar as instituições presentes em sistemas pecuários familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã.
- b) Identificar mudanças institucionais na trajetória dos pecuaristas familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã.
- c) Averiguar se eventuais mudanças institucionais nos sistemas produtivos podem ser entendidas enquanto fator de desenvolvimento endógeno da região.

1.3 Justificativa

O estudo sobre o desenvolvimento das regiões desperta o interesse de pesquisadores e leitores, especialmente no Brasil, na medida em que ainda se experimenta uma realidade de limitado crescimento econômico e consequentes impactos negativos na qualidade de vida da população. Notadamente na Metade Sul do Rio Grande do Sul, como já se referiu acima, os problemas relacionados ao desenvolvimento são históricos e retratam uma realidade ainda persistente. Assim, a análise deste campo empírico se mostra relevante e pode contribuir tanto para o entendimento da realidade como para a elaboração de eventuais proposições.

Não existe apenas um caminho capaz de conduzir as regiões ao desenvolvimento. Pelo contrário. Diversas teorias ao longo do tempo se ocupam de estudar o desenvolvimento e sugerir interpretações possíveis para as diferentes realidades. Neste sentido, justifica-se que a

análise do desenvolvimento seja feita a partir da perspectiva do Desenvolvimento Endógeno, especificamente por evidenciar a importância da articulação dos atores locais e da sociedade na promoção do crescimento econômico, bem como por considerar a importância do ambiente institucional neste contexto.

Em levantamento realizado em plataformas como *Spell*, *SciELO*, Periódicos Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, encontram-se poucos estudos empíricos que busquem relacionar o processo de mudança institucional com o desenvolvimento de determinada cidade, região ou país. Ademais, não foi localizado nenhum estudo que tivesse como objetivo a análise do processo de mudança institucional nos setores produtivos da região de estudo da presente pesquisa.

Embora o Desenvolvimento Endógeno, conforme sistematizado por Vázquez-Barquero (2003, 2007, 2010), se mostre como uma ferramenta rica na análise de regiões que apresentam necessidade de desenvolvimento, tanto por considerar a complexidade da realidade como a insuficiência da análise puramente neoclássica, existem poucos trabalhos empíricos que se utilizam desta teoria no estudo do desenvolvimento das regiões. Neste sentido, a presente pesquisa também se justifica como uma oportunidade para o aprofundamento e a aplicação da teoria proposta por Vázquez-Barquero.

Nessa perspectiva, verifica-se uma lacuna de esforços de pesquisa que busquem avaliar a mudança institucional e sua relação com o potencial de desenvolvimento endógeno. Ou seja, o ato de caracterizar as instituições condicionantes das decisões produtivas dos indivíduos integrantes dos setores produtivos analisados é determinante para compreender o potencial de desenvolvimento endógeno do território.

Especificamente com relação à região de análise, sobretudo com relação às escolhas produtivas das organizações rurais, se revela importante a reflexão sobre o que está por trás de tais escolhas. Neste sentido, pretende-se contribuir com relação ao conhecimento acerca das organizações rurais pecuárias na Bacia do Rio Ibirapuitã, suas motivações, limitações, seus aspectos culturais e comportamentais, e como estas questões vem mudando (ou não) ao longo do tempo, para então compreender a perspectiva de desenvolvimento da região a partir das organizações enquanto agentes da mudança institucional.

Em última análise, pretende-se que o presente trabalho proporcione a reflexão sobre os aspectos institucionais presentes nos sistemas produtivos pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã, identificando eventuais mudanças institucionais para que se verifique o potencial de desenvolvimento endógeno, trazendo respostas não só para comunidade acadêmica, mas à comunidade da região.

Neste sentido, também se entende que o presente estudo possui relevância social e econômica na medida em que busca compreender a realidade de limitado desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, especificamente com relação à capacidade de mudança institucional, identificando características institucionais que possam ser desenvolvidas para que a sociedade possua uma maior potencialidade de crescimento econômico, desenvolvimento endógeno e consequente melhoria na qualidade de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são expostas as abordagens utilizadas como referencial teórico à presente pesquisa. Em primeiro lugar, é abordada a perspectiva do Desenvolvimento Endógeno e os principais fatores trazidos pela teoria como determinantes à ocorrência do desenvolvimento. Após, são expostos os fundamentos da Teoria Institucionalista de Douglass North, com enfoque para o entendimento sobre mudança institucional. E, por fim, é apresentada uma proposta teórica para a análise das instituições e da mudança institucional enquanto fator de desenvolvimento endógeno.

2.1 Desenvolvimento Endógeno

A interpretação conhecida como desenvolvimento endógeno foi desenvolvida no início dos anos 1980 e tem como principal sistematizador o espanhol Antonio Vázquez-Barquero, acompanhado por pesquisadores como Sergio Boisier e Jair do Amaral Filho. Tal interpretação considera o desenvolvimento como um processo territorial no qual a capacidade de inovação da sociedade é o mecanismo que dá impulso à transformação da economia. Considera, ainda, que as políticas de desenvolvimento são mais efetivas quando projetadas e implementadas pelos atores locais (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Segundo Amaral Filho (1996), a concepção de desenvolvimento endógeno está associada à ruptura causada na teoria tradicional do crescimento, a qual se baseava em uma função de produção na qual o volume da produção (Y) era função de dois fatores, Capital (K) e Trabalho (L). Tal teoria tradicional era representada principalmente por R. Solow, e a sua ruptura foi observada em razão do surgimento das teorias do crescimento endógeno (representadas principalmente por R. Lucas e P. Romer).

Para a teoria tradicional, uma variação no volume da produção (dY) poderia ser obtida em razão da soma de pequenas variações dos dois fatores que podiam ser medidos por coeficientes chamados de produtividades marginais dos fatores, considerando ainda um comportamento linear caracterizado por homogeneidade e linearidade dos fatores e rendimentos constantes. Por outro lado, R. Lucas e P. Romer passam a considerar endógenos fatores antes considerados exógenos na determinação do crescimento econômico, tais como: capital humano, conhecimento, informação e pesquisa e desenvolvimento (AMARAL FILHO, 1996).

Na perspectiva do desenvolvimento endógeno, os processos de desenvolvimento precisam estar ancorados no território, sendo fatores estratégicos ao desenvolvimento a capacidade empreendedora e de investimento baseadas em recursos e poupança local, sem os quais o crescimento de longo prazo atinge seu limite (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Para Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como desenvolvimento realizado de baixo para cima, o qual parte das potencialidades socioeconômicas originais de cada local, em vez de um desenvolvimento que parte do planejamento e intervenção Estatal, ou seja, de cima para baixo. Na perspectiva endógena, o desenvolvimento é estruturado a partir dos próprios atores locais, e não por meio de um planejamento centralizado (AMARAL FILHO, 1996).

Entende-se que o desenvolvimento endógeno pode ser conceituado como um processo de crescimento econômico que demanda um contínuo aumento da capacidade de agregação de valor sobre a produção, assim como do potencial de absorção da região, de forma que seja retido o excedente econômico gerado na economia local e/ou ocorra a atração de excedentes oriundos de outras regiões. Esse processo acaba promovendo a ampliação do emprego, do produto e da renda da região (AMARAL FILHO, 2001).

Com relação à sua construção teórica,

a teoria do desenvolvimento endógeno é uma interpretação que se baseia nas contribuições feitas por economistas clássicos e contemporâneos. Recupera, em particular, as contribuições de Schumpeter (1934) e Kuznets (1966) sobre formação de capital, mudança tecnológica e aumento da produtividade; as de Marshall (1890, 1919) e Rosenstein-Rodan (1943) sobre a organização da produção e rendimentos crescentes; as de Perroux (1955) e Hoover (1948) sobre pólos de crescimento, desenvolvimento urbano e economias de aglomeração; as de Coase (1937) e North (1990) sobre o desenvolvimento das instituições e a redução dos custos de transação. E desde esta perspectiva faz um esforço para colocar a discussão do crescimento sustentado da produtividade no âmbito do progresso econômico e social (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2007, p. 203).

Neste sentido, vê-se que as bases do desenvolvimento endógeno e suas propostas demonstram compatibilidade com outras abordagens mais convencionais sobre o desenvolvimento (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007). Não obstante, é possível afirmar que a perspectiva do desenvolvimento endógeno é heterodoxa, compreendendo que o crescimento econômico deve ser entendido como processo com profundas raízes históricas e incorporando aspectos relevantes da noção de crescimento que extrapolam as limitações impostas pelo *mainstream* neoclássico (CONCEIÇÃO, 2002).

Segundo Vázquez-Barquero (2010), o conceito de desenvolvimento econômico evoluiu e se transformou de forma que, segundo as novas teorias do desenvolvimento, a acumulação de capital, a inovação e a mudança institucional possuem um papel central na

explicação do processo de desenvolvimento. Ademais, o pilar para o desenvolvimento territorial se constitui nas forças cujas interações geram efeitos multiplicadores de investimento – as quais geram economias no sistema produtivo e rendimentos crescentes de escala nos fatores de produção (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

O interesse dos países com relação ao desenvolvimento de cada um de seus territórios, inclusive de forma endógena, pode ter sido motivado pela crescente demanda por descentralização, seja ela política ou territorial, e pelo reconhecimento de que a realização do projeto de vida de cada indivíduo é bastante dependente do comportamento do entorno em que ele vive (BOISIER, 1996).

Especificamente com relação ao desenvolvimento das regiões rurais, que é o caso da região de análise do presente trabalho, Vázquez-Barquero (2010) sugere existir uma problemática maior considerando a nova divisão internacional do trabalho, em razão de fatores como o despovoamento, a falta de infraestrutura básica, a poluição do meio ambiente. Neste sentido, Vázquez-Barquero (2010) aponta para a necessidade das regiões rurais se especializarem em atividades produtivas nas quais elas possam ter vantagens competitivas nos mercados nacionais e internacionais.

As áreas rurais podem articular a sua própria dinâmica de desenvolvimento quando suas instituições são flexíveis e existe alta capacidade inovativa, empreendedora e integração na economia global por meio de redes e sistemas produtivos, comerciais e tecnológicos. (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Com relação ao contexto da industrialização das áreas rurais na Itália, Fuà (1988) comparou as regiões italianas do Sul e do Centro-Nordeste e apontou a existência de um desenvolvimento endógeno na região Centro-Nordeste, atribuindo ao desenvolvimento endógeno a principal explicação sobre a industrialização desta região em detrimento da região Sul. Fuà (1988) identificou que, embora a região Sul tenha recebido maior atenção pelas políticas estatais, incluindo transferência de capital e empresas do Norte, foi a região Centro-Nordeste que teve maior progresso na industrialização por meio do potencial de seus próprios recursos.

Com o objetivo de explicar o modelo de desenvolvimento da região Centro-Nordeste, Fuà (1988) identificou que tal território era coberto por pequenas e médias cidades, as quais se traduziam em centros urbanos com tradição em governos democráticos e comércio bastante desenvolvido, marcado por trabalhadores autônomos. Ademais, identificou boa rede de estradas e infraestrutura para acesso aos serviços, assim como relações de cooperação entre as

famílias e forte participação e integração das famílias nas comunidades. Neste sentido, Fuà constatou que tal ambiente possuía um alto potencial de desenvolvimento.

Neste sentido, considerando o contexto de globalização e de crescente competitividade entre empresas e territórios, a abordagem do desenvolvimento endógeno é um instrumento útil para a compreensão e interpretação da dinâmica econômica das cidades e das regiões, propondo medidas que estimulam os processos de acumulação de capital (VAZQUEZ-BARQUERO, 2000).

Os processos de acumulação de capital e o conseqüente desenvolvimento das economias dependem, segundo Vázquez-Barquero (2000, 2003, 2007), de um conjunto de fatores determinantes que atuam de forma sinérgica, os quais podem ser definidos enquanto i) a difusão das inovações, ii) a organização flexível da produção, iii) a dinâmica territorial e urbana e iv) a densidade (e a flexibilidade) da matriz institucional.

Segundo Vázquez-Barquero (2003), as cidades e regiões devem ter mais sucesso em seus processos de crescimento quando esses quatro fatores convergem para reforçar seu efeito sobre a acumulação de capital. Ou seja, a difusão de inovações e conhecimentos, a organização flexível da produção e o desenvolvimento urbano e institucional geram maior eficiência no desempenho do sistema produtivo na medida em que estimulam as economias de escala, as economias externas e a redução dos custos de transação, proporcionando aumento de produtividade e retorno.

2.1.1 Fatores determinantes do desenvolvimento endógeno

O primeiro fator determinante do desenvolvimento endógeno a ser analisado é a difusão das inovações e do conhecimento. A teoria do desenvolvimento endógeno sustenta que a acumulação de capital é, em última análise, acumulação de conhecimento e tecnologia. Neste sentido, o desenvolvimento econômico é dependente da introdução e difusão das inovações e do conhecimento, os quais promovem a transformação e a renovação dos sistemas produtivos (VAZQUEZ-BARQUERO, 2000).

Na medida em que a introdução e a difusão de inovação e conhecimento aprimoram o estoque de conhecimento tecnológico de determinado sistema produtivo, ocorre a geração de economias de escala para o benefício de todos os integrantes do sistema. Assim, a inovação pode ser compreendida enquanto o resultado coletivo da cooperação entre as empresas que compõem o sistema, promovendo maior produtividade e aumentando a competitividade das economias locais (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Schumpeter (1997) é reconhecido por ter admitido que o empreendedorismo e a inovação são as principais forças para o desenvolvimento econômico. Segundo Schumpeter (1997), o desenvolvimento é definido pela realização de novas combinações, englobando os seguintes cenários:

1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1997, p. 76)

Ou seja, a inovação pode ocorrer de diversas formas, seja através da concepção de um novo produto a ser comercializado, ou um novo método de fabricação, ou até mesmo a abertura de um novo mercado. Segundo Vázquez-Barquero (2003), quando, em determinado sistema produtivo, as firmas apresentam baixa capacidade de aprendizado, haverá resistência à difusão das inovações, assim como quando a falta de flexibilidade torna difícil a adoção das inovações.

Ao destacar a importância da inovação e da difusão do conhecimento para o desempenho das economias, Vázquez-Barquero refere que:

O crescimento econômico pode continuar ao longo do tempo, desde que o investimento em bens de capital, em capital humano e em P & D gere retornos crescentes de escala através da difusão de inovações e conhecimento dentro do sistema de produção. Uma melhoria na qualidade dos recursos humanos por meio de treinamento e educação, a introdução de bens de capital que incorporam novas tecnologias e a acumulação de conhecimento por meio do investimento em P & D produzem um efeito de inovação que se espalha por todo o ambiente (efeito de transbordamento). O conhecimento é transferido de algumas empresas para outras através de uma rede de relações formais e informais que existem entre elas, através da interação entre clientes e fornecedores, e através do mercado de trabalho. Todas as empresas, mesmo aquelas que competem com empresas mais inovadoras, se beneficiam da difusão do conhecimento sem aumentar seu custo de produção. Portanto, toda a economia lucra com os crescentes retornos de escala que as decisões individuais de investimento das empresas geram. (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010, p. 39)

Ademais, entende-se que a introdução e a difusão das inovações estão condicionadas pelas características das instituições (normas e regras sociais, culturais e políticas, assim como centros de pesquisa, universidades, associações) de determinado sistema produtivo, assim como por sua capacidade criativa. Ou seja, quanto mais flexíveis e quanto maior a qualidade

das redes dos atores, mais efetivos serão os mecanismos de inovação (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Com relação ao fator de desenvolvimento endógeno relativo ao desenvolvimento urbano, Vázquez-Barquero (2003) ressalta a importância das cidades enquanto espaços em que os processos de aprendizagem, de inovação e difusão da tecnologia são incentivados. Isto porque é nas cidades existe a concentração de recursos humanos, empresas e organizações que favorece a interação e a troca de informações e conhecimentos que, por sua vez, estimulam a aprendizagem. A aglomeração proporciona as economias de escala necessárias às inovações. De outro lado, a proximidade física e a mobilidade dos trabalhadores entre as empresas facilitam a comunicação e a difusão de ideias e inovações (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Ademais, é nas cidades onde reside o grande potencial para a geração de desenvolvimento também porque as cidades foram impulsionadas a criar estratégias locais para responder à competitividade decorrente dos processos de globalização, estimulando os processos de desenvolvimento endógeno (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Os centros urbanos tornaram-se os espaços preferenciais de desenvolvimento pois é nas cidades que estão localizadas as plantas industriais e os escritórios de serviços e é onde as decisões de investimento são tomadas (LASUEN, 1973 *apud* VAZQUEZ-BARQUERO, 2010). As cidades também possuem sistemas produtivos diversificados que estimulam a dinâmica econômica, possuem espaços que estimulam o *networking* e a difusão das inovações e acabam gerando externalidades que conduzem a rendimentos crescentes (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Em última análise, segundo Vázquez-Barquero (2010), as economias se desenvolvem quando as firmas conduzem suas atividades em cidades e regiões urbanas dinâmicas que têm capacidade de fornecer às firmas recursos de qualidade e possibilitam externalidades e economias de proximidade que favorecem a eficiência das firmas.

Além das forças da difusão das inovações e do desenvolvimento urbano do território, Vázquez-Barquero também se refere à organização flexível da produção como um fator determinante para que o desenvolvimento ocorra de forma endógena. A organização do entorno em que se estabelecem as relações entre as empresas, os fornecedores e clientes condiciona a produtividade e a competitividade da economia local. Desta forma, pode-se afirmar que a organização dos sistemas produtivos locais é um dos fatores centrais com relação ao processo de acumulação de capital (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2000).

A partir da formação e desenvolvimento de redes e sistemas flexíveis de empresas, a interação de empresas com atores locais e alianças estratégicas, percebe-se a geração de economias (externas e internas) de escala nos sistemas produtivos locais. Ademais, também são observadas economias de escala na pesquisa e desenvolvimento de produtos, reduzindo assim os custos de transação entre empresas (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

Amaral Filho (2002) também ressalta a importância da organização flexível da produção, em suas diversas formas, como fator importante ao desenvolvimento regional. Segundo o autor, independentemente da nomenclatura, se distrito industrial, meio inovador, cluster, sistema produtivo local ou arranjo produtivo local, o que é importante salientar é que estes sistemas possuam os seguintes elementos estruturantes comuns: capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado, e articulação político-institucional.

Neste sentido, observa-se que a interação entre os agentes dos sistemas produtivos assume posição de destaque. Ou seja, “não se trata mais de um aglomerado passivo de empresas, mas sim de uma coletividade ativa de agentes públicos e privados atuando com um mesmo interesse: o de manter a dinâmica e a sustentabilidade do sistema produtivo local” (AMARAL FILHO, 2001. p. 277-78).

Não obstante as forças da organização flexível da produção, do desenvolvimento das cidades e da difusão das inovações, Vázquez-Barquero (2007) é categórico ao afirmar que o desenvolvimento endógeno ocorre em territórios cujas instituições e cultura estimulam o progresso econômico e as transformações sociais.

Os processos de desenvolvimento têm profundas raízes culturais e institucionais na medida em que as firmas e os atores econômicos e sociais tomam decisões de investimento dependendo das normas e regras existentes em cada território. Neste sentido, fatores como os contratos e as normas que regulam os acordos, os códigos de comportamento da população, governança e cultura, acabam determinando o caminho de desenvolvimento de cada território (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Assim, segundo Costa (2010), a cultura está na base das instituições e as instituições determinam os custos de transação e de acesso às informações de uma economia, o que determina, em última análise, a existência ou não de um ambiente propício ao desenvolvimento. Daí se justifica a relação existente entre o ambiente institucional das sociedades e seu potencial para o crescimento econômico.

Ademais, o desenvolvimento institucional das sociedades também é marcado pela existência de cooperação entre os atores locais e pela existência um ambiente democrático

que proporcione a participação dos atores locais e de novos atores sociais nas decisões que afetam a economia e a sociedade, bem como as políticas de desenvolvimento (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Em última análise, verifica-se que as economias se desenvolvem quando as instituições mudam e se adaptam no sentido de proporcionar que empresas e atores cheguem a acordos, contratos e trocas com baixos custos de transação. Neste sentido, a mudança institucional se mostra como uma força principal de desenvolvimento, pois o arcabouço institucional regula os processos de produção e as relações comerciais, bem como fornece o contexto no qual os atores tomam suas decisões de investimento (VAZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Para compreender melhor a flexibilidade das instituições e a conseqüente mudança institucional, apontada por Vázquez-Barquero como uma força principal de desenvolvimento, propõe-se a análise segundo a teoria institucionalista de Douglass North.

2.2 Mudança Institucional em Douglass North

O entendimento de Vázquez-Barquero sobre a flexibilidade das instituições como condição ao desenvolvimento das economias apresenta estreita relação com o entendimento sobre mudança institucional, na medida em que as instituições são flexíveis devido seu poder de transformação. Neste sentido, é fundamental a compreensão mais detalhada sobre instituições e mudança institucional a partir do próprio marco teórico institucionalista.

Segundo Lopes (2013), a teoria institucionalista tem se tornado relevante tanto para explicar o funcionamento da economia como para observar como a mudança institucional causa impacto no modo de vida das pessoas e na organização da produção nos diferentes países.

Para compreender o conceito de instituições e a própria mudança institucional propõe-se a utilização da Nova Economia Institucional e, mais especificamente, a Teoria Institucionalista de Douglass North por compartilhar dos mesmos pressupostos teóricos sobre flexibilidade das instituições e mudança institucional propostos por Vázquez-Barquero. Tanto North como Vázquez-Barquero têm em comum o entendimento sobre a mudança institucional como fator determinante ao desenvolvimento econômico a partir da compreensão sobre o papel das instituições e a possibilidade da matriz institucional vigente determinar a redução dos custos de produção e transação, impulsionar a capacidade empreendedora, fortalecer as relações e a cooperação entre os atores locais.

As teorias institucionalistas se contrapõem à teoria econômica neoclássica ao reconhecerem o papel das instituições na economia e compartilharem o entendimento de que a história importa, o processo de crescimento capitalista é contínuo e tem raízes históricas profundas e existem diferentes formas de crescimento (CONCEIÇÃO, 2008). Neste sentido, as instituições funcionam como engrenagens no processo de crescimento econômico em determinado momento de tempo e espaço (CONCEIÇÃO, 2002).

A Nova Economia Institucional (NEI) é uma das correntes teóricas institucionalistas, reconhecida pelos trabalhos de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. Em *The nature of the firm*, Coase (1937) lança as bases da Nova Economia Institucional ao justificar a existência das firmas a partir da redução dos custos de transação, o que foi posteriormente aprofundado por Williamson na constituição de uma teoria dos custos de transação.

A Nova Economia Institucional propõe duas abordagens complementares:

A primeira pode ser vista como de natureza macro-desenvolvimentista trabalhada por Douglass North, que focaliza a origem, estruturação e mudanças das instituições. A questão central é explicar a origem e mudanças das instituições, vistas como as regras que pautam o comportamento da sociedade. A segunda é de natureza micro-institucional, representada pela economia das organizações, que estuda a natureza explicativa dos diferentes arranjos institucionais observados [...]. Ambas vertentes consideram as instituições relevantes e passíveis de análise e a vertente micro-institucional parte da visão da firma como um nexo de contratos (ZYLBERSZTAJN, 2005, p. 397)

A Nova Economia Institucional tem sua análise fundamentalmente centrada em aspectos microeconômicos, propondo sua reflexão a partir das transações (e não a partir dos mercados e da alteração nos preços relativos, como no entendimento ortodoxo). A NEI enfatiza a teoria da firma em uma abordagem não convencional, em conjunto com história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial (CONCEIÇÃO, 2002a).

Segundo Conceição (2002a), existe uma conexão entre os três conceitos fundamentais propostos pela NEI: racionalidade limitada, oportunismo e custos de transação. Ou seja, a existência de custos de transação nas economias é justificada por comportamentos baseados na racionalidade limitada e no oportunismo, ambos inerentes à organização econômica e pressupondo a existência de falhas de mercado.

Por racionalidade limitada entende-se a impossibilidade de conhecer toda informação necessária para a tomada de decisões ótimas, existindo um entendimento de que os agentes tomam decisões da maneira mais razoável possível na busca de determinados fins, dada a pobreza informacional (GALA, 2003). Por outro lado, o oportunismo se manifesta na

fraqueza da própria razão, sendo entendido enquanto a busca do auto-interesse com astúcia (CONCEIÇÃO, 2002a).

Portanto, a “economia dos custos de transação” e a organização industrial definem o ambiente institucional — e, conseqüentemente, as instituições — que orienta o processo de tomada de decisões, em um meio permeado por incerteza, racionalidade limitada e oportunismo, com vistas à redução dos custos de transação (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 131)

Embora North também se utilize do conceito de custos de transação, pode-se dizer que ele amplia a análise institucional para o entendimento de mudança institucional como um fator determinante ao desenvolvimento econômico. Para North, “as trajetórias das mudanças institucionais são elementos essenciais na definição das diferentes formas de crescimento econômico” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 95).

O trabalho de Douglass North (1990) teve como objetivo primordial fornecer a estrutura teórica para analisar a influência das instituições na performance das economias, podendo-se afirmar que as instituições afetam o desempenho das economias pelo seu efeito nos custos de transação e produção. Assim, verifica-se que “os trabalhos institucionalistas de Douglass North iniciam por demonstrar as falhas da teoria neoclássica em tratar os determinantes do desempenho econômico ao longo da história” (LOPES, 2013, p. 622).

Em outras palavras, North identificou que a teoria neoclássica não considerava a existência dos custos de informação e da incerteza para investir, aumentar o estoque de capital, tecnologia, conhecimento e viabilizar melhor desempenho econômico. Desta forma, não foi eficiente em explicar as razões que levam aos diferentes desempenhos das economias ao longo do tempo (LOPES, 2013).

Para North (1990), as instituições podem ser formais (normas, regras criadas pelo homem) ou informais (convenções, códigos de conduta, normas de comportamento) constituindo-se em um guia para a ação humana cujo papel fundamental é o de reduzir a incerteza, estabelecendo uma estrutura estável (mas não necessariamente eficiente) para a interação humana. Em última análise, são as instituições que formam a estrutura de incentivos da sociedade, de forma que o desempenho das sociedades é resultado das instituições e dos estímulos à inovação e a eficiência (LOPES, 2013).

Anos após lançar esta primeira definição de instituições, em um novo trabalho escrito em conjunto com Wallis e Weingast, North amplia o conceito de instituições⁷ e as define

⁷ Neste sentido, em última análise, percebe-se uma aproximação teórica de Douglass North com Thorstein Veblen, do Antigo Institucionalismo. Ou seja, para North, o crescimento é determinado pelas escolhas dos indivíduos / organizações em interação com o marco institucional vigente, sendo tais escolhas afetadas pelas

como as regras do jogo, “mas não apenas no sentido das normas, de forma que estas incluiriam as leis formais, as normas informais de comportamento e as crenças compartilhadas pelos indivíduos acerca do mundo” (NORTH et al. 2009, apud BINS, 2019, p. 18).

Com relação às instituições informais, North (1990) esclarece que elas se originam de informações transmitidas socialmente e fazem parte do patrimônio que chamamos de cultura. Segundo North (1990), as restrições informais que são culturalmente derivadas não mudarão imediatamente em reação a mudanças nas regras formais, o que sugere a prevalência de restrições informais em relação às formais.

Segundo Lopes (2013), o desempenho econômico para Douglass North está profundamente relacionado à compreensão de três elementos que influenciam na formação das instituições e na mudança institucional: o processo de aprendizagem, a formação dos modelos mentais compartilhados e das crenças que evoluem ao longo da história. Segundo North (2005), o arcabouço institucional reflete as crenças acumuladas na sociedade ao longo do tempo, de forma que a mudança do arcabouço institucional normalmente é um processo incremental que reflete as restrições impostas pelo passado no presente e no futuro.

Considerando que as instituições seriam uma representação externa das crenças existentes na sociedade, para North (2005) a estrutura dos mercados acaba por refletir as crenças das pessoas que estão na posição de determinar as regras do jogo para satisfazer os seus desejos, sejam eles desejos de monopólio ou de criar um mercado competitivo. Ou seja, as crenças determinam a ação dos indivíduos que podem ser orientadas para perpetuar uma estrutura institucional ou transformá-la, sendo positivo, ou não, para melhores condições de crescimento (LOPES, 2013).

Neste contexto, surge a concepção de *path dependence* (ou dependência da trajetória) na medida em que a evolução institucional que determina a performance econômica é resultado da cultura, da aprendizagem e dos modelos mentais, os quais evoluem ao longo do tempo (LOPES, 2013). Ou seja, as escolhas do presente são restringidas pela herança institucional acumulada do passado, e as instituições do passado acabam por determinar a origem das organizações cuja sobrevivência depende da perpetuação dessas mesmas instituições e que, portanto, dedicarão recursos para impedir qualquer alteração que ameace sua sobrevivência (NORTH, 2005).

crenças, modelos mentais e processo de aprendizagem que acontece ao longo do tempo. Por outro lado, para Veblen, o crescimento pode ser compreendido a partir da interação entre as ações dos indivíduos e as instituições que são sustentadas por hábitos coletivos e crenças da sociedade (LOPES, 2013).

Por outro lado, para North, as organizações (sejam elas políticas, econômicas, sociais ou educacionais) são os principais agentes de uma sociedade e elas surgem do *framework* institucional de um dado momento no tempo. A partir dos estímulos oferecidos pela matriz institucional, surgirão as organizações que atuarão na busca de objetivos diversos, de modo que a performance econômica (e a própria mudança institucional) das sociedades é resultado da interação das organizações com a matriz institucional vigente (GALA, 2003).

Desta forma, compreender a mudança institucional em Douglass North implica analisar a interação que acontece entre os agentes, representados pelas organizações, e o marco institucional vigente. Em outras palavras, o desempenho das economias é decorrência das escolhas dos agentes em interação com o marco institucional vigente, o qual está em modificação ao longo do tempo. As escolhas dos agentes, por sua vez, são resultado das suas crenças compartilhadas, que surgem em função dos modelos mentais e evoluem pela aprendizagem (LOPES, 2013).

Para North (2005), as instituições mudam, geralmente de forma incremental, à medida que empreendedores e organizações políticas e econômicas percebem novas oportunidades ou reagem a novas ameaças que afetam seu bem-estar, de forma que a mudança institucional pode resultar de mudanças nas regras formais, informais ou na aplicação de qualquer uma delas.

Neste sentido, a mudança econômica de longo prazo é uma “consequência cumulativa” de diversas decisões de curto prazo tomadas por organizações e políticos que acabam por determinar, direta ou indiretamente, o desempenho econômico (CONCEIÇÃO, 2008). O processo de mudança econômica e institucional, por sua vez, deve abranger os seguintes aspectos: “a incerteza em um mundo não ergódico; os sistemas de crenças, cultura e ciência cognitiva; a consciência e a intencionalidade humana” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 96).

Ao questionar então como as instituições mudam, North (2005, p. 59) sugere que a mudança institucional segue cinco proposições, sendo elas:

1. The continuous interaction between institutions and organizations in the economic setting of scarcity and hence competition is the key to institutional change.
2. Competition forces organizations to continually invest in skills and knowledge to survive. The kinds of skills and knowledge individuals and their organizations acquire will shape evolving perceptions about opportunities and hence choices that will incrementally alter institutions.
3. The institutional framework provides the incentives that dictate the kinds of skills and knowledge perceived to have the maximum pay-off.
4. Perceptions are derived from the mental constructs of the players.
5. The economies of scope, complementarities, and network externalities of an institutional matrix make institutional change overwhelmingly incremental and path dependent.

Com relação à primeira proposição, North (2005) esclarece a importância da separação conceitual entre instituições (as regras do jogo) e organizações (os jogadores), e define que a mudança institucional advém da interação entre instituições e organizações. As organizações são constituídas dos grupos de indivíduos (empresas, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, clubes) que se unem em razão de objetivos comuns, e as oportunidades fornecidas pela matriz institucional determinam os tipos de organizações que surgirão. A mudança institucional ocorre a partir do momento em que os empreendedores das organizações enfrentam a concorrência do mercado, percebem oportunidades novas ou alteradas, e podem decidir entre induzir a mudança institucional alterando as regras do jogo (seja por meio da atuação de órgãos políticos ou por organizações econômicas ou sociais que pressionam organizações políticas); ou alterando os tipos e a eficácia da aplicação de regras ou a eficácia de sanções e outros meios de aplicação de restrições informais.

A segunda proposição está centrada na importância da competição para a mudança institucional na medida em que a competição e o próprio pressuposto de escassez da economia induzem as organizações a investir em habilidades e conhecimento, e, em última análise, a chave para a sobrevivência de uma organização é melhorar sua eficiência em relação aos seus concorrentes (NORTH, 2005). Quando, por algum motivo, a competição é “silenciada”, as organizações terão pouco incentivo para investir em novos conhecimentos e, conseqüentemente, não induzirão rápidas mudanças institucionais (NORTH, 2005).

Neste sentido, North também destaca a importância do conhecimento para a evolução das sociedades:

[...] the stock of knowledge the individuals in a society possess is the deep underlying determinant of the performance of economies and societies and changes in that stock of knowledge is the key to the evolution of economies. [...] The key point is that learning by individuals and organizations is the major influence on the evolution of institutions. (NORTH, 2005, p. 63)

A terceira proposição resume o princípio de que a estrutura de incentivos (instituições) de cada sociedade vai determinar quais tipos de organizações deverão existir, e se elas serão impulsionadas a investir em habilidades e conhecimento ou não. Por exemplo, se o aumento da produtividade nas organizações determina o recebimento de rendimentos mais altos, então se pode esperar que as organizações invistam em habilidades e conhecimento para que tenham um aumento na produtividade (NORTH, 2005).

A partir da quarta proposição, North (2005) pretende demonstrar que as percepções dos indivíduos são a chave para as escolhas que eles fazem, e as percepções dependem dos

modelos mentais que os indivíduos formam para explicar e interpretar o mundo em que vivem. Tais modelos mentais são resultado, em parte, da herança cultural dos indivíduos mas também da solução dos problemas locais do dia-a-dia e de aprendizado “não-local”, de forma que indivíduos de diferentes *backgrounds* deverão interpretar os mesmos fatos de forma diferente, fazendo escolhas diferentes (NORTH, 2005).

A última proposição esclarece a relação de dependência recíproca das organizações e das instituições, ou seja, a viabilidade, lucratividade e sobrevivência das organizações dependem do marco institucional vigente na medida em que foi o próprio marco institucional que possibilitou que as organizações existissem da forma como elas estão. Deste contexto, North (2005) conclui que a mudança institucional é normalmente incremental e *path dependent*. Incremental na medida em que uma mudança em grande escala sofrerá oposição de muitas outras organizações que serão prejudicadas pela mudança pretendida. E *path dependent* porque a direção da mudança institucional incremental será bastante consistente com o marco institucional vigente, sendo determinada pelo conhecimento e pelas habilidades nos quais as organizações investiram.

A partir destas cinco proposições e da caracterização do processo de mudança institucional, North (2015) entende ter construído o alicerce fundamental para a compreensão do processo de mudança econômica, sendo que estas proposições deverão orientar a análise acerca da mudança institucional enquanto fator determinante ao desenvolvimento endógeno.

2.3 Desenvolvimento Endógeno e Mudança Institucional: uma proposição teórico-empírica

Uma vez definidos os entendimentos acerca de mudança institucional e do seu papel enquanto força do desenvolvimento endógeno, pretende-se então propor um modelo teórico para a análise do ambiente empírico, objeto do presente trabalho, qual seja, as organizações integrantes do sistema produtivo da pecuária de corte da Bacia do Rio Ibirapuitã.

A perspectiva do Desenvolvimento Endógeno sustenta que a mudança institucional é um fator determinante à ocorrência do desenvolvimento das economias, na medida em que a própria mudança e adaptação às novas condições permite que as organizações estabeleçam acordos e contratos, bem como troquem bens e serviços com baixos custos de transação, impulsionando a capacidade empreendedora, fortalecendo a confiança e as relações de cooperação entre os atores locais (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Ou seja, considerando que é a matriz institucional de cada sociedade que regula os processos de produção e as relações comerciais, bem como fornece o contexto no qual os atores tomam decisões de investimento, tem-se que a mudança institucional é um fator determinante ao processo de desenvolvimento (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Para o presente trabalho, devem ser definidas quais instituições serão estudadas a partir dos seus processos de mudança. Neste sentido, propõe-se a utilização do conceito de North (1990) de instituições enquanto regras formais (normas, regras criadas pelo homem), informais (convenções, códigos de conduta, normas de comportamento) e crenças compartilhadas que guiam a ação humana, cujo papel fundamental é o de reduzir a incerteza, estabelecendo uma estrutura estável (mas não necessariamente eficiente) para a interação humana.

Com base na interpretação do desenvolvimento endógeno, é possível elencar algumas regras formais, informais e crenças compartilhadas que podem ser entendidas enquanto fatores determinantes ao desenvolvimento das economias “de baixo para cima”, as quais serão compreendidas enquanto as instituições cuja mudança e adaptação será analisada.

Neste sentido, Vázquez-Barquero e Rodríguez-Cohard (2016) destacam a existência de cooperação entre os atores locais, bem como a efetiva participação dos atores locais nas decisões que afetam a economia e a sociedade, existindo a possibilidade de articulação local para criação de projetos e iniciativas orientadas ao desenvolvimento local. Igualmente importante é a existência de leis, regras e governança que proporcionem a descentralização e a transferência de competências para os municípios e regiões, de forma que os atores e organizações locais estejam à frente das iniciativas de desenvolvimento (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Ademais, o desenvolvimento local também pode ser caracterizado pela existência de instituições que facilitam a adoção de inovações que estimulam a produtividade e a competitividade das firmas, bem como por iniciativas locais que estimulam a expansão da capacidade empreendedora (por meio do estímulo à criação de empresas, por exemplo) e incentivam a adoção e difusão de inovações em todo o sistema produtivo (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Não menos importante aos processos de desenvolvimento das economias são os códigos de comportamento da população e a cultura que se constituiu na sociedade ao longo do tempo, aliados à existência e ao funcionamento dos contratos e mecanismos de governança dos acordos que criam um clima de confiança, de forma que as firmas e os atores locais fazem

investimentos e assumem riscos no ambiente cada vez mais competitivo (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Neste sentido, podem ser elencados, a partir da perspectiva do desenvolvimento endógeno, as seguintes instituições determinantes ao processo de desenvolvimento das economias, as quais podem ser caracterizadas enquanto regras formais, informais e crenças compartilhadas conforme diferenciação proposta por North:

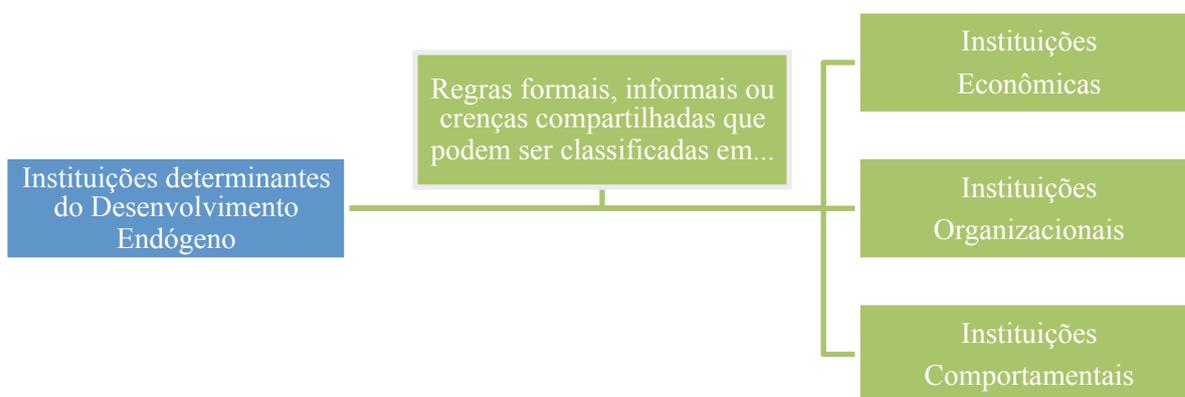


Figura 2 – Classificação proposta às Instituições determinantes ao Desenvolvimento Endógeno
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Estão agrupados no conceito de Instituições Econômicas as regras formais, informais e crenças compartilhadas relacionadas às transações efetuadas pelos atores econômicos, no caso, as organizações rurais (ou produtores rurais, organizados como pessoa física ou jurídica). As Instituições Econômicas estão relacionadas ao papel do Estado enquanto agente regulador e financiador, leis e normas aplicáveis à atividade, à produção e à comercialização (que, em última análise, impactam as decisões dos indivíduos), e à governança no sentido vertical (relações com atores de diferentes elos da cadeia), considerando as relações do produtor com o mercado, com fornecedores e clientes, contratos, acordos e arranjos comerciais.

As Instituições Organizacionais são entendidas enquanto as regras formais, informais e crenças compartilhadas relativas aos mecanismos de cooperação, participação dos atores sociais nas decisões e difusão do conhecimento e da inovação. Tais Instituições podem se constituir de leis, normas, contratos e acordos formais que garantam a cooperação entre os atores locais, participação nas associações, entidades de classe, instituições de apoio ou, até mesmo, mecanismos (horizontais) de organização da produção. As Instituições Organizacionais também podem ser compreendidas enquanto mecanismos democráticos de

participação nas decisões, relações de cooperação (horizontal) entre atores locais (entre produtores ou com agências de fomento, universidades, institutos de pesquisa) e relações de transferência do conhecimento e da inovação.

São entendidas enquanto Instituições Comportamentais os mecanismos culturais que facilitam (ou não) a atividade econômica, condicionados pelas crenças e raízes culturais da sociedade. Tais mecanismos são normalmente regras informais e crenças compartilhadas compreendidas enquanto as normas de comportamento, motivações econômicas e não-econômicas que permeiam as decisões das organizações sobre as conduções de seus negócios (realização de investimentos, diversificação, inovação) e sobre a interação com os atores locais.

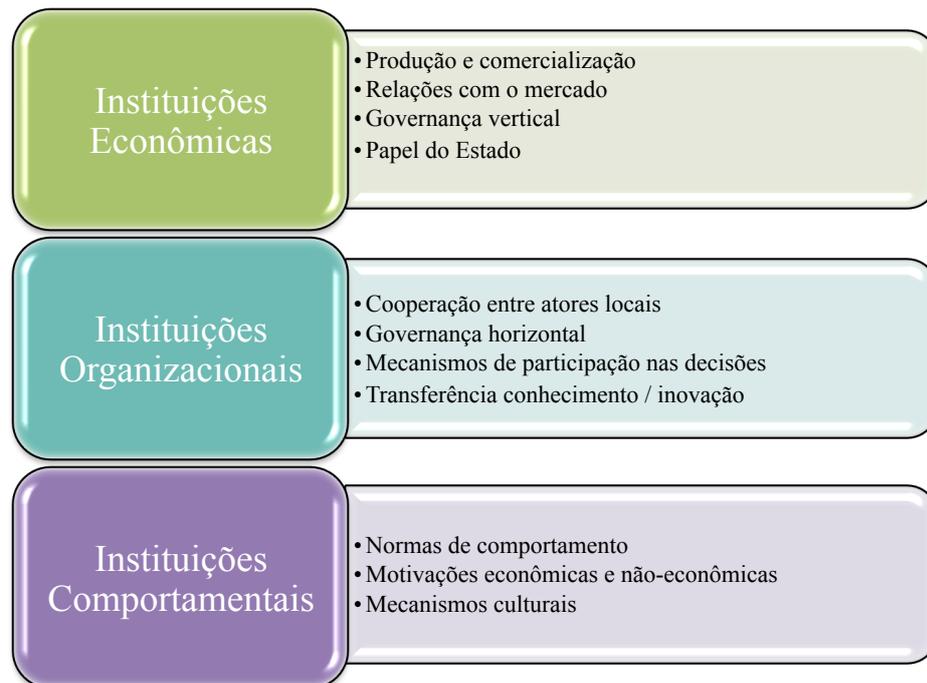


Figura 3 – Resumo da definição e características das Instituições Econômicas, Organizacionais e Comportamentais.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Definidas as instituições apontadas pela abordagem do desenvolvimento endógeno como determinantes ao processo de desenvolvimento das economias, propõe-se a análise a partir das proposições sobre mudança institucional de Douglass North. Com base no entendimento de North (2005), observa-se que as mudanças institucionais serão normalmente incrementais e *path dependent*, e podem ser compreendidas a partir da existência de um ambiente competitivo que em última análise determinará a interação das organizações com as instituições, o investimento das organizações em habilidades e conhecimentos, considerando

o sistema de incentivos existente, bem como as percepções e modelos mentais dos indivíduos. Esta compreensão da mudança a partir da interação entre as organizações com o marco institucional vigente também é encontrada no pensamento de Vázquez-Barquero:

Change in institutions occurs when actors who participate in governance find that new institutional arrangements offer them higher benefits. Restructuring entails a change in the formal rules as well as the informal norms, and encounters support from organizations whose interests can be foreseen to benefit from this change. When actors perceive that institutional change is strategic for reaching a group's objectives, they create organizations that take on the responsibility of negotiating the changes in the rules of the game and in the norms. (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010, p. 209)

Neste sentido, segundo o modelo teórico proposto por North, o desenvolvimento resulta da interação entre a matriz institucional vigente e as escolhas dos atores sociais (indivíduos e organizações) no seu processo de produção, sendo que estas escolhas, em última análise, são afetadas pelas crenças, modelos mentais e aprendizagem que ocorre com o passar do tempo (LOPES, 2013). Portanto, compreender as instituições vigentes e o processo de mudança institucional pode contribuir para a compreensão sobre o contexto a partir do qual as escolhas dos indivíduos estão sendo tomadas, e como isto se relaciona com o processo de desenvolvimento das sociedades.

Assim, com relação ao ambiente empírico do presente trabalho, pretende-se verificar as Instituições Econômicas, Organizacionais e Comportamentais para a compreensão das suas mudanças e a análise se tais mudanças na matriz institucional do sistema produtivos da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã podem (ou não) ser entendidos enquanto fatores de desenvolvimento endógeno da região.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a condução da presente pesquisa, destacando os principais passos executados, tendo em vista responder à questão de pesquisa.

Para atender os objetivos geral e específicos, propõe-se uma pesquisa de natureza empírica e de **caráter exploratório-descritivo**. Segundo Hair Jr. et al. (2005), a pesquisa exploratória se mostra adequada quando o pesquisador dispõe de poucas informações, ainda não existindo hipóteses específicas a serem testadas. Conforme Triviños (1987), os estudos exploratórios proporcionam oportunidades de aprofundamento sobre determinado tema, inclusive com a finalidade de delimitar com maior segurança uma construção teórica ainda muito ampla considerando os objetivos de pesquisa.

Neste sentido, a pesquisa de caráter exploratório se mostra adequada ao presente trabalho pelo fato de existirem poucos estudos que se propuseram a identificar as instituições presentes e a mudança institucional nas organizações rurais, especialmente na região de análise. Então, em um primeiro momento, a pesquisa assume caráter exploratório ao buscar, por meio de entrevistas com especialistas, um direcionamento maior e a elaboração de hipóteses com relação às instituições que serão objeto de análise, bem como suas respectivas mudanças e relações com o processo de desenvolvimento.

Na segunda fase, a pesquisa assume caráter descritivo quando se busca identificar as instituições e as mudanças institucionais, estabelecendo relações com a teoria do desenvolvimento endógeno e possibilitando-se verificar as hipóteses levantadas a partir das entrevistas com especialistas. Segundo Triviños (1987), o objetivo dos estudos descritivos é exatamente conhecer a sociedade, seus traços característicos, seus problemas, sua população, seus valores, etc., pretendendo descrever com exatidão os fenômenos ou fatos de determinado ambiente empírico.

Com relação à abordagem, utiliza-se a **abordagem qualitativa** na medida em que a pesquisa qualitativa pretende a compreensão aprofundada de um grupo social, de uma organização, etc., não se preocupando com representatividade numérica, mas buscando centrar-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A abordagem qualitativa se propõe a aprofundar a complexidade de fatos, processos e fenômenos particulares e específicos de grupos que possam ser minimamente delimitados em extensão e possam ser abrangidos intensamente (MINAYO; SANCHES, 1993).

Neste sentido, propõe-se a utilização do método de **estudo narrativo** para a análise das instituições e da mudança institucional nos sistemas produtivos da Bacia do Rio Ibirapuitã, sendo selecionado para o presente estudo os sistemas pecuários por estarem entre as principais atividades econômicas da região.

Segundo Creswell (2014), “o estudo narrativo conta a história dos indivíduos que se revela em uma cronologia das suas experiências, estabelecidas dentro do seu contexto pessoal, social e histórico e incluindo os temas importantes nessas experiências vividas”. Considerando que se pretende em última análise caracterizar as instituições presentes e estudar as mudanças institucionais, é fundamental que se compreenda as histórias dos produtores rurais integrantes dos sistemas produtivos que serão estudados bem como os acontecimentos, o contexto e eventuais mudanças que ocorreram ao longo do tempo – o que justifica a utilização do estudo narrativo como método de pesquisa.

Os dados foram coletados, em um primeiro momento, por meio de entrevistas em profundidade com especialistas do setor produtivo, tendo sido formuladas perguntas abertas com o objetivo de captar elementos sobre as instituições econômicas, comportamentais e organizacionais, o contexto e as principais mudanças ocorridas. Optou-se por não definir um lapso temporal sobre o qual foram coletadas as informações de mudança na medida em que cada localidade tem características e histórias distintas. Em um segundo momento, identificadas as instituições, realizou-se entrevistas semiestruturadas com os produtores do setor da pecuária para a identificar as mudanças institucionais ocorridas, conforme será detalhado abaixo.

Foram entrevistados dois especialistas no setor da pecuária de corte da Bacia do Rio Ibirapuitã nos meses de junho e setembro de 2019, ambos com mais 25 anos de experiência no setor, sendo um especialista atuante como produtor rural, consultor veterinário e técnico da Associação Brasileira de Angus na região de Sant’ana do Livramento (ESP1) e outra especialista engenheira agrônomo e técnica da Fundação Maronna, atuante na região de Alegrete (ESP2). A Fundação Maronna é uma entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 26 de agosto de 1983, cuja missão é "gerar, testar e difundir sistemas agropecuários produtivos, economicamente viáveis e sustentáveis, através da validação confiável de técnicas de manejo e gerenciamento para aumentar a produtividade e competitividade do setor".

Segundo Hair Jr. et al. (2005), uma entrevista em profundidade pode ser entendida enquanto um encontro de discussão individual entre o entrevistador e o entrevistado, que em geral é escolhido em razão de possuir algum conhecimento específico. A entrevista em

profundidade permite respostas mais estruturadas e mais profundas que o grupo focal. As entrevistas em profundidade seguiram o roteiro descrito no Apêndice A, foram gravadas e tiveram, cada uma, duração aproximada de 1h30min.

Após as entrevistas com os especialistas, foi possível estabelecer um panorama sobre as instituições econômicas, comportamentais e organizacionais do setor da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã, permitindo que fosse elaborado um novo roteiro estruturado para entrevistas com produtores rurais da região, com o objetivo de verificar mudanças institucionais ocorridas, conforme Apêndice B.

Por outro lado, a partir das entrevistas com especialistas, percebeu-se uma diversidade muito grande no perfil dos pecuaristas da região, de forma que se estabeleceu dois grupos de produtores para a realização das entrevistas na segunda etapa da pesquisa: um grupo de pecuaristas familiares, estabelecidos na região de Alegrete e um grupo de pecuaristas “não-familiares”, estabelecidos nos Municípios de Sant’ana do Livramento, Quaraí e Rosário do Sul.

Os pecuaristas familiares entrevistados fazem parte da Associação dos Produtores do Rincão do 28, estabelecidos na região do Rincão do 28 ao Sul do Município de Alegrete, os quais recebem assistência técnica da Fundação Maronna em conjunto com programas governamentais disponibilizados para a região, destacando-se o programa “Juntos para Competir” (JPC), o qual é elaborado e executado por Farsul, Senar RS e Sebrae RS.

Nas entrevistas semiestruturadas “o pesquisador fica livre para exercitar sua iniciativa no acompanhamento da resposta a uma pergunta”, podendo “resultar no surgimento de informações inesperadas e esclarecedoras, melhorando as descobertas” (HAIR JR. et al., 2005, p. 163).

Foram entrevistados produtores rurais cuja atividade principal (principal fonte de renda) é a pecuária de corte, especialmente bovinicultura de corte, e que desenvolvem suas atividades nos municípios integrantes da Bacia do Rio Ibirapuitã por, no mínimo, 10 (dez) anos. Nos meses de novembro e dezembro de 2019, foram entrevistados seis produtores familiares e seis produtores não-familiares, sendo que os produtores familiares foram indicados pelo ESP2, integrante da Fundação Maronna. As entrevistas semiestruturadas com os pecuaristas tiveram duração média de 1 hora.

Com relação ao número de organizações rurais entrevistadas, foi adotado o critério da saturação teórica. Segundo Duarte (2002), em pesquisas qualitativas, dificilmente se pode determinar com antecedência o número de sujeitos que serão entrevistados uma vez que esta informação dependerá na qualidade das informações encontradas, assim como da

profundidade e do quanto tais informações divergem ou repetem. Na medida em que torna-se possível identificar práticas, padrões, categorias de análise da realidade e visões de mundo do ambiente estudado, as entrevistas atingem o que se pode chamar de “ponto de saturação”, entendendo-se que o trabalho de campo pode ser finalizado (DUARTE, 2002, p. 144).

Visando a proteção aos produtores entrevistados, não foram revelados os seus nomes e as análises foram feitas por meio de códigos, de forma que nomeou-se o entrevistado como pecuarista familiar (PF) ou pecuarista não familiar (PNF) e o número referente à ordem de realização das entrevistas.

Além das entrevistas, a coleta de dados também ocorreu por meio de observação direta, especialmente durante as entrevistas com os pecuaristas (organizações rurais), considerando que a pesquisadora esteve inserida no contexto dos entrevistados e teve a oportunidade de observar fatos ou eventos que não foram relatados.

A observação direta ocorreu principalmente nos casos em que a entrevista com o produtor ocorreu na propriedade onde são desenvolvidas as atividades da pecuária, oportunizando-se a observação das escolhas e preferências dos produtores. Igualmente, oportunizou-se a observação durante um evento de final de ano dos pecuaristas não-familiares, para o qual a pesquisadora foi convidada e compareceu, tendo a oportunidade de observar a interação entre os produtores e os valores sobre os quais estão estabelecidas as relações.

Os dados coletados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, buscando nas falas dos entrevistados e nas observações elementos que contribuam para compreender as instituições existentes, o processo de mudança institucional e as relações com o desenvolvimento endógeno. A análise de conteúdo

“é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42)

Inicialmente, fez-se uma pré-análise dos dados obtidos, com o objetivo de sistematizar os dados iniciais, formulando-se, igualmente, hipóteses de análise. A codificação dos dados ocorreu por meio de análise temática, consistindo os temas nas Instituições Econômicas, Organizacionais e Comportamentais, seguindo-se da categorização das instituições identificadas dentro de cada temática, inferência e interpretação dos resultados. Dessa forma buscou-se operacionalizar o modelo teórico-empírico exposto na Figura 2. Segundo Bardin (1977, p. 105), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que

compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Quadro 1 – Sistematização da Metodologia Proposta

Objetivos específicos	Técnica de coleta de dados	Técnica de análise de dados
a) Verificar as instituições presentes em sistemas pecuários familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã.	- Entrevistas em profundidade com especialistas (Apêndice A)	Análise de conteúdo
b) Identificar mudanças institucionais na trajetória dos pecuaristas familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã.	- Entrevistas semiestruturadas com produtores (Apêndice B) - Observação direta	
c) Averiguar se eventuais mudanças institucionais nos sistemas produtivos podem ser entendidas enquanto fator de desenvolvimento endógeno da região.	- Entrevistas semiestruturadas com produtores (Apêndice B) - Observação direta	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Uma vez descrita a metodologia adotada para esta pesquisa, apresenta-se um esquema resumo (Quadro 1) com o apanhado geral dos procedimentos metodológicos, a seguir sendo apresentadas os resultados e sua discussão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho se propôs a discutir as dificuldades no desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, sob o prisma do desenvolvimento endógeno e da mudança institucional como seu fator determinante, escolhendo, para tanto, a região de análise da Bacia do Rio Ibirapuitã, e, mais especificamente, a atividade da pecuária de corte por se tratar de atividade tradicional na matriz produtiva da região.

A perspectiva do desenvolvimento endógeno destaca os papéis da inovação, do desenvolvimento urbano, da organização flexível da produção e da capacidade de mudança institucional como determinantes ao desenvolvimento das regiões. Ou seja, em flagrante contraste com a realidade identificada na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, estudar a realidade e as potencialidades de desenvolvimento da região passa pela compreensão destes papéis, de forma que, no presente trabalho, pesquisou-se a **capacidade de mudança institucional** no setor da pecuária de corte da Bacia do Rio Ibirapuitã como um fator determinante ao desenvolvimento endógeno da região. Isto porque, fundamentalmente, as escolhas que levam (ou não) ao desenvolvimento têm profundas raízes institucionais e cada sociedade tem seus próprios mecanismos culturais e organizacionais que podem facilitar ou não a atividade econômica (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Para tanto, analisar a mudança institucional em sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã e sua relação com o potencial de desenvolvimento endógeno requer, em primeiro lugar, que se verifique as instituições presentes em sistemas pecuários familiares e não familiares da Bacia. Após, podem ser identificadas eventuais mudanças institucionais na trajetória dos pecuaristas e averiguado se as eventuais mudanças podem ser entendidas enquanto fator de desenvolvimento endógeno da região.

4.1 A Dinâmica do Setor Pecuário na Bacia do Rio Ibirapuitã e suas Instituições

A Bacia do Rio Ibirapuitã é a fonte de recursos naturais para quatro municípios integrantes da Metade Sul do Rio Grande do Sul, sendo eles Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Sant'Ana do Livramento. Tal região é predominantemente explorada pela atividade da pecuária corte, principalmente bovina, uma atividade que guarda relação com o baixo desenvolvimento da região, seja por ter tradicionalmente adotado um caráter extensivo (decorrente da formação histórica e econômica e predomínio do latifúndio), seja pela baixa

rentabilidade, baixa intensidade de uso de mão-de-obra e capital e pela limitada capacidade empreendedora e de inovação das organizações rurais.

Diante desta realidade, e principalmente diante da pouca capacidade empreendedora historicamente relacionada aos atores deste setor produtivo na região, propõe-se a análise a partir da perspectiva do desenvolvimento endógeno, segundo a qual a mudança institucional é um fator determinante ao desenvolvimento das regiões. Por outro lado, a teoria institucionalista de Douglass North lança as bases para a compreensão da mudança das instituições, formando a lente teórica sobre a qual se estuda a realidade posta.

4.1.1 Perfil dos Produtores Pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã

A partir das entrevistas com especialistas, constatou-se a ampla diversidade no perfil dos produtores da pecuária de corte bovina na Bacia do Rio Ibirapuitã. Os entrevistados referiram existir produtores que se especializaram e se “tecnificaram” e hoje são vistos como produtores “empresariais” (com técnicas mais intensivas de produção), e produtores que, em grande parte, ainda mantém técnicas tradicionais de produção (mais extensivas), identificados como produtores “tradicionais”. Estes produtores tradicionais, por sua vez, podem ser classificados como produtores tradicionais familiares (de pequeno porte) e produtores tradicionais não-familiares (de médio ou grande porte).

Os entrevistados fizeram referência, ainda, a um outro perfil de pecuarista cuja presença na região tem se destacado nos últimos anos, que é o profissional liberal que passa a exercer a atividade da pecuária de corte em paralelo a sua atividade principal. Este perfil de produtor, por vezes, pode assumir uma conduta mais tradicional e, por vezes, uma conduta mais empresarial.

Para o propósito do presente trabalho, propõe-se a análise de dois casos empíricos de pecuaristas, sendo o caso dos pecuaristas familiares (de pequeno porte) e dos pecuaristas não-familiares (de médio e grande porte), estes últimos que podem ter uma característica mais tradicional ou mais empresarial. O estudo destes dois perfis permite a compreensão de duas realidades que representam o setor produtivo da região, e verificar como se comporta a capacidade de mudança institucional nas duas lógicas produtivas.

Esta diferenciação entre produtores tradicionais e empresariais também encontra referência em trabalhos científicos sobre o perfil dos pecuaristas. Fontoura (2019) identifica a existência de dois sistemas de exploração da pecuária de corte, existentes, inclusive, na região da Metade Sul do Rio Grande do Sul. O sistema tradicional, que se produz de forma

extensiva, com pouca inovação, escassos investimentos em benfeitorias e genética, priorizando a aquisição de terras. Tal sistema não possui associação com a lavoura (a menos que nos casos de arrendamento) e o tempo médio de abate dos animais é de 4,5 anos, constituindo-se na base da sociedade latifundiária patrimonialista, com restritas possibilidades de ascensão social.

Segundo Severo e Miguel (2006, p. 216), “este pecuarista tradicional, no que tange à questão genética, visa a apenas baixar seus custos de produção, mesmo em detrimento da qualidade do produto final”, de forma que, na maioria das vezes, os cruzamentos são “realizados aleatoriamente, com insuficiente orientação técnica ou prática se inseminação artificial”.

Ademais, no que tange à produção pecuária no sistema tradicional, identifica-se baixa sustentabilidade econômica, sobretudo em razão do tempo de produção (tempo necessário para que os animais atinjam condições para abate), distância dos centros consumidores e causas naturais como aspectos climáticos, hidrográficos, morfológicos, características do solo, etc. (SEVERO; MIGUEL, 2006).

Por outro lado, a pecuária empresarial busca a produção de forma mais intensiva, introduzindo inovações de forma que o tempo médio de abate dos animais se dá entre 16 e 24 meses proporcionando a produção de carnes diferenciadas chamadas de “novilho precoce”. Os pecuaristas empresariais também investem na associação com lavouras temporárias como as de arroz, soja e forrageiras de inverno, promovendo a integração “lavoura-pecuária”, aumentando a divisão e a demanda por trabalho tanto nas unidades de produção, como no setor de serviços técnicos especializados com base urbana. Identifica-se, desta forma, que a pecuária empresarial possui uma racionalidade e organização do trabalho voltada para o lucro (FONTOURA, 2019).

Severo e Miguel (2006) relatam que o surgimento da pecuária empresarial na Campanha Gaúcha ocorreu, em meados da década de 1970, com a transferência da gestão das fazendas aos veterinários e profissionais habilitados recém graduados. Tal transferência de responsabilidade pela administração dos negócios aos descendentes se mostrou fundamental à introdução do novo paradigma, introduzindo-se procedimentos produtivos (focados em sanidade, manejo, genética e alimentação) visando combater os problemas da pecuária tradicional, ou seja, buscando aumentar a natalidade e diminuir o tempo de abate.

Entende-se que o surgimento da pecuária empresarial e da necessidade de uma administração eficiente dos recursos produtivos foi decorrência de fatores como: i) a restrição do crédito subsidiado a partir da década de 1980; ii) a alta inflação que dificultou a introdução

de inovações no setor pecuário e estimulou a compra de terras para fins especulativos, aumentando a concorrência e dificultando a ampliação dos sistemas extensivos; iii) a diminuição dos estabelecimentos produtivos em razão da repartição das terras por processos de herança (diminuindo os ganhos da atividade nos moldes extensivos); iv) a concorrência, a partir dos anos 1990, em decorrência da inserção no mercado dos rebanhos de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e da importação facilitada procedente do Uruguai e da Argentina (SEVERO; MIGUEL, 2006).

O ESP1 corroborou este entendimento ao afirmar que nota uma forte diminuição no crédito subsidiado e o conseqüente aumento dos juros para custeios e investimentos na atividade pecuária, aduzindo, inclusive, às décadas de 1970 e 1980 quando foi disponibilizado crédito para o setor primário com prazo longo de pagamento, o qual viabilizou a compra de muitos equipamentos pelos produtores da região.

Por outro lado, com relação ao perfil dos pecuaristas familiares, destaca-se o entendimento de Ribeiro (2009), o qual propõe a identificação dos pecuaristas familiares como aqueles que utilizam mão-de-obra predominantemente familiar, cuja renda principal advém da atividade pecuária de corte em áreas com até cerca de 300 hectares.

Segundo Ribeiro (2009), as tecnologias de produção utilizadas pelos pecuaristas familiares se caracterizam por uma baixa utilização de insumos externos e por uma forte relação e dependência dos fatores da natureza, de forma que se pode afirmar que tais produtores ainda não foram “atingidos”, efetivamente, pelo processo de modernização da agricultura. Neste sentido, pecuaristas familiares apresentam uma “baixa cientificação dos seus processos produtivos permanecendo fortemente ‘conectados’ à terra e ao meio ambiente” (RIBEIRO, 2009, p. 231).

Neste sentido, observa-se que as formas produtivas utilizadas pelos pecuaristas familiares são baseadas no uso de práticas tradicionais de manejo com pastoreio em campos nativos, sendo que, dentre tais práticas, destaca-se o uso de touros no rebanho o ano inteiro, o desmame dos terneiros com um ano de idade e a não realização de exame andrológico nos touros (RIBEIRO, 2009). Conforme relatado pela ESP2, segundo sua experiência no setor da pecuária de corte em Alegrete, o pecuarista familiar é o que normalmente apresenta os menores índices de produtividade da atividade.

No que se refere à compra de insumos, os pecuaristas familiares são pouco consumidores (adquirem basicamente produtos de sanidade animal). Por outro lado, na comercialização do rebanho, são realizadas as vendas necessárias para a sobrevivência da

família, existindo bastante dificuldade de buscar mercados distantes e diferentes, notando-se, portanto, que as relações mercantis são restritas e limitadas (RIBEIRO, 2009).

Tal característica dos produtores familiares da pecuária de corte foi também referida pela ESP2, a qual constata que o pequeno produtor tem uma produção heterogênea e não consegue obter volume com padronização para realizar uma comercialização mais atrativa no mercado. A ESP2 referiu que “uma vez perguntei para um pequeno produtor ‘em que época o Sr. comercializa seus terneiros?’, ele disse que comercializa quando precisa... ele usa aquilo como poupança e tem muita gente assim. É uma segurança”.

Segundo Ribeiro (2009), esta visão acerca dos bovinos de corte como segurança e mercadoria de reserva determina algumas práticas de manejo e algumas escolhas de comercialização que podem ser consideradas irracionalidades técnico-produtivas e econômicas. A primeira prática está relacionada às altas lotações, ou seja, ao número de animais por área de terra, onde se aumenta o número de animais, embora as altas lotações acabem diminuindo a produtividade. Por outro lado, a escolha de vender a produção apenas em momentos de necessidade faz com que os pecuaristas “percam” de vender em momentos em que os preços estão melhores ou em condições climáticas mais desfavoráveis (invernos muito frios ou verões muito secos, por exemplo).

Neste sentido, fica evidenciada e caracterizada a diferença entre os dois perfis de produtores, empresariais e tradicionais, estes últimos que podem ser tanto pecuaristas familiares como não familiares, passando-se à identificação das instituições econômicas, organizacionais e comportamentais do sistema produtivo.

4.1.2 Instituições Econômicas dos Sistemas Pecuários

A partir das entrevistas com especialistas, constatou-se a ampla diversidade de sistemas de produção da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã, os quais podem ser sintetizados da seguinte forma:

- a) Ciclo completo: sistema de produção no qual o produtor realiza todas as fases da criação, desde a cria de terneiros até a terminação dos animais, comercializando animais terminados (novilhos, novilhas e bois) e animais de descarte (vacas de cria e touros).
- b) Cria: sistema no qual o produtor realiza apenas a cria de terneiros e, além da venda de terneiros, também comercializam animais de descarte (vacas de cria e touros).

- c) Recria: sistema no qual o produtor adquire terneiros/as e produz animais para engorde / terminação, comercializando animais de engorde e animais de descarte.
- d) Terminação (engorda ou invernada): produtor que adquire animais de engorde e comercializam animais terminados para abate.

Os dois especialistas entrevistados referiram notar o aumento do sistema de produção da recria nos últimos anos, na medida em que alguns produtores estão optando por migrar para este sistema por se mostrar mais lucrativo em razão de ser o sistema mais apto para integração com a lavoura de soja (a qual também vem aumentando na região). Com relação aos sistemas de produção, também relataram que a produção pecuária pode ocorrer em áreas de campo nativo (estes que podem ou não passar por processos de melhoramento e/ou correção) ou em áreas onde há a implantação de pastagens (com destaque para a aveia e o azevém).

Pelo ESP1 foi referido que, embora ainda muitos produtores adotem o sistema do ciclo completo, ele só é “viável” quando o produtor tem um módulo maior de 1.500 hectares, demonstrado por diversos estudos já feitos. Ou seja, em estabelecimentos produtivos com menos de 1.500 hectares, o sistema do ciclo completo não se mostraria rentável, embora seja um sistema ainda bastante relevante. Por outro lado, os entrevistados destacaram o importante papel da integração lavoura-pecuária (ILP) no aumento da produtividade na pecuária de corte na região da Bacia do Rio Ibirapuitã. A utilização do sistema de integração lavoura-pecuária aumenta a margem de lucro do produtor na medida em que proporciona a eficiência de todos os recursos utilizados na produção (SEVERO; MIGUEL, 2006). Neste sentido, têm-se que

o sistema ILP intensifica o uso de áreas agrícolas na região Sul do Brasil, proporcionando vantagens biológicas e econômicas, o que pode se refletir em aumento de rendimento e redução de custos de produção. No entanto, para o adequado funcionamento, alguns fundamentos devem ser atendidos, como o uso de rotação de culturas e sistema plantio direto, a correção da acidez e fertilidade do solo, o emprego de genótipos melhorados, bem como o manejo correto da pastagem [...]. O cultivo de pastagens anuais de inverno em áreas agrícolas subutilizadas representa grande oportunidade de uso econômico mais intenso dessas áreas. Por outro lado, o aprimoramento do sistema ILP já usado nas propriedades, seguindo fundamentos técnicos, eleva a lucratividade da atividade vegetal e animal. Além disso, a adoção correta do sistema ILP propicia melhoria na qualidade do solo, por meio de aumento da incorporação de carbono orgânico no solo e da ciclagem de nutriente, sem que haja compactação deste. Nesse contexto, o sistema ILP é importante para a sustentabilidade da agropecuária na região Sul do Brasil (BALBINOT JUNIOR, 2009, p. 1930).

Embora não se trate propriamente como um sistema de produção, ainda assim vale destacar a existência de relações de parceria de animais entre produtores, indicadas pelos especialistas entrevistados. Ou seja, têm ocorrido parcerias em casos em que o proprietário do campo tem pastagem ou campo nativo disponível, e concorda em receber gado de terceiros, dividindo o lucro obtido com a engorda do boi. A parceria funcionaria de forma que os animais seriam pesados antes de ingressarem no campo do proprietário e após o período da internada, sendo que os lucros obtidos com relação ao peso que o animal ganhar, são repartidos entre os parceiros – na proporção de 50% para cada, no caso de campo nativo, ou 60% para o proprietário do campo, no caso de pastagem.

Especificamente no tocante à tecnologia empregada nos processos produtivos, os entrevistados identificaram mudanças importantes nos últimos 5 a 10 anos, especialmente em decorrência da mudança na preferência de compra dos frigoríficos e consumidores. Ou seja, hoje o mercado busca a padronização dos animais, com terminação mais jovem, intensificando-se as técnicas de inseminação e, com relação à alimentação dos animais, destaca-se a intensificação por meio da implantação de pastagens (para agregar mais quilos por hectare) ou por meio de adubações e/ou correções do campo nativo.

O ESP1 destacou avanços em programas de melhoramento genético, bem como em técnicas de inseminação artificial, com destaque para a técnica do IATF (Inseminação Artificial em Tempo Fixo) a qual proporciona a realização da inseminação em menos tempo e com menor emprego de mão-de-obra.

Com relação a técnicas de manejo, o ESP1 referiu que existem técnicas antigas e de custo zero, como o diferimento dos poteiros (descanso planejado da pastagem / campo nativo, proporcionando a recuperação e reprodução da pastagem) e o ajuste de lotação (proporção de animais por hectare, considerando as condições de pasto). Referiu, ainda, técnicas de baixo custo como o melhoramento de campo nativo e a adubação e/ou correção do campo nativo, que podem promover uma maior cobertura vegetal e conseqüente ganho de peso aos animais.

Não obstante, foi relatado pelo ESP1 que, mesmo que existam técnicas de manejo a custo zero, ainda assim, por vezes, não são adotadas pelos produtores por falta de credibilidade e por uma questão cultural de evitar deixar o campo “despovoado” (com poucos animais), com receio do julgamento de terceiros. O entrevistado referiu que é bastante comum, principalmente nos casos de pequenos e médios produtores, de o pecuarista manter uma lotação animal no campo em proporção maior do que a recomendada, sem fazer diferimento, para evitar que os vizinhos ou terceiros pensem que o pecuarista está

descapitalizado – atitude que, em última análise, prejudica a própria rentabilidade do negócio. Por outro lado, o pecuarista de um perfil mais empresarial costuma adotar as técnicas mais modernas de manejo, sendo identificado pelo ESP1 como um “produtor da pecuária de precisão”, o qual não estaria preocupado com este julgamento por terceiros.

No que se refere à comercialização do gado, os entrevistados destacaram a redução na comercialização de gado em feiras e leilões de gado geral, que eram muito comuns, principalmente nas cidades de Sant’Ana do Livramento e Alegrete. Neste sentido, pelo ESP2, foi referido que a feira de carneiros de Alegrete chegou a vender dois mil carneiros, e agora não vende nem quinhentos carneiros, demonstrando a considerável redução deste tipo de comercialização.

Por outro lado, os especialistas notaram o aumento no número de corretores que fazem a intermediação de compra e venda de gado (algumas vezes em parceria com algum frigorífico) e sobre o aumento na comercialização de gado por meio do aplicativo Whatsapp. Ocorre que os próprios produtores, por intermédio dos corretores ou não, estão utilizando da possibilidade de filmar os lotes de animais disponíveis para comercialização e enviam diretamente para corretores ou possíveis compradores (com quem já mantiveram alguma relação comercial no passado). Esta forma de comercialização está dinamizando o setor, proporcionando mais liberdade na venda do produto e menor custo, na medida em que o pecuarista pode conseguir vender o produto diretamente a outro produtor e, mesmo que a venda seja intermediada por corretor, ainda assim a comissão da corretagem (1,5% a 2%) ainda é menor que os custos da comercialização em feiras (5%).

Ainda no que se refere à comercialização do gado, os especialistas relataram haver pouca fidelidade ou acordos fechados de fornecimento de animais de um produtor para o outro, ou até mesmo dos produtores para o frigorífico. Predomina um comportamento de analisar o mercado e verificar qual o (melhor) preço está sendo pago e a confiabilidade do comprador (com base principalmente em experiências passadas). Em alguns casos ocorre de o produtor encontrar o melhor preço por parte de um comprador desconhecido, arriscando-se na venda para um pagamento futuro e incerto.

Também sobre a comercialização de animais, os entrevistados destacaram que eventualmente ocorrem exportações de grandes quantidades de animais por meio de navios. Quando isto ocorre, eles notam um impacto direto tanto no preço do gado como na disponibilidade dos animais remanescentes, causando pontuais situações de falta de produto no mercado.

A comercialização de animais terminados aos frigoríficos, por sua vez, é objeto de bastante insatisfação por parte dos produtores. Os entrevistados relataram que existem, basicamente, duas modalidades de compra dos animais por parte dos frigoríficos: eles podem comprar a peso vivo ou a rendimento. Na compra a peso vivo, o frigorífico paga ao produtor o preço por quilo considerando o peso demonstrado na balança na qual os animais foram pesados para a venda. Na compra a rendimento, existe a pesagem dos animais, mas o frigorífico considera o rendimento da carcaça fria para calcular o preço ser pago ao produtor, podendo, ainda, descontar eventuais defeitos ou problemas de sanidade encontrados na carcaça.

Ocorre que, segundo o ESP1, os frigoríficos estão cada vez mais optando somente pela compra a rendimento, o que normalmente causa muita insatisfação aos produtores por não concordarem com o rendimento atribuído às carcaças pelo frigorífico. No entendimento do ESP1, é necessário que haja uma mudança de cultura por parte dos produtores no sentido de acompanhar o abate e ter um senso crítico sobre o rendimento dos animais vendidos, pois existem casos em que realmente falta acabamento no gado comercializado. E, na prática, segundo o ESP1, os produtores realmente acabam vendendo o gado sem o acabamento recomendado (antes do tempo), normalmente porque precisam do recurso financeiro (o que também indicaria uma falta de planejamento).

Segundo ambos os especialistas, nas compras a rendimento, normalmente, ocorre muita insatisfação por parte dos produtores, que não concordam com o rendimento apontado pelo frigorífico, existindo uma relação de bastante desconfiança. Não obstante, o ESP1 relatou que, ainda assim, não vê conflitos entre os produtores com os frigoríficos “porque o produtor é desunido... ele precisa de dinheiro e vai vender o produto... não se une para reivindicar” (ESP1).

No que se refere ao papel do Estado com relação aos sistemas produtivos pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã, verificou-se que tal papel pode ser exercido nas esferas federal, estadual e municipal. Com relação a aspectos de ordem federal, identifica-se a participação do Estado por meio do estabelecimento de leis e normas aplicáveis ao setor, bem como por meio de políticas de crédito rural (custeios e financiamentos ao produtor) e programas ou projetos de apoio ao produtor. Nas esferas estadual e municipal, identifica-se a participação do Estado no que se refere à infraestrutura disponível ao produtor, principalmente manutenção de estradas rurais, que impactam diretamente na produção.

Com relação aos programas de apoio ao produtor, os entrevistados fizeram referência a alguns programas e projetos de assistência da Emater – RS e da Secretaria de Agricultura do

Município de Alegrete (principalmente aos pequenos produtores), e ao programa “Juntos para Competir” (JPC), o qual é elaborado e executado por entidades privadas de interesse público como a Farsul, o Senar e o Sebrae. O JPC tem como objetivo a melhoria dos processos produtivos, a qualificação tecnológica e gerencial dos produtores e a agregação de valor aos produtos, possibilitando o aumento da competitividade e maior rentabilidade para as propriedades rurais participantes.

Inclusive, foi mencionado pela ESP2 que existe um grupo de produtores familiares que é atualmente assistido pelo JPC em conjunto com a Fundação Maronna em Alegrete, tendo sido escolhido este grupo de produtores para a realização da segunda fase das entrevistas e identificação das mudanças institucionais, em comparação com pecuaristas não-familiares, até mesmo em razão da diversidade de perfil dos produtores da região.

Embora se verifique a presença destes programas de auxílio ao produtor, ainda assim os entrevistados concordam que não existe uma abrangência significativa. Por exemplo, pela ESP2, foi referido que existem três mil propriedades rurais no Município de Alegrete, são pouquíssimas as que participam de algum tipo de programa ou assistência governamental. O ESP1 referiu que, na década de 1970, a Emater – RS era mais atuante, prestando assistência técnica tanto ao pequeno quanto ao grande produtor. Não obstante, transformou-se ao longo do tempo e seu foco passou a ser o atendimento a assentamentos e pequenos produtores.

Quando questionados com relação a leis e normas que afetam as atividades dos pecuaristas da região da Bacia do Rio Ibirapuitã, os especialistas fizeram referência a normas tributárias, principalmente últimas modificações no Funrural⁸, normas ambientais, principalmente a recente modificação no sentido da obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural e normas sanitárias e regras relativas às vacinas obrigatórias. Neste aspecto, foi referido pelo ESP2 que “quando surgem as exigências, as pessoas se assustam, mas depois se acomodam”.

Assim, pode-se compreender que as instituições econômicas presentes nos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã são as normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam (e são determinadas) pelas escolhas dos agentes com relação ao sistema de produção, comercialização, relações com o mercado e Papel do Estado (Quadro 2).

⁸ O Funrural é uma contribuição previdenciária que incide sobre a comercialização de produtos rurais para o financiamento da previdência. Durante 2011 e 2017, alguns produtores deixaram de recolher o tributo com base em uma medida liminar que suspendia a cobrança, não obstante o recolhimento do Funrural voltou a ser obrigatório em 2017 (após decisão do Supremo Tribunal Federal), e os produtores que não recolheram o Funrural no período precisaram pagar ou parcelar os débitos em atraso.

Quadro 2 – Instituições Econômicas dos Sistemas Pecuários

Instituições Econômicas		
Normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam – e são determinadas – pelas escolhas dos agentes relacionadas à/ao		
Produção	Comercialização / Relações com o mercado	Papel do Estado

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.1.3 Instituições Organizacionais dos Sistemas Pecuários

Com relação à organização do setor produtivo da bovinocultura de corte nos municípios integrantes da Bacia do Rio Ibirapuitã, os especialistas entrevistados notam pouca participação dos produtores em entidades de classe ou associações de pecuaristas. Também enfatizam pouca representatividade das associações e entidades que existem atualmente (Sindicatos Rurais, por exemplo), no sentido de que não são capazes de se mobilizar e efetivamente articular e representar os interesses da classe produtiva. Ademais, os especialistas notam pouca colaboração entre os produtores, ressaltadas algumas situações que serão a seguir detalhadas.

Não obstante o referido cenário identificado na atualidade, ambos os entrevistados relembrou situações passadas em que existiu uma maior mobilização do setor produtivo. Pela ESP2 foi referida a mobilização dos produtores reunidos na Cooperativa Rural Alegretense na década de 1970 para a instalação e manutenção do frigorífico existente no município de Alegrete. Tal iniciativa teve êxito por algum tempo mas, após, o setor passou por uma forte crise e acabou sendo desmobilizado, de forma que, em 2003, a planta do frigorífico foi arrendada para outra empresa e finalmente vendida em 2007.

Segundo o ESP1, o associativismo entre os pecuaristas da região já foi melhor, referindo ao tempo que as cooperativas eram mais atuantes (meados dos anos 1990), aduzindo a uma congregação melhor dos produtores. Também fez referência aos CITES (Clubes de Integração e Troca de Experiências) que existem desde a década de 1970 e são grupos que reúnem produtores para encontros mensais para troca de informações e compras em conjunto. Conforme o ESP1, ainda existem alguns CITES atuantes no Rio Grande do Sul, mas não identifica nenhum CITE na região da Bacia do Rio Ibirapuitã, referindo que atualmente os produtores não trocam mais estas informações, existindo pouco espaço nas associações e nos sindicatos existentes.

Pela ESP2 foi referido que, no geral, os produtores da pecuária de corte não são muito colaborativos entre si e as propriedades são muito isoladas. A entrevistada não identifica nenhum grupo ou associação que atue na representação dos interesses dos pecuaristas na região da Bacia do Rio Ibirapuitã, tendo referido que, no caso do município de Alegrete, “os arrozeiros são cento e poucos, no leite são uns cinquenta produtores, na pecuária são três mil produtores dispersos” (ESP2).

O ESP1, por sua vez, relatou que os produtores conseguem se mobilizar “em parte”, referindo que o perfil do produtor na Metade Sul, maioria de descendência portuguesa e espanhola, tem uma cultura mais conservadora. Não obstante, o entrevistado notou alguma mudança quando produtores de descendência alemã e italiana passaram a exercer atividades agropecuárias na região, na medida em que intensificou a integração lavoura pecuária de forma que tais produtores são mais ativos no setor e têm maior capacidade de “movimentar” os demais. Segundo o ESP1,

o espanhol tem a cultura da sesta... o gringo vira a noite fazendo terra... eu noto diferença nos produtores... os alemães e italianos são mais práticos com relação a tomada de decisões, pró-ativos... o espanhol diz ‘talvez’, ‘vamos ver’, desconfiado. (ESP1)

No que se refere à capacidade de organização e mobilização do setor, também foi relatado pela ESP2 que “o produtor em geral não é fácil de juntar... Talvez o produtor mais empresarial faça isso...”, o que também foi referido pelo ESP1, que identifica um maior associativismo e reunião de produtores com os mesmos interesses nos núcleos de criadores de raças de bovinos (como Angus, Brangus, Hereford), sendo que tais produtores se reúnem para organizar suas feiras e suas demandas, inclusive organizando compras em conjunto, notando uma maior cooperação entre estes produtores.

Ambos os especialistas entrevistados não identificam lideranças no setor produtivo da bovinocultura de corte na região da Bacia do Rio Ibirapuitã, o que também pode ser entendido como uma possível causa à falta de mobilização do setor. Segundo o ESP1, “existe uma carência geral na região, da BR 290 para baixo, de lideranças... as pessoas que poderiam ser estas lideranças não querem se envolver, porque focam no seu negócio”.

Não obstante a pouca representatividade do setor da pecuária de corte em termos de associações e sindicatos atuantes, o ESP1 identifica alguma cooperação entre os pecuaristas com relação aos seus vizinhos, no sentido da troca e empréstimo de animais, por exemplo. Também fez referência à existência de “Grupos de Whatsapp” por meio dos quais os pecuaristas que compartilham a mesma estrada rural, por exemplo, se reúnem para organizar

ações com o objetivo de “arrumar a estrada”, solicitar carona, alertar para eventuais ações de abigeato, entre outras finalidades.

Com relação aos pecuaristas familiares, a ESP2 referiu que tais produtores costumam participar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas tal participação se dá principalmente em razão da assistência médica fornecida pelo Sindicato. Não obstante, notou que, a partir da formação dos grupos de assistência aos pecuaristas familiares (como o grupo conduzido pela Fundação Maronna com o programa “Juntos para Competir”), estes produtores se mostraram mais solidários, embora esse “associativismo” dos pecuaristas familiares nos grupos de assistência não seja processo natural, precisando ser estimulado.

No que se refere ao acesso à inovação e à difusão do conhecimento, os entrevistados referiram que os produtores costumam participar de eventos, congressos, palestras e também “dias de campo” os quais são normalmente organizados pelas empresas revendedoras de insumos e produtos veterinários. Destacaram, ainda, o uso da internet para o acesso às informações. Com relação ao pecuarista familiar, os entrevistados destacaram, ainda, a participação da Emater – RS na difusão do conhecimento.

Embora se verifique a oferta de palestras, eventos e congressos como forma de acesso às inovações e ao conhecimento relativo ao setor, ambos os especialistas entrevistados referiram existir um costume dos pecuaristas da região de fazer consultas informais, em roda de conversas e nas casas veterinárias, por exemplo. A ESP2 relatou que “os produtores vão até a veterinária para buscar orientação para resolver os problemas do rebanho. Eles perguntam: ‘o que estão usando para pastagem? Quanto eu boto no meu azevém?’”. O ESP1 relatou que os produtores têm realmente este costume de fazer consultas informais e muitas vezes os técnicos dão as respostas gratuitamente, identificando existir “esta cultura de querer levar vantagem”, ou seja, de fazer a consulta sem a respectiva remuneração.

Por fim, neste aspecto do acesso ao conhecimento e às inovações do setor produtivo, foi referido pelo ESP1 que, com relação aos pecuaristas tradicionais da região, maioria de descendência portuguesa e espanhola, é identificada uma cultura mais conservadora. Segundo o entrevistado, tais produtores não costumam adotar “de primeira” as tecnologias que chegam, eles esperam comprovação por “muitos anos”.

Assim, pode-se compreender que as instituições organizacionais presentes nos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã são as normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam (e são determinadas) pelas escolhas dos agentes com relação à organização do setor e participação em entidades de classe, cooperação e difusão do conhecimento e inovação (Quadro 3).

Quadro 3 – Instituições Organizacionais dos Sistemas Pecuários

Instituições Organizacionais		
Normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam – e são determinadas – pelas escolhas dos agentes relacionadas à/ao		
Organização do Setor	Cooperação Colaboração	Inovação Difusão do Conhecimento

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.1.4 Instituições Comportamentais dos Sistemas Pecuários

No tocante a aspectos comportamentais relacionados às motivações para exercer e permanecer na atividade da bovinocultura de corte, os produtores da Bacia do Rio Ibirapuitã, por terem perfis bastante diferenciados, também apresentam motivações distintas, segundo relatado pelos especialistas entrevistados. Por outro lado, conforme pesquisa sobre bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul realizada no início dos anos 2000 (Miguel et al., 2006), levantou-se que apenas 8,7% dos entrevistados afirmaram que realizam a criação de bovinos com o objetivo de obter lucro, predominando um perfil tradicional de produtores, na medida em que 26,5% responderam que praticam a atividade por tradição, 25,4% por satisfação e 14,4% por considerarem uma atividade segura.

Os especialistas referiram que o pecuarista é muito heterogêneo, tem a questão do status de ser pecuarista, tem a questão da pecuária como segmento familiar e também o entendimento da pecuária como negócio. Segundo ESP1, “talvez hoje o que existe mais é a pecuária como segmento familiar”, por outro lado, entende que a motivação principal do pecuarista hoje é a lucratividade, ter “poder aquisitivo” para comprar campo, melhorar a qualidade de vida. Conforme ESP1, no passado, a motivação era ter mais campo, produzir mais animais, deixar para os sucessores, sendo que atualmente ficou mais evidente a questão consumista, o objetivo de comprar coisas, principalmente bens de consumo.

Para os pecuaristas familiares, segundo a ESP2, “a pecuária é a vida deles, o que era o avô, o pai”, predominando o aspecto da tradição familiar. Também observa que tais produtores consideram uma atividade segura, de forma que o rebanho, muitas vezes, é tratado como uma poupança, uma segurança. O pecuarista com um perfil mais empresarial, por sua vez, vê a pecuária como negócio. Não obstante, no geral, para a ESP2 “os produtores não

fazem conta, nem o pequeno nem o grande. O produtor empresarial faz um pouco mais de conta. Eles só veem se sobra ou se não sobra no final... não é nada profissionalizado”.

No que se refere a aspectos comportamentais comuns aos produtores do setor da bovinocultura de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã, foi destacado pelos dois especialistas entrevistados um aspecto bastante relevante, como regra geral, a questão do conservadorismo na tomada de decisões. Os entrevistados acreditam que grande parte dos pecuaristas, principalmente aqueles de perfil “tradicional”, preferem sempre manter as escolhas e atividades com as quais já possuem familiaridade do que inovar e/ou investir em uma nova forma de produção, comercialização ou até mesmo de organização do sistema produtivo.

Segundo a ESP2, “têm alguns pecuaristas antigos que se modernizaram... mas se conta nos dedos. Existe muita resistência à mudança e adoção de novas técnicas e processos. A primeira resposta é: ‘isto não dá para fazer, não dá certo’. A mudança é muito difícil”. Por outro lado, também foi referido pela ESP2 que o pecuarista da região investe pouco na produção e em melhorias do negócio, “quando tem integração com soja e arroz, ele não coloca adubo, coloca os bichos e extraí o possível e depois entrega para a soja” (ESP2).

Neste sentido, o ESP1 também referiu que esta característica conservadora que permeia a tomada de decisões e, muitas vezes, conduz o produtor a permanecer executando a atividade da mesma forma e com os mesmos métodos de seus pais e avós, provoca um impacto relevante na produtividade do negócio, dificultando a atividade. Ou seja, o produtor conservador que opta por não aplicar técnicas consolidadas de manejo, como o diferimento ou até mesmo o ajuste da lotação dos animais no campo, acaba por ter um impacto negativo na produtividade e rentabilidade da sua atividade.

Este aspecto também foi destacado com relação aos pecuaristas familiares, os quais, segundo a ESP2, ainda carecem de mudanças, ficam isolados e não se envolvem com outros produtores (inclusive no sentido de troca de experiências). No caso dos produtores integrantes da Associação dos Produtores do Rincão do 28, a ESP2 relatou que, no início, antes da existência da Associação, quando a Fundação Maronna começou a implantar o projeto de assistência aos pequenos pecuaristas da região, tais produtores eram mais resistentes com estes programas e com a assistência técnica, mas, com o passar do tempo, “foram percebendo que a evolução com a consultoria foi acontecendo. Um vai vendo o outro e vai percebendo as mudanças” (ESP2).

Além deste comportamento conservador observado em relação aos produtores da bovinocultura de corte na região da Bacia do Rio Ibirapuitã, também são identificadas pelo ESP1 características de desconfiança e orgulho no comportamento dos produtores. Por

exemplo, segundo o ESP1, mesmo tendo pasto ocioso em sua propriedade, “muitas vezes o produtor por orgulho não quer receber o gado de terceiros... porque os vizinhos vão dizer que ele tá recebendo gado do outro porque tá quebrado” (ESP1). Ou seja, ocorre de os produtores tomarem decisões que não necessariamente lhe proporcionem o melhor resultado econômico em razão de questão cultural.

Por outro lado, o ESP1 também identifica situações em que os produtores tomam decisões que não lhe proporcionam o melhor resultado econômico em razão do aspecto cultural relacionado à desconfiança. Segundo o ESP1, muitas vezes o produtor tem aptidão para fazer cria, produzir terneiros e vender para alguém que dê sequência à produção, “mas o produtor acha que se vender terneiro, o outro (comprador) vai levar vantagem, o produtor pensa que ‘o outro vai ganhar dinheiro com meus novilhos porque vai vender boi gordo’” (ESP1). E acaba optando por fazer ciclo completo, por exemplo, em vez de cria, em razão da desconfiança cultural de “o outro” vai levar vantagem.

Segundo Miguel et al. (2006), o setor da bovinocultura de corte é complexo por existirem diferentes sistemas de produção, sendo que os condicionantes para os diferentes sistemas de produção podem ser de ordem cultural, ecológica ou até mesmo conjunturais. Ademais, muitas vezes a escala de produção é incompatível com os custos do sistema de produção utilizado, e que é normalmente adotado com base em uma questão cultural do que propriamente pela viabilidade econômica da atividade.

Por outro lado, o ESP1 também identifica relações de confiança, principalmente entre pecuaristas e corretores. Muitas vezes “o produtor pega confiança em algum corretor: ‘eu vendo para o fulano porque sempre me pagou’” (ESP1).

Assim, verifica-se que as instituições comportamentais presentes nos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã são as normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam (e são determinadas) pelas escolhas dos agentes com relação às motivações para seguir na atividade, aspectos culturais e comportamentais (Quadro 4).

Quadro 4 – Instituições Comportamentais dos Sistemas Pecuários

Instituições Comportamentais		
Normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam – e são determinadas – pelas escolhas dos agentes relacionadas à/ao		
Motivações para seguir e investir na atividade	Aspectos culturais Comportamento conservador	Aspectos comportamentais Desconfiança / Orgulho

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.2 Mudança Institucional e os Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares

Uma vez compreendidas as instituições econômicas, organizacionais e comportamentais presentes na dinâmica dos sistemas pecuários (familiar e não familiar) da Bacia do Rio Ibirapuitã, busca-se identificar as mudanças institucionais presentes nas trajetórias dos dois grupos de pecuaristas.

4.2.1 O Processo de Mudança das Instituições Econômicas nos Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares

Após as entrevistas com especialistas, foi possível compreender a dinâmica do setor produtivo da bovinocultura de corte da Bacia do Rio Ibirapuitã, inclusive as principais instituições econômicas que norteiam a tomada de decisão dos pecuaristas, entendidas enquanto as normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam as escolhas (e são determinadas pelas escolhas) dos agentes relacionadas à produção, comercialização e o Papel do Estado.

Neste sentido, a partir das entrevistas com os produtores familiares e não-familiares, pode-se perceber a mudança de algumas instituições e, ao mesmo tempo, instituições com maior resistência à mudança, conforme será abordado a seguir.

Com relação ao sistema produtivo adotado pelos pecuaristas não familiares entrevistados, bem como respectivas técnicas de manejo, ficou demonstrado que todos os produtores já sentiram a “pressão” do mercado, que nos últimos anos passou a demandar animais mais jovens e com melhor acabamento. Neste sentido, três dos seis produtores entrevistados (PNF1, PNF3 e PNF4) alteraram o seu sistema de produção no sentido de especializar e intensificar a atividade, de acordo com a área disponível, e cinco dos seis produtores entrevistados intensificaram suas técnicas de manejo (PNF1, PNF2, PNF3, PNF5 e PNF6).

Por outro lado, quatro produtores relataram que a troca no sistema produtivo ou a intensificação da atividade ocorreu após a nova geração da família assumir a gestão da área rural. Neste sentido, verifica-se que a sucessão familiar pode determinar uma mudança nas crenças compartilhadas em relação às escolhas produtivas das organizações, determinando, em última análise, mudança institucional. Ou seja, por exemplo, a crença compartilhada em relação ao exercício do modelo de negócio tradicionalmente exercido pelos pais e avós pode

ser substituída por um novo entendimento em relação às escolhas produtivas, com uma racionalidade econômica mais orientada ao mercado.

O PNF1 alterou o seu sistema de produção de ciclo completo para engorda quando passou a assumir os negócios da família (em 2005) e percebeu que, na área de 500 hectares, o ciclo completo não era viável. Ainda, relatou que na época do seu avô era o ciclo completo “tradicional” e,

pelos últimos anos que o cara acompanhava, quando estava na faculdade, meu avô vinha se descapitalizando... ele vivia da pecuária, tinha que manter, e como era muito lenta a pecuária, tu via que cada vez ele vinha se descapitalizando mais... ao passar dos anos, daqui a pouco ele não ia ter nada mais. (PNF1)

Segundo o PNF1, quanto menor a propriedade, mais difícil é manter a produção pecuária, sendo cada vez mais necessário ter um objetivo central,

ou tu é produtor de carneiro, tu vai ser eficiente no que tu faz... ou tu vai engordar. Geralmente os caras não conseguem engordar, vendem as vacas de descarte, reclamam que o preço tá ruim, que tem que vender um maior número de bicho pra dar o número de dinheiro, e daqui um pouco não são nem eficiente na produção de carneiro... não tem objetivo, nem uma coisa nem outra. (PNF1)

O PNF3 também relatou que mantinha a produção em ciclo completo e alterou para cria e recria pois percebeu que era necessário especializar, considerando a sua área de aproximadamente 780 hectares, onde mantém integração com lavouras de soja, milho e arroz. No mesmo sentido, o PNF4 relatou que agora é invernador (trabalha com a engorda), mas

teve um período que eu comprava carneiros, na época era mais barato, tu conseguia comprar 2, 3, 4 até 5 carneiros com o dinheiro de um boi gordo ou de um boi grande – neste momento eu não invernava, só recriava e vendia para o invernador. Quando eu me dei conta que podia engordar também, passei a engordar. (PNF4)

Não obstante, o PNF4 também relatou que já percebe, novamente, a mudança no mercado.

nos últimos três anos eu compro um boi maior, engordo e vendo. Mas hoje em dia o mercado está mudando... o mercado busca um boi diferenciado, um boi novo até 4 dentes, tem preço diferenciado. Nós viemos insistindo em comprar um boi maior, o mercado já está seletivo, não aceita muito mais esse tipo de boi, mas ainda compra, e a gente vem insistindo nisso, mas eu já sinto que a gente vai ter que mudar em um determinado momento, porque nós trabalhamos basicamente a campo nativo... não temos pastagem, engordamos boi a pasto. A gente até semeou azevém no passado mas não funcionou, tem que tecnificar mais, ter trator, e a gente não tem... eu venho procurando me adaptar. (PNF4)

Ou seja, percebe-se que os produtores entrevistados estão atentos às demandas do mercado, à concorrência, e estão dispostos a alterar suas escolhas produtivas para seguir na atividade, mantendo-se competitivo. Neste sentido, percebe-se a ocorrência de mudanças institucionais na medida que as organizações (produtores rurais) percebem novas

oportunidades ou reagem a novas ameaças que afetam seu bem-estar (NORTH, 2005), alterando-se regras informais ou crenças compartilhadas relacionadas às escolhas acerca dos sistemas produtivos e técnicas empregadas na produção.

Com relação ao sistema produtivo adotado pelos produtores familiares entrevistados, bem como respectivas técnicas de manejo, ficou demonstrado o impacto positivo causado pela assistência da Fundação Maronna em conjunto com o Programa Juntos para Competir nas atividades dos pecuaristas participantes. Dos seis produtores entrevistados, ao menos três (PF1, PF2 e PF4) alteraram o seu sistema produtivo (de engorda ou ciclo completo para cria) e todos eles relataram avanços relacionados à aprendizagem de técnicas de manejo e tecnologias que incrementaram a produtividade.

O PF2 relatou que mantinha uma produção pecuária da mesma forma que era feito pelo seu pai e pelo seu avô antes de ter a assistência da Fundação Maronna e programas do Sebrae e Senar. Segundo ele, “depois que a gente conheceu o Senar, Sebrae, daí mudou tudo por completo. Eu pesava boi gordo, vendia boi sobreano, tudo que era tipo de animal tinha na propriedade. Agora só cria” (PF2).

No mesmo sentido, o PF4 relatou que começou a produzir carneiro aproximadamente em 2009, quando iniciaram as atividades da Associação dos Produtores do Rincão do 28 (com a assistência da Fundação Maronna). O referido pecuarista relatou que

antes era ciclo completo, mas nada completava... porque é uma área pequena e não engordava... eu tentava, mas não conseguia. A gente que é pequeno não consegue. E hoje a gente já tem o conhecimento que abaixo de 1000 hectares tu não consegue fazer tudo junto.... aprendemos isto tudo depois da Associação, melhorou bastante. (PF4)

Neste aspecto, fica evidenciada a mudança nas crenças compartilhadas relacionadas às escolhas dos sistemas produtivos a serem adotados em razão do conhecimento disponibilizado aos produtores associados e ao desenvolvimento da percepção sobre a necessidade de adaptação para manutenção da competitividade. Segundo North (2005), o processo de aprendizagem e acumulação do conhecimento é determinante para a evolução das instituições. Por outro lado, a competição induz as organizações a investir em habilidades e conhecimento, os quais são fundamentais à sobrevivência das organizações (NORTH, 2005).

Neste sentido, também se identificaram mudanças no sentido da intensificação da atividade produtiva e adoção de técnicas de manejo tanto com relação aos pecuaristas familiares como não familiares. Os produtores PNF1, PNF2, PNF3 e PNF5 relataram que adotam as técnicas de diferimento, ajuste de lotação, melhoramento do campo nativo e

implantação de pastagem, sendo que nos casos do PNF1, PNF2 e PNF3 tais técnicas foram implementadas a partir da mudança de geração a assumir os negócios da família.

Pelo PNF5 foi relatada a intensificação da atividade por meio do investimento em um tipo de pastagem (Tifton), tradicionalmente utilizado na bovinocultura de leite, que proporciona uma maior lotação de animais por hectare. O produtor está utilizando o Tifton há aproximadamente oito anos e relatou que foi possível aumentar a lotação para até quatro cabeças de gado por hectare (aproximadamente quatro vezes mais do que uma lotação em campo nativo).

Por sua vez, o PNF6 relata sua busca pela padronização do rebanho dentro da raça Angus e o aumento da área de pastagem cultivada, principalmente devido a sua participação no Programa Juntos para Competir, que busca fomentar a assistência técnica nos sistemas de integração lavoura-pecuária. Neste sentido, ele relata que

na época do meu pai, tinha uma área muito pequena de pastagem. Um quadrinho pequenininho atrás das casas para a vaca que estava quase morrendo... não tinha pastagem para terminação. Comecei a aumentar pastagens nos últimos 10, 15 anos porque o mundo hoje ficou muito mais rápido... enquanto eu engordo dois aqui, eu engordo um lá... tive que adaptar às mudanças... (PNF6)

Neste sentido, também se identifica que a importância da competição para a mudança institucional na medida em que a competição induz as organizações a investir em habilidades e conhecimento, melhorando sua eficiência em relação aos seus concorrentes (NORTH, 2005), como é o caso do investimento em maior área de pastagem, por exemplo.

Por outro lado, com relação à adoção do diferimento e do ajuste de carga, o PNF6 relata:

Estou sempre com uma carga um pouco acima do ideal... eu acho que não ajusto a carga com medo de ficar pobre... porque parece que se tu ajustar muito a carga tu está pobre, tá os campos lá sobrando pasto e não tem nada para comer, tu tá pobre... descapitalizado... (PNF6)

Ou seja, ao mesmo tempo em que o PNF6 mudou sua escolha com relação à intensificação do uso da pastagem, ainda mantém uma escolha “tradicional” e prefere optar por não fazer o ajuste de carga. Assim, percebe-se que a mudança institucional econômica (intensificação da produção com adoção do ajuste de carga) acabou sendo freada por uma instituição comportamental (uma crença compartilhada de que se ajustar a carga “está pobre”). Ou seja, de nada adianta ter uma disposição de mudança se não houver uma modificação dos modelos mentais, os quais são fortemente influenciados pelas instituições comportamentais.

Neste aspecto, verifica-se que as percepções dos indivíduos são a chave para as escolhas que eles realizam, e as percepções dependem dos modelos mentais que os indivíduos formam para explicar e interpretar o mundo em que vivem (NORTH, 2005). A mudança institucional, por sua vez, dependerá, segundo Lopes (2013), do processo de aprendizagem, da formação dos modelos mentais compartilhados e das crenças que evoluem ao longo da história – de forma incremental.

Os pecuaristas familiares, por sua vez, com a assistência da Fundação Maronna e dos programas parceiros do Sebrae, Senar e Farsul (como o programa Juntos para Competir), também relataram melhorias com o aprendizado referente a tecnologias de manejo, inseminação, melhoramento do campo nativo e implantação de pastagem. Dos seis produtores entrevistados, cinco (PF1, PF2, PF3, PF4 e PF6) relataram implantar técnicas de melhoramento do campo nativo, com relação às quais tomaram conhecimento, principalmente, por meio da assistência técnica prestada à Associação dos Produtores. Da mesma forma, a maioria dos produtores relataram ter intensificado o uso de técnicas de manejo como o ajuste de carga e o diferimento após as instruções recebidas pelo grupo.

Em razão das orientações técnicas que os produtores recebem por meio da Associação dos Produtores em conjunto com as entidades parceiras, eles relatam ter desenvolvido a percepção de que é necessário especializar em uma atividade produtiva na qual se tenha a melhor vocação, bem como investir e implantar as tecnologias que estão disponíveis, especialmente aquelas de baixo custo (ajuste de lotação, diferimento). Ademais, a maioria dos produtores entrevistados relataram ter também buscado a padronização do rebanho nos últimos anos, por terem desenvolvido a percepção de que a padronização conduz a uma maior valorização na venda. Tal padronização é buscada principalmente por meio de inseminação artificial (cujos treinamentos são oferecidos pela Associação), ou por meio da compra de touros selecionados.

Segundo o PF2, embora ele tenha relatado que não faz tanto diferimento como deveria fazer, ele tem o entendimento de que é necessário, pois

hoje na pecuária tu não dá para seguir a tradição de como o vó e o pai faziam... eles colocavam dois animais por hectare. Hoje tu pode por no máximo 0,8 por hectare... tem que vender por maior peso.... não adianta ter um monte de bicho magro. Tem a lenda de que campo rapado é de quem tá com dinheiro, mas não é verdade. (PF2)

Com relação à implantação de pastagem, apenas dois dos produtores familiares entrevistados (PF3 e PF6) referiram ter o maquinário e as condições adequadas de solo para a

implantação de pastagem de inverno. Ademais, não se vislumbra integração lavoura-pecuária na região onde estão localizados os produtores entrevistados.

No tocante às relações com o mercado, verifica-se que os pecuaristas familiares entrevistados, integrantes da Associação dos Produtores do Rincão do 28, costumam comercializar os carneiros e algumas vacas de descarte (comercializadas diretamente ao frigorífico ou a algum produtor que faz a engorda). Com relação à comercialização dos carneiros, foi relatado que, no início da Associação, os produtores se reuniam para vender a produção em conjunto na feira de carneiros em Alegrete. Inclusive, com o passar do tempo, a Associação começou a ser reconhecida localmente em razão da oferta de carneiros de padrão e qualidade. A união dos produtores para a comercialização conjunta foi um avanço importante no sentido de reunir um maior número de animais, padronizados, possibilitando a oferta de grandes lotes na feira e uma maior confiança na comercialização.

Não obstante, após comercializarem a produção de carneiros em conjunto na feira, alguns produtores passaram a ficar descontentes com os custos de comissão cobrados para a venda na feira, optando pela comercialização particular. Dos seis produtores entrevistados, apenas dois (PF1 e PF2) ainda comercializam os carneiros em conjunto na feira anual, e relatam insatisfação em relação aos demais associados que deixaram de comercializar em conjunto, aduzindo que eles estão preferindo comercializar fora por causa de alguns centavos de diferença. Nota-se que, dos seis produtores entrevistados, o PF1 e o PF2 são os únicos que não utilizam a internet e o Whatsapp e nunca realizaram vendas por meio de tal aplicativo.

Outros dois produtores (PF3 e PF6) ainda comercializam na feira apenas uma parte da produção de carneiros (para “ajudar” a Associação), optando por vender grande parte por meio de corretores de confiança, para os quais eles enviam vídeos dos lotes por meio Whatsapp, e tais corretores conseguem negócios mais vantajosos. Segundo o PF3, “na feira eles descontam muita coisa... na venda particular sai mais em conta. No primeiro e segundo ano a feira andou bem... mas depois começou a piorar”.

Os produtores PF4 e PF5 já venderam a produção de carneiros em conjunto na feira, mas há pelo menos quatro anos optaram por comercializar de forma particular, também utilizando-se da ferramenta de gravar vídeos dos lotes à venda e compartilhar por meio do aplicativo Whatsapp. No caso do PF4, ele possui fidelidade em relação a um pecuarista de perfil empresarial que, todo ano, vem comprando a sua produção de carneiros. Embora não haja nenhum acordo formalizado, já se estabeleceu uma relação de confiança. Com relação ao PF5, ele costuma enviar vídeos dos carneiros para corretores, os quais lhe informam sobre as oportunidades de negócio.

Os pecuaristas familiares divergem com relação ao aumento da confiança na comercialização conjunta dos carneiros. Considerando que a maioria dos produtores entrevistados já não está mais comercializando grande parte dos carneiros na feira, apenas o PF1 e o PF2 acreditam que a venda em conjunto proporcionou o aumento da confiança na comercialização. Segundo o PF1, “a venda em conjunto, embora atrase um pouco, é garantido... antes nem sabia para quem tá vendendo... aumentou a confiança. O Sindicato faz a intermediação da compra. Vem gente de toda parte comprar carneiro da feira”. O PF6, por sua vez, acredita que tanto a venda em conjunto quanto a venda particular têm o mesmo nível de confiança, já que “para vender tem que ter confiança.. quando é um corretor novo, a gente busca informação, alguma referência” (PF6).

Neste sentido, verifica-se que a implantação da venda conjunta dos carneiros representou uma mudança institucional com relação aos produtores integrantes da Associação, na medida em que, com o apoio da Fundação Maronna e entidades parceiras, as organizações rurais (produtores associados) perceberam a oportunidade e alteraram as regras do jogo com relação à comercialização, que antes era feita de forma particular e isolada e passou a ser feita de forma conjunta na feira anual. Não obstante, verifica-se que tal mudança não se sustentou por muito tempo, na medida em que determinados produtores passaram a perceber novas oportunidades que surgiram após o ingresso na feira e a visibilidade proporcionada pela venda conjunta, alterando suas escolhas para a comercialização particular por lhe proporcionarem maiores retornos, prevalecendo um modelo mental de anseio individual, sem planejamento em prol de grupo ou relação de longo prazo.

Com relação aos pecuaristas não familiares, verifica-se que não há um comportamento generalizado de fidelidade nas relações de compra e venda de animais para recria, engorda ou reposição, predominando um comportamento de verificar o “melhor negócio” preferencialmente com alguma segurança quanto ao recebimento do preço (sendo priorizadas relações com produtores ou corretores que o produtor já tem algum histórico de negócios bem sucedidos ou tem alguma boa referência quanto ao pagamento). Não obstante, todos os produtores afirmaram que passaram a utilizar o aplicativo Whatsapp tanto para a compra como para a venda de animais, por meio de vídeos dos lotes de animais disponíveis para comercialização. Tais vídeos são feitos e encaminhados por corretores ou até mesmo pelos próprios produtores interessados na venda.

Na comercialização aos frigoríficos, dos pecuaristas não familiares entrevistados, três (PNF1, PNF3 e PNF5) costumam vender os animais “a rendimento” e os outros três (PNF2, PNF4 e PNF6) preferem comercializar os animais a peso vivo. Embora a diferenciação nas

preferências dos produtores com relação à comercialização dos animais aos frigoríficos, todos os produtores concordaram que existe uma relação histórica de desconfiança, principalmente nas vendas a rendimento. Contudo, também foram relatadas situações (PNF1, PNF5 e PNF6) de comercialização com o mesmo frigorífico (de pequeno ou médio porte) por períodos de 2 a 8 anos, demonstrando uma mudança no sentido da tentativa do estabelecimento de relações de confiança na cadeia produtiva.

Com relação aos pecuaristas familiares, todos preferem a comercialização a peso vivo do que a rendimento, confirmando a existência de uma relação de desconfiança, conforme relatado pelos pecuaristas não familiares. Segundo o PF1, “a gente prefere vender a peso, pesa na balança, pesou e já sabe quanto vai receber... no rendimento tem desconto aqui, sempre tem os problemas...”. Neste sentido, verifica-se que a escolha relativa à produção e comercialização acaba sendo afetada por uma instituição comportamental (a desconfiança e oportunismo industrial).

Neste aspecto, no que se refere à comercialização dos animais, identificou-se a novidade introduzida pela possibilidade de comercialização por meio dos vídeos enviados pelo Whatsapp, o que possibilitou maior liberdade ao produtor, dinamizando a cadeia produtiva. Não obstante, não foram identificadas mudanças nas relações entre os agentes do mercado, as quais estão estruturadas sobre normas e crenças compartilhadas que orientam as organizações a buscar o melhor negócio, com pouca fidelidade nas relações e bastante desconfiança com relação à comercialização aos frigoríficos. Neste último aspecto, três produtores não familiares entrevistados relataram alguma mudança no sentido da tentar estabelecer relações de confiança na venda para determinados frigoríficos, mas ainda pouco representativo para a caracterização desta mudança como uma mudança institucional.

A não identificação de mudanças no tocante às instituições econômicas relacionadas à comercialização e relações com o mercado pode ser explicada, segundo North (2005), pela relação de dependência recíproca das organizações e das instituições, ou seja, a viabilidade, lucratividade e sobrevivência das organizações dependem do marco institucional vigente, na medida em que foi o próprio marco institucional que possibilitou que as organizações existissem da forma como elas são. Ou seja, é possível que as organizações rurais já estejam estruturadas de forma a manter a viabilidade considerando as instituições vigentes no que se refere à comercialização da produção.

Não obstante, segundo o PNF3,

a pecuária de corte carece de um trabalho de cadeia produtiva. Comércio, indústria e produção são desarticulados... e o produtor, por falta de articulação, associativismo, não tem o poder de reivindicar. Ao contrário do Uruguai, que tem o Instituto

Nacional da Carne. O produtor aqui tem acompanhamento dos órgãos oficiais somente na parte sanitária... (PNF3)

Neste sentido, pode-se verificar que a ausência de mudança institucional neste aspecto pode ser explicada pela falta de articulação das organizações rurais na forma de representação dos seus interesses, não tendo ainda sido verificados estímulos suficientes oferecidos pela matriz institucional para o surgimento de organizações que atuem neste sentido.

Com relação ao Papel do Estado no âmbito federal, dos pecuaristas não familiares entrevistados, cinco (PNF1, PNF2, PNF3, PNF5 e PNF6) já utilizaram ou ainda costumam tomar empréstimos bancários na forma de custeios ou financiamentos para investimento na atividade pecuária. Neste aspecto, foi destacado por PNF1 e PNF3 uma redução na utilização de tais instrumentos em razão da maior burocracia, aumento dos juros e com o objetivo de diminuir o endividamento e exposição da atividade. No mesmo sentido, o PNF5 somente utilizou uma vez do financiamento bancário e prefere não ter que utilizá-lo novamente. Com relação aos pecuaristas familiares, apenas o PF2 relatou obter financiamento por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

No que se refere à participação em programas de apoio ao desenvolvimento da atividade pecuária, três produtores não familiares entrevistados relataram a participação em programas conduzidos pelo Sebrae, Senar e/ou Farsul. Os pecuaristas PNF5 e PNF6 referiram que foram convidados e/ou indicados a participar do programa “Juntos para Competir” com foco na integração lavoura-pecuária, e relatam que tal programa está impactando positivamente nas suas atividades por meio da assistência técnica e orientações que recebem dos técnicos responsáveis pelo projeto.

Conforme relatado pelo PNF5, “é muito interessante esse programa deles, porque... tu para de olhar só para o teu umbigo... e vai ver outras coisas. Pela natureza humana, tu acha que tu é soldado do passo certo, mas tem que sair e ver outras coisas, ideias...”. O PNF3, por sua vez, relatou que participa do Programa Líder – Liderança para o Desenvolvimento Regional (promovido pelo Sebrae e Senar) e também acredita que a existência do Programa e a participação impactaram positivamente na sua atividade.

Com relação aos pecuaristas familiares, também tem destaque a participação dos produtores, por meio da Associação, nos programas do Sebrae, Senar e Farsul (principalmente Juntos para Competir) em conjunto com a Fundação Maronna, sendo que apenas dois produtores (PF2 e PF4) relataram ter utilizado a assistência técnica da Emater no passado. Neste aspecto, destaca-se o papel do programa Juntos para Competir que proporciona a difusão do conhecimento necessária à evolução das instituições.

Neste aspecto, verifica-se que a participação dos produtores familiares e não familiares nos referidos programas promovidos pelo Sebrae, Senar e Farsul promoveu mudanças nas escolhas produtivas das organizações rurais por meio dos processos de aprendizagem e acumulação de conhecimento, o quais, segundo North (2005), são fatores determinantes à evolução das instituições.

Ainda com relação ao Papel do Estado do âmbito federal, destaca-se as mudanças institucionais relativas às regras do Funrural e da obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural. Quando questionados sobre o impacto das recentes mudanças, grande parte dos pecuaristas familiares e não familiares entrevistados relataram que já se adaptaram às mudanças ou que as mudanças não afetaram diretamente a sua atividade. Com relação ao Funrural, apenas dois entrevistados foram afetados pelas mudanças e precisaram renegociar os débitos com o Governo Federal.

Por outro lado, com relação à atuação do Estado nas esferas estadual e municipal, principalmente no tocante às estradas rurais, todos os pecuaristas não familiares entrevistados fizeram referência à precariedade da condição das estradas rurais dos municípios, as quais não recebem ou recebem muito pouca manutenção pelo Estado, impactando diretamente de forma negativa na atividade pecuária. Tanto que os próprios produtores relataram que, muitas vezes, se reúnem com outros produtores para arrumar a estrada, pois as prefeituras enfrentam muita dificuldade neste sentido, gerando problemas de escoamento da produção.

Ao contrário dos pecuaristas não familiares, os pecuaristas familiares não demonstraram tanta insatisfação em relação às estradas rurais, mas também não relataram mudanças significativas neste sentido, sendo que alguns referiram que as estradas podem melhorar mais, “mas até que já melhorou”. Segundo o PF4, “sempre tem alguma coisa a desejar.... às vezes arrumam a estrada e vem uma chuva e estraga tudo... E política é essa coisa, entra Juca e sai Manduca e dê-lhe cordiona e guitarra...”. Neste aspecto, identifica-se que não houve uma mudança institucional com relação ao papel do Estado no âmbito da infraestrutura, especialmente manutenção das estradas rurais.

Assim, verifica-se que ocorreram mudanças nas instituições econômicas relacionadas aos sistemas de produção, com mudanças nos sistemas produtivos e técnicas de manejo tanto com relação a pecuaristas familiares como não familiares. No que se refere à comercialização da produção, não foram identificadas mudanças institucionais nos sistemas não familiares, tendo sido identificada mudança no sistema familiar pela introdução da venda conjunta de terneiros, mas tal mudança acabou sendo enfraquecida pela falta de adesão dos produtores que passaram a comercializar os terneiros individualmente. Com relação ao papel do Estado,

foram identificadas mudanças com programas estimuladores da produção e alteração de normas referentes ao CAR e Funrural. As mudanças nas instituições econômicas estão sintetizadas no Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 - Mudanças nas Instituições Econômicas

Grupo de Pecuarista	Sistemas de Produção	Comercialização / governança vertical	Papel do Estado
Pecuaristas familiares	Especialização do sistema produtivo (cria) e/ou incremento nas técnicas de manejo após ingresso na Associação	Organização da venda conjunta de terneiros Enfraquecimento da comercialização conjunta com percepção sobre novas oportunidades via aplicativo	Fundação Maronna e Juntos para Competir como estimuladores da produção CAR e Funrural
Pecuaristas não familiares	Mercado como indutor de mudanças de manejo Sucessão familiar como fator desencadeador da mudança produtiva	Não foram identificadas mudanças na comercialização	Sebrae, Senar, Farsul como estimuladores da produção CAR e Funrural

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.2 O Processo de Mudança das Instituições Organizacionais nos Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares

A dinâmica do setor produtivo da bovinocultura de corte da Bacia do Rio Ibirapuitã com relação às instituições organizacionais que norteiam a tomada de decisão dos pecuaristas, é representada enquanto as normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam as escolhas (e são determinadas pelas escolhas) dos agentes relacionadas à organização do setor produtivo, cooperação e difusão do conhecimento. Neste sentido, a partir das entrevistas com os produtores familiares e não-familiares, pode-se perceber a ocorrência de algumas mudanças ao mesmo tempo em que se verificaram instituições organizacionais com maior resistência à mudança.

Com relação à organização do setor produtivo e participação dos produtores nas entidades de classe ou grupos representativos, verificou-se que a maioria dos pecuaristas não familiares entrevistados não participa de forma ativa de nenhum sindicato, grupo ou associação representativa da categoria. Três produtores (PNF1, PNF2 e PNF5) relataram que não participam e nunca participaram de nenhuma entidade e sequer são sócios dos sindicatos

rurais locais. Os pecuaristas PNF4 e PNF6 relataram que são associados ao Sindicato Rural de Sant'Ana do Livramento, mas somente costumam comparecer em algumas votações ou reuniões, quando solicitado. Neste sentido, o PNF4 informou que é “sócio no Sindicato Rural, mas não sou atuante.. eles me chamam para votar, vou lá e voto, não participo das reuniões...” (PNF4).

Quando questionado sobre a participação em associações e entidades de classe, o PNF2 relatou que não acredita nestas reuniões. Segundo ele,

a ideia é boa, mas sempre se dispersa no meio do caminho... perde muito tempo reunido com as pessoas e nunca chegam a lugar nenhum. Acho muito boa a ideia, mas não acho fácil evoluir, começa a sair do assunto, um é muito radical para um lado, e outro para outro... não sou contra, sou bem a favor, mas é difícil... (PNF2)

Por outro lado, o PNF3 relatou que participa de alguns grupos conduzidos pelo Sebrae e Senar (como o Programa Líder), bem como participa de uma associação e/ou grupo de produtores de ovinos (o que também foi relatado pelo PNF6).

Quando questionados acerca da existência de lideranças na bovinocultura de corte da região, a maioria das organizações não familiares entrevistadas referiu não identificar nenhuma líder que se destaque na representação dos interesses do setor ou na mobilização dos demais produtores. Três pecuaristas entrevistados (PNF2, PNF3 e PNF4) citaram alguns nomes de produtores de destaque na bovinocultura de corte com perfil mais empresarial, mas não propriamente pessoas que exerçam o papel de liderança no sentido da representação do setor.

Segundo o PNF3, “tem esse perfil de lavoureiro pecuarista que conseguiu dar a mesma dinâmica na pecuária que na atividade agrícola... estes são os caras referência. Usam a integração lavoura-pecuária...”. Não obstante, o próprio PNF3 acredita que

o setor sempre foi disperso... a união vem muito através das lideranças... e as lideranças nem sempre são as pessoas de maior sucesso, pois eles alegam que não tem tempo de participar das entidades... e sobra para atuar nas entidades gente que já tem problema, que pelo fato de ter mais tempo é porque não deu certo... em toda a política de classe acontece isto, uma seleção negativa. (PNF3)

Neste sentido, identifica-se que não há uma articulação no sentido da organização do setor e participação na tomada de decisões de interesse dos produtores. Mesmo os produtores que são sindicalizados, pouco participam da tomada de decisões e acreditam que o sindicato exerce pouca ou nenhuma representação dos pecuaristas, tendo sido relatada apenas uma situação, no passado, em que houve alguma mobilização neste sentido. Assim, percebe-se que

há maior resistência à mudança institucional com relação à organização do setor produtivo e participação dos produtores na tomada de decisões.

Por outro lado, com relação aos pecuaristas familiares entrevistados, todos referiram que participam do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Alegrete bem como da Associação dos Produtores do Rincão do 28. Todos relataram que participam das reuniões mensais da Associação e, com relação ao Sindicato, têm pouca participação (até mesmo pela distância, na medida em que o Sindicato está localizado na zona urbana de Alegrete, ao contrário da Associação).

No que se refere à Associação dos Produtores, destaca-se o papel da Fundação Maronna como maior incentivadora à organização dos produtores e consequente estabelecimento da Associação. Conforme relatado pelos pecuaristas familiares, antes da existência da Associação, todos eles eram produtores que mantinham suas atividades perto da localidade do Rincão do 28, porém dispersos entre si. Por volta de 2007, a Fundação Maronna iniciou um movimento de conhecer os pecuaristas familiares da região e promover ações com o objetivo de difusão do conhecimento e inovações.

Os primeiros encontros dos produtores foram realizados nas residências de alguns pecuaristas com a orientação e condução da Fundação Maronna e, depois de aproximadamente dois anos, foi constituída a Associação e construída a sua sede em um terreno doado ao lado do Pólo do Rincão do 28. Até o presente momento, a Fundação Maronna, por meio de seus representantes, é parte integrante da Associação e principal liderança na condução das atividades e difusão do conhecimento aos associados.

Segundo relatado pelo PF1, a participação na Associação melhorou a condição de vida e trabalho,

até para as pessoas se reunirem, já é uma grande coisa, se não vive isolado... todo mundo isolado... antes no domingo a gente visitava os vizinhos, para conversar, passar o meio dia, agora isso terminou não tem mais... agora só se encontram no grupo. As coisas vem mudando... os afazeres, compromissos. (PF1)

No mesmo sentido, o PF3 relatou que antes da Associação, era cada um por si, e depois que entrou do grupo foi uma melhoria muito grande, “se eu não tivesse entrado no grupo, não teria feito curso de inseminação de gado, curso de inseminação de ovelha, até curso para usar motosserra” (PF3).

Pelo PF2 foi relatado que, quando a Fundação Maronna iniciou o projeto com os pecuaristas familiares da região, eles encontraram muita resistência com relação a alguns

vizinhos que sequer aceitaram receber as informações sobre o projeto, demonstrando muita desconfiança. Segundo o PF1, alguns vizinhos não entraram no grupo

porque eles acham que eles que sabem fazer, sabem se administrar.... que não precisam de ajuda de ninguém. Eles são mais resistentes.... também não querem dar informações sobre a produção... e chamam os do grupo de vagabundo, porque vão nas reuniões e com certeza não tem nada melhor para fazer. (PF1)

Neste sentido, identifica-se a ocorrência de uma mudança institucional com relação ao produtores participantes da Associação na medida em que eles perceberam novas oportunidades a partir da escolha de participar da Associação, alterando as crenças compartilhadas em relação à organização do setor produtivo.

Quando questionados acerca da cooperação e colaboração entre as organizações do setor produtivo, os pecuaristas familiares entrevistados acreditam que existe cooperação e união entre os produtores que participam da Associação, mesmo relatando algumas situações pontuais de atritos. Eles relatam que, antes da Associação, era cada um por si, e a Associação proporcionou que houvesse maior colaboração e união entre os associados, identificando-se uma mudança no sentido da cooperação a partir do prisma social. Ou seja, por meio da participação no grupo dos pecuaristas familiares, os produtores não estão mais sozinhos, são ouvidos e partilham experiências. Por outro lado, em relação aos demais pecuaristas da região, não participantes da Associação, os produtores familiares relataram ter pouca ou nenhuma relação, não identificando cooperação no setor produtivo.

No mesmo sentido, quando questionados acerca da cooperação entre os produtores, todos pecuaristas não familiares entrevistados referiram que o setor não é colaborativo e não existe cooperação entre os atores locais, tendo sido prevalente esta característica ao longo do tempo em que estão na atividade. Segundo o PNF5, os pecuaristas são unidos “só se for para passar uns por cima dos outros”, mas três produtores (PNF1, PNF2 e PNF6, os mais jovens dentre os seis entrevistados) identificam algum processo de mudança recente neste sentido.

Segundo o PNF1, os produtores da bovinocultura de corte da região são egoístas,

até porque acho que é da região, o pessoal aqui não é fácil. Até se tu for pedir um trator porque atolou um caminhão na estrada, capaz de não te emprestarem... É diferente do agricultor. Até outro dia eu estava comentando... o agricultor que nós plantamos lá, que são parceiros, é outro sistema de trabalharem, tão sempre se ajudando... ‘ah faltou semente’, aí o cara te manda um Whatsapp ‘se tu precisar me sobrou semente vem aqui e pega’... até porque o período deles é curto, eles tem que se unir para se ajudar... até porque já pelo sangue italiano ou alemão já tem isso aí... aqui quem planta soja vem de fora, Ibirubá, Cruz Alta, Erechim, o sistema deles é diferente. (PNF1)

No mesmo sentido, o PNF4 acredita que existe muita desunião e pouca cooperação entre os pecuaristas da região. Segundo o PNF4, os produtores

não se unem, não se organizam, de maneira nenhuma. Eles estão perdendo dinheiro, estão quebrando, e não se organizam... teoricamente o que que acontecia aqui: ele queria que o vizinho do lado morresse, ou quebrasse, para ele comprar o que era do vizinho. Isso aí era normal. Como hoje nem ele, nem o vizinho tem condições de comprar um do outro, tá tudo quebrado. (PNF4)

O PNF2 também acredita que o setor não é unido e pouco cooperativo e atribui tais características, inclusive, como possíveis causas à relação de desconfiança existente com os frigoríficos e falta de organização da cadeia produtiva. Segundo o PNF2, “nós passamos com os frigoríficos fazendo o que querem conosco... se todo mundo pudesse trancar [e não vender]... tenta fazer mas não consegue”. No mesmo sentido, o PNF4 aduz que

nesse momento que os frigoríficos estão correndo atrás de gado gordo, se eles quiserem baixar o preço, tem que dizer ‘eu não te vendo’... porque se eu te vender, vou quebrar, não vai fechar as contas. Mas ninguém faz isto. Eles [os produtores da região] vendem mal e não fazem isto. Passa 20 dias sem entregar boi para eles [frigoríficos] quero ver se eles não vão sentar para negociar contigo... mas tem que ser todo mundo. Não adianta Livramento fazer e Dom Pedrito não fazer, tem que ser todo mundo. Isso é quase utopia. Nunca existiu. (PNF4)

Neste aspecto da cooperação, identifica-se a existência de uma herança cultural e um modelo mental compartilhado entre os produtores da bovinocultura de corte no sentido do individualismo, da pouca interação entre os produtores, e até mesmo da desconfiança, características que podem estar relacionadas à própria formação econômica da região. Segundo North (2005), a matriz institucional reflete as crenças acumuladas na sociedade ao longo do tempo, de forma que a mudança nas instituições normalmente é um processo incremental que reflete as restrições impostas pelo passado no presente e no futuro.

Ou seja, em razão do predomínio de um sistema de criação extensiva e autossustentável, os produtores não tiveram a necessidade de buscar a cooperação entre os atores locais, difundindo-se um comportamento conservador, caracterizado pela acomodação e pela pouca disposição para enfrentar riscos. Ao contrário do que é verificado no tocante à agricultura, onde os ciclos são mais curtos e a modelos mentais compartilhados demonstram maior dinamismo e cooperação.

Por outro lado, os mais jovens pecuaristas não familiares entrevistados (PNF1, PNF2 e PNF6) identificam algum processo de mudança no sentido de maior cooperação entre as organizações rurais do sistema produtivo, principalmente por meio de grupos de Whatsapp com a finalidade de consertar as estradas rurais. Segundo o PNF1,

hoje o pessoal mais novo, já tem outra ideia... um cliente meu que é novo, 30 e poucos anos, ele tá organizando a arrumação de uma estrada que dá na propriedade dele e do sogro, quem faz tudo é ele, os mais velhos não fazem, ele capta dinheiro para os caras arrumarem a estrada, e ele vai ali, fiscaliza, vê o que falta, compra combustível. (PNF1)

No mesmo sentido, o PNF6 acredita que

o setor da pecuária não é unido... isso é uma coisa que está recém, talvez, querendo engatinhar... eu acho que é cultural... uma coisa que une muito é esses grupos de Whatsapp... mas não sei parece que o pessoal tem um receio, uma resistência... antes era muito pior, agora tá anos luz do que era antigamente. (PNF6)

Neste caso, novamente, destaca-se o papel da sucessão familiar e da mudança geracional como fatores importantes à evolução das instituições. Neste sentido, North (2005) esclarece que as percepções dos indivíduos são a chave para as escolhas que eles fazem, e as percepções dependem dos modelos mentais formados pelos indivíduos. Tais modelos mentais são resultado, em parte, da herança cultural dos indivíduos mas também da solução dos problemas do dia-a-dia e de aprendizado “não-local”, de forma que indivíduos de diferentes *backgrounds* (e diferentes gerações) deverão interpretar os mesmos fatos de forma diferente, fazendo escolhas diferentes.

Com relação à difusão do conhecimento e da inovação, todos os pecuaristas familiares entrevistados relataram que têm acesso às informações principalmente em razão da participação na Associação e por meio da assistência técnica prestada pela Fundação Maronna e entidades parceiras (Senar, Sebrae, Farsul). Segundo relatado pelo PF5, “antes era aprendizagem campeira, ia me espelhando num e noutro”. No mesmo sentido, o PF4 relatou que antes da participação na Associação não tinha nenhum acesso às inovações e tecnologias.

Neste sentido, fica evidenciado o importante papel do conhecimento para a evolução das instituições e, em última análise, das sociedades. Segundo North (2005), o estoque de conhecimento das organizações de uma sociedade é determinante do desempenho das economias e sociedades e as mudanças nesse estoque de conhecimento são a chave para a evolução das economias.

Por outro lado, a maioria dos pecuaristas não familiares entrevistados (PNF2, PNF3, PNF5 e PNF6) relataram uma maior facilidade no acesso às informações por meio da internet e redes sociais, identificando-se uma importante mudança neste sentido (antes o acesso à informação se dava mais por meio de cursos e palestras). Não obstante, também relataram (PNF1, PNF2, PNF3 e PNF6) que costumam ainda participar de congressos e “dias de campo”, os quais são eventos normalmente organizados por revendas de produtos veterinários com o objetivo de exposição e demonstração de produtos ou serviços.

Além das formas citadas acima, três produtores não familiares (PNF2, PNF4 e PNF6) relataram que buscam o acesso ao conhecimento por meio da conversa com outros produtores ou com técnicos na área. Segundo relatado pelo PNF4,

eu vou vendo, converso com um, converso com outro, vejo o que as pessoas estão fazendo... tu vai buscando, vê o que dá para fazer, o que não dá... tem um cara bem atualizado que me fala coisas muito interessantes... ele me dá essas dicas, ele é muito meu amigo, não me cobra nada, a gente tá sempre conversando. (PNF4)

Neste aspecto, verifica-se que houve uma mudança importante no sentido da facilidade ao acesso à informação, principalmente por meio da internet. Não obstante, tal mudança não se caracteriza propriamente uma mudança institucional, mas pode ser um fator relevante para estimular mudanças institucionais na medida em que o estoque de conhecimento é fator determinante à mudança institucional e ao desempenho das economias.

Com relação ao acesso à informação por meio de cursos, palestras e dias de campo, não foram identificadas mudanças institucionais, na medida em que tais eventos estão e sempre estiveram à disposição do produtor, sendo mais determinante o comportamento do produtor de escolher acessar ou não o conhecimento e adotar ou não as novas técnicas disponíveis – o que vai ser também determinado pelas instituições comportamentais. Por outro lado, também foi identificado um comportamento de acessar a informação por meios informais de troca de experiências, adotando-se o que parece mais conveniente ao produtor.

Assim, com relação às instituições organizacionais, não foram identificadas mudanças nos sistemas pecuários não familiares, nos quais não foram identificadas mudanças com relação à organização do setor produtivo, à cooperação e à difusão do conhecimento. Por outro lado, com relação aos pecuaristas familiares, foram identificadas mudanças nas instituições organizacionais por meio da criação e participação dos produtores na Associação. As mudanças nas instituições organizacionais estão sintetizadas no Quadro 6 abaixo.

Quadro 6 – Mudanças nas Instituições Organizacionais

Grupo de Pecuárasta	Organização do setor Participação em entidades	Cooperação / Colaboração	Inovação e difusão do conhecimento
Pecuaristas familiares	Criação da Associação dos Produtores do Rincão do 28	Cooperação entre os produtores da Associação	Associação como <i>locus</i> de difusão da inovação e conhecimento
Pecuaristas não familiares	Não foram identificadas mudanças institucionais		

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.3 O Processo de Mudança das Instituições Comportamentais nos Sistemas Pecuários Familiares e Não Familiares

A partir das entrevistas com os produtores familiares e não familiares, pode-se perceber a ocorrência de algumas mudanças com relação às instituições comportamentais que norteiam a tomada de decisão dos pecuaristas, entendidas enquanto as normas formais, informais e crenças compartilhadas que determinam as escolhas (e são determinadas pelas escolhas) dos agentes relacionadas às motivações para seguir e investir na atividade, aspectos culturais (comportamento conservador) e aspectos comportamentais (desconfiança e orgulho).

Quando questionados sobre as motivações para seguir e investir na atividade, cinco dos seis entrevistados (PNF1, PNF2, PNF3, PNF4, PNF6) citaram, em primeiro lugar, motivações como a tradição familiar, a satisfação pessoal (o gosto pela atividade) e o fato de ser a atividade que eles sabem fazer. O PNF5, por sua vez, referiu que sua motivação para seguir na atividade é por ser rentável e segura, predominando o aspecto da segurança da atividade.

Ou seja, percebe-se que a escolha pela atividade da bovinocultura de corte ainda está inicialmente relacionada a aspectos culturais, familiares e de segurança (motivações não econômicas), como afirmado por Miguel et al. (2006). No entanto, logo após citarem estas motivações não econômicas para seguir na atividade, os entrevistados relataram que percebem a mudança no sentido de que a atividade, hoje, “tem que se pagar” (PNF1), e precisa de investimentos em tecnologia e manejo para se manter competitiva.

Segundo o PNF2,

eu acho que principalmente na pecuária, tu tá em cima de um baita de um patrimônio... e as pessoas dizem ‘ah, é fazendeiro’, mas para fechar os números da pecuária, tu tem que ter uma vida bem regrada. O custo é alto e é demorado. Não dá para fabricar boi de uma hora pra outra. (PNF2)

O PNF6, por sua vez, referiu que dobrou a produtividade da pecuária de corte, na mesma área, nos últimos anos, demonstrando a preocupação com a intensificação da atividade para se manter competitivo.

No mesmo sentido, quando questionados sobre as motivações para seguir na atividade, cinco dos seis pecuaristas familiares entrevistados (PF1, PF2, PF3, PF4, PF5) citaram, em primeiro lugar, motivações como a tradição familiar, a satisfação pessoal (o gosto pela atividade) e o fato de ser a atividade que eles sabem fazer. O PF6 foi o único entrevistado que referiu ter uma motivação econômica para seguir na atividade, pois a considera lucrativa.

Pode-se perceber que, embora as motivações não econômicas ainda prevaleçam, os pecuaristas familiares entrevistados possuem uma compreensão de que é preciso fazer investimentos no negócio (de baixo ou nenhum custo, em termos de conhecimento, tecnologia, manejo) para permanecer e prosperar na atividade. Por meio da assistência técnica prestada pela Fundação Maronna em conjunto com entidades parceiras, os produtores foram sendo instruídos sobre a gestão do negócio de forma a buscar melhor produtividade.

O PF1 relatou hoje uma preocupação com a produtividade da atividade, tendo adotado grande parte das mudanças e orientações sugeridas pelos técnicos que vem lhe prestando assistência. O PF4 também vê hoje a pecuária como uma atividade rentável, inclusive referiu que está investindo na aquisição de mais áreas de campo e benfeitorias para o negócio. O PF5 relatou que hoje a atividade está sendo lucrativa, atribuindo grande parte deste sucesso à participação na Associação e assistência recebida.

Nesta perspectiva, observa-se um processo de mudança nas motivações e na racionalidade econômica das organizações rurais. Em razão da competitividade, as organizações estão alterando a percepção no sentido de que a bovinocultura de corte também precisa ser uma atividade lucrativa, além de ser uma atividade que lhes garanta segurança e com relação à qual eles possuam satisfação pessoal e tradição familiar. Neste sentido, North (2005) esclarece que as percepções dos indivíduos são a chave para as escolhas que eles fazem, e as percepções dependem dos modelos mentais os quais são resultado, em parte, da herança cultural dos indivíduos, mas também evoluem por meio da solução dos problemas locais do dia-a-dia e do aprendizado.

Com relação a aspectos culturais típicos dos pecuaristas da região da Bacia do Rio Ibirapuitã, destaca-se a presença de um comportamento conservador na tomada de decisões. Neste sentido, quando questionados se os produtores da região tinham um comportamento mais conservador (resistente às mudanças) ou mais empreendedor, todos os entrevistados (familiares e não familiares) identificam um comportamento predominantemente conservador, que pouco alterou ao longo do tempo, com bastante resistência às mudanças, e, principalmente, com relação aos produtores que estão na atividade há mais tempo.

Neste sentido, segundo o PF2, “70% dos produtores ainda estão parados, conservadores. Tem produtores que poderiam estar muito mais avançados e não estão, tem espaço e não fazem, estão muito presos... eles têm medo de fazer e não dar certo”. O PF4 também acredita que a maioria dos produtores ainda tem um perfil mais conservador,

porque a associação faz 12 anos que começou, e se fosse mais empreendedor, as pessoas que estão de fora, eles iam enxergar né... podia ter mais gente. E a

associação começou com 10, 12 produtores e continua. Eles não querem abrir o seu negócio para os outros não ficarem sabendo o que tu fez... 'é meu e eu que mando. Se eu abrir, os técnicos vão mandar e coisa e tal'. (PF4)

O PF6, por sua vez, concorda que ainda predomina um comportamento conservador, resistente e desconfiado entre os produtores da região, relatando que

muita gente não quer mudar, acha que tá bom assim, porque se mudar pode piorar. A gente até convida os vizinhos mais resistentes, mas eles não querem participar do grupo, não veem diferença, não acham vantagem, acham bobagem... medo de arriscar, medo de mudança. (PF6)

Neste sentido, o PNF5 acredita que os pecuaristas da região são muito conservadores e resistentes. Com relação às técnicas de manejo e controle sanitário “eu acho que eles não fazem porque não querem, ‘o papai sempre fez assim, o vovô sempre fez assim, por que eu vou fazer diferente?’ Não investem na manutenção do campo, no pasto...” (PNF5). Ademais, com relação às suas próprias escolhas, o PNF5 também admitiu que normalmente é mais conservador e tem “muito receio de fazer investimento grande e não ter certeza se vai ter condição de pagar” (PNF5). Por outro lado, relata que adota determinadas mudanças “porque se tu não te adapta às mudanças, elas passam por cima... mas temos muita cautela... cautela e caldo de galinha não faz mal a ninguém” (PNF5).

O PNF3 acredita que o comportamento conservador na região se perpetuou ao longo do tempo porque a atividade da pecuária tem esta característica de se auto sustentar,

o bioma é muito rico e permite ter uma margem... fazendo pouco o produtor ainda consegue evoluir, se conforma com a baixa renda. Só que este modelo tende a se extinguir... porque por pouco tempo ele consegue resistir, mas por muito tempo não consegue... vai se descaptalizando... a pecuária é mais lenta, os ciclos são mais longos. (PNF3)

Neste sentido, observa-se que a baixa intensidade de competição e uma maior disponibilidade de recursos naturais (ou seja, um baixo nível de escassez e competição) podem ter contribuído para manutenção deste comportamento conservador e resistente às mudanças ao longo do tempo. Isto porque, segundo North (2005), a mudança institucional ocorre quando a competição e o próprio pressuposto de escassez da economia induzem as organizações a investir em habilidades e conhecimento. Inexistindo tais pressupostos, os agentes não têm incentivo à mudança.

Ocorre que, não obstante os entrevistados identificarem esta predominância no comportamento conservador com relação aos produtores da região, principalmente com relação aos produtores com idade mais avançada, todos os entrevistados estão identificando mudanças neste sentido. O PNF1 acredita que hoje em dia a maioria ainda é conservador, mas

a geração mais nova está apresentando características mais empreendedoras. O próprio PNF1, por representar a nova geração familiar, acredita que possui perfil mais empreendedor do que conservador. No mesmo sentido, o PF6 acredita que está ocorrendo uma mudança em razão da sucessão familiar, na medida em que “a nova geração que tá vindo aí, tá vindo com outra mente... a própria tecnologia tá mudando, tá fazendo eles enxergar com outros olhos” (PF6).

Neste aspecto, o PNF2 acredita que os conservadores

estão por si só se aposentando ou o negócio tá tirando eles. Porque o negócio é muito justo. Se tu for conservador e a tua conta não fechar, tu acaba vendendo a terra ou arrendando para um terceiro. Só não tem mais conservadores porque eles estão saindo fora do negócio... A gente não é nada conservador, é o que dá mais dinheiro. (PNF2)

O PNF4 acredita que, historicamente, os pecuaristas da região são conservadores,

a escola é tradição, é um troço bem conservador, mas hoje a maioria tá indo embora, outros já morreram. Claro os que vem de atrás, os filhos, os netos já estão mudando... mas o nosso fazendeiro aqui é conservador... e a maioria se deu mal, começou a entrar em banco, se endividou, por trabalharem dessa maneira... e eu acho até que a questão de visão, as pessoas não enxergavam muito lá na frente. (PNF4)

Ou seja, os pecuaristas entrevistados possuem o entendimento que os produtores tradicionais da região, que estão há bastante tempo na atividade, normalmente possuem um comportamento mais conservador e resistente a mudanças, mas identificam uma mudança no que se refere à própria demanda do mercado e à sucessão familiar e na medida em que os filhos e netos passam a assumir os negócios.

O PNF3 também identifica mudanças no comportamento conservador com o avanço das atividades da agricultura na região. Segundo o PNF3,

a entrada da agricultura nas propriedades, na região deu uma outra dinâmica... a fruticultura também... então acho que essas novas atividades, a diversificação da matriz produtiva, mudou um pouco a cabeça do pecuarista. O pecuarista tradicional aqui na nossa região está na região do Basalto, [...] onde tem pedra, onde o solo não é arável, não tem vocação agrícola, onde o cara realmente só pode ter pecuária de corte, ou ovinos, equinos... Onde tem vocação agrícola já mudou bastante... eles mudaram por causa da redução das áreas de pecuária, houve oportunidade de negócio de ganho maior com a agricultura, a valorização dos campos [muitos venderam e migraram para outro local]. (PNF3)

O PNF5, por sua vez, identifica que as mudanças no comportamento dos pecuaristas também estão ocorrendo em razão da própria pressão do mercado e da necessidade de se manter competitivo. Neste sentido, PNF6 também identifica que os pecuaristas da região estão mudando e apresentando características mais empreendedoras

porque a atividade está buscando isto, o mercado exige isto hoje se não tu fica para trás... Até os antigos, os poucos que ainda estão na atividade, estão mudando, menos mas estão mudando, por exemplo, estão procurando fazer inseminação, cerca elétrica. (PNF6)

No mesmo sentido, os pecuaristas familiares entrevistados também demonstraram ter uma percepção diferente em razão da participação na Associação e das mudanças implementadas após as orientações e assistências técnicas recebidas. O PF3 relatou que os produtores integrantes da Associação gostam de saber e implementar as novidades, ao passo que os produtores de fora do grupo são mais resistentes. O PF6, por sua vez, acredita que é mais empreendedor do que conservador, e referiu estar “*aberto para novas perspectivas*” (PF6).

Neste aspecto, vislumbra-se um processo de mudança nas crenças compartilhadas das organizações com relação ao conservadorismo na tomada de decisões. Este processo de mudança, segundo North (2005), ocorre a partir do momento em que os agentes enfrentam a concorrência do mercado, percebem oportunidades novas ou alteradas, e podem decidir entre induzir a mudança institucional alterando as regras formais, informais ou as crenças compartilhadas.

Além da característica cultural referente ao conservadorismo e à resistência às mudanças, os pecuaristas entrevistados relataram aspectos comportamentais e características de desconfiança e orgulho que também se destacam entre os produtores da região, mesmo podendo resultar em prejuízo econômico ao negócio. Neste sentido, a maioria dos pecuaristas entrevistados referiram que efetivamente ainda existem produtores que “empilham” o gado no pasto, optando por não fazer o ajuste da lotação ou diferimento, para que “os outros” não pensem que ele está despovoado ou descapitalizado.

Segundo o PNF1, isto ainda acontece. Alguns produtores “têm muita vergonha de fazer diferimento, fechar aquela área 30, 40 dias e o vizinho do lado tá dizer ‘esse aí tá pelado’, ‘já tá se pelando, olha aí, tem uma área sem nada’. Isso é normal aqui” (PNF1). No mesmo sentido, o PNF2 relatou que certa vez deixou uma área de campo diferida por determinado tempo, “e o vizinho me perguntou se eu queria arrendar. Mas eu não estou preocupado com isso aí... e eu acho que quem tá preocupado com isso aí já tá fora do negócio... as mentes que pensam assim hoje já estão todas fora do negócio já” (PNF2).

Neste sentido, o PF3 relatou que “hoje mesmo eu fui ajudar um vizinho que perdeu um animal porque está amontoado de bicho, mas o vizinho não admite... ele está perdendo os animais... ele tem 80 anos, é difícil mudar” (PF3). Não obstante, os produtores entrevistados percebem que este comportamento afeta negativamente a atividade e identificam um processo de mudança. Segundo o PF1,

não adianta estar com o campo amontoado se não está produzindo... vai vender uns ratinho, ninguém quer. Hoje tá claro, tem que ter comida. As coisas vão mudando, vem os técnicos e vão te orientando como fazer... há 20, 30 anos atrás as pessoas

criavam da maneira deles... remédio muito pouco... o campo tinha que ser raspado, se não diziam que o fulano já se pelou porque o campo tá cheio de pasto.... Os técnicos fizeram os produtores enxergar isso aí. (PF1)

Ademais, os produtores entrevistados também fizeram referência a situações em que os pecuaristas possuem pasto ocioso e, mesmo assim, preferem não receber gado de terceiros por orgulho. A maioria dos pecuaristas entrevistados referiram que aceitariam receber animais de terceiros (em modalidades de pastoreio, ou parceria, ou capitalização) na eventualidade de terem uma área que esteja sendo subutilizada, como forma de rentabilizar o negócio. Não obstante, concordam que muitos produtores não fariam tal tipo de negócio por orgulho, medo ou vergonha.

Neste sentido, observa-se que existem aspectos comportamentais que afetam as escolhas produtivas dos pecuaristas da Bacia do Rio Ibirapuitã. Nestes casos, produtores acabam por seguir determinadas escolhas produtivas, de forma consistente, que não lhe garantirão o melhor resultado econômico para a atividade, persistindo as crenças compartilhadas nestes aspectos.

Além dos fatores culturais acima destacados, todos os produtores entrevistados concordam que existe uma relação histórica de desconfiança na comercialização dos animais aos frigoríficos, principalmente nas vendas a rendimento. Segundo o PNF3,

como não tem fiscalização nos frigoríficos, sempre existe uma desconfiança mútua... O frigorífico não trabalha com o produtor, é uma caixa preta, eles não abrem, não convidam... tem que forçar a barra para assistir um abate... Eu já assisti vários abates e corrigi problemas... eles exigem gordura 3 e não dão esclarecimentos sobre o que fazer, qual procedimento adotar, se fazer suplementação. O frigorífico poderia fazer um trabalho com o produtor para melhorar os rendimentos, mas há um distanciamento, é cada um na sua, isso aí eu acho que atrasa a cadeia... (PNF3)

O PNF5, que costuma vender a rendimento, relata que a desconfiança com relação ao desconto na carcaça sempre existiu, mas acredita “que a presença do produtor modifica o modus operandi do abate... e os descontos... raríssimos produtores vão assistir o abate...” (PNF5). Por outro lado, o PNF6, que tem a preferência de vender a peso vivo, relatou que já assistiu abates e não identificou uma mudança significativa no comportamento do frigorífico. Segundo ele,

o rendimento existe na maior parte do mundo, desde que as pessoas sejam sérias, o que não é o caso do nosso mercado. Eles sempre te tiram 5% do rendimento... e depois que teu bicho tá morto não tem como tu ressuscitar para te devolver o bicho, então não tem o que fazer. Então tu vendendo a peso vivo, pesou e deu, tem mais confiança. (PNF6)

No mesmo sentido, na comercialização de vacas para frigorífico, todos os pecuaristas familiares entrevistados referiram que preferem a comercialização a peso vivo do que a

rendimento, confirmando a existência de uma relação de desconfiança conforme relatado pelos pecuaristas não familiares.

Dessa forma, verifica-se que a prevalência da desconfiança nas relações entre produtores e frigoríficos pode ser compreendida em razão a existência de uma herança cultural e um modelo mental compartilhado entre os produtores da bovinocultura de corte no sentido do individualismo, da pouca interação entre os produtores, e até mesmo da desconfiança, características que podem estar relacionadas à própria formação econômica da região. Ademais, ainda não surgiram organizações que promovam a articulação das organizações rurais e representação dos interesses dos produtores com relação aos frigoríficos e à organização da cadeia produtiva, o que pode explicar a ausência de mudança institucional neste aspecto.

Assim, identifica-se a ocorrência de mudanças nas instituições comportamentais dos sistemas familiares e não familiares em razão do crescimento das motivações econômicas para seguir e investir na atividade. Também pode-se notar o surgimento de um comportamento menos conservador, e alteração de aspectos comportamentais, tanto nos sistemas familiares como não familiares, identificando-se um processo de mudança institucional neste sentido. As mudanças nas instituições comportamentais estão sintetizadas no Quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – Mudanças nas Instituições Comportamentais

Grupo de Pecuarista	Motivações para seguir e investir na atividade	Aspectos culturais Comportamento Conservador	Aspectos comportamentais Desconfiança/Orgulho
Pecuaristas familiares	Crescimento das motivações econômicas	Surgimento de um comportamento menos conservador e de mudanças comportamentais em razão da assistência da Fundação Maronna e pressão do mercado	
Pecuaristas não familiares	Crescimento das motivações econômicas	Surgimento de um comportamento menos conservador e de mudanças comportamentais em razão da sucessão familiar, pressão do mercado e do avanço da agricultura	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3 Relação das Mudanças Institucionais com o Potencial de Desenvolvimento Endógeno da Região

A partir das entrevistas com os pecuaristas familiares e não familiares pode-se perceber que algumas instituições econômicas, organizacionais e comportamentais estão passando por um processo de mudança. E isto, como se verá, tem um impacto direto no potencial de desenvolvimento endógeno da região da bacia do Rio Ibirapuitã.

Com relação aos pecuaristas não familiares, verificou-se que existe um processo de mudança no sentido da intensificação das atividades produtivas e da adaptação dos sistemas produtivos às novas demandas do mercado, o que é um aspecto positivo para a dinâmica do desenvolvimento da região. Ou seja, nota-se que os produtores estão reagindo à concorrência do mercado e alterando suas escolhas produtivas, provocando mudanças importantes para a dinâmica produtiva da região e um ambiente favorável para a inserção no mercado.

Ademais, verificou-se que a integração lavoura-pecuária está sendo um fator importante para a dinamização das atividades rurais na Bacia do Rio Ibirapuitã, sendo inclusive uma atividade fomentada por meio do programa Juntos para Competir. Os pecuaristas não familiares entrevistados identificaram um perfil mais empresarial dos produtores que fazem este tipo de integração, pela própria natureza da atividade agrícola de ciclos mais curtos, exigindo maior organização e até mesmo maior cooperação na cadeia produtiva.

No mesmo sentido, os pecuaristas familiares, a partir das orientações e conhecimentos técnicos disponibilizados pela Fundação Maronna em conjunto com entidades parceiras (Senar, Sebrae, Farsul), também alteraram suas escolhas produtivas no sentido da especialização na atividade de cria e na adoção de técnicas de manejo buscando a intensificação da atividade produtiva.

Neste aspecto, percebe-se que tais mudanças incrementam o potencial de desenvolvimento endógeno da região, na medida em que o desenvolvimento endógeno pressupõe um contínuo aumento da capacidade de agregação de valor sobre a produção, de forma que seja retido o excedente econômico gerado na economia local e/ou ocorra a atração de excedentes oriundos de outras regiões, promovendo a ampliação do emprego, do produto e da renda da região (AMARAL FILHO, 2001).

Por outro lado, também se verifica a introdução e difusão das inovações e do conhecimento tanto por meio do papel desempenhado pela Fundação Maronna como pelas entidades parceiras. Tais organizações estão promovendo a difusão do conhecimento entre os

pecuaristas familiares e também entre alguns pecuaristas não familiares por meio do programa Juntos para Competir com foco na integração lavoura-pecuária. Segundo Vázquez-Barquero (2009), o desenvolvimento econômico é dependente da introdução e difusão das inovações e do conhecimento, os quais promovem a transformação e a renovação dos sistemas produtivos, fatores determinantes ao desenvolvimento endógeno.

Embora se verifiquem as mudanças nas escolhas produtivas acima apontadas, não se identificaram mudanças nas normas formais, informais e crenças compartilhadas relacionadas às práticas de comercialização dos animais e organização da cadeia produtiva. Isto porque, conforme visto, ainda predomina um comportamento com pouca confiança e fidelidade na comercialização e limitada articulação da cadeia produtiva. Ainda que a utilização do Whatsapp tenha dinamizado as relações comerciais, dando maior velocidade e agilidade às transações, ainda assim não foi relatada propriamente uma articulação do setor produtivo. No caso dos pecuaristas familiares, foram relatados avanços em relação à venda conjunta dos carneiros, não obstante, tal prática vem perdendo adesão pelos associados, que estão preferindo a comercialização particular, buscando negócios economicamente mais lucrativos.

No mesmo sentido, tanto pecuaristas familiares como não familiares expressam desconfiança nas relações com os frigoríficos, especialmente nas vendas a rendimento, predominando um distanciamento dos frigoríficos em relação aos produtores, tendo sido relatado alguns casos pontuais de tentativas de estabelecimento de relações de confiança entre produtores e frigoríficos de pequeno e médio porte da região.

Neste aspecto, não se identifica a existência de uma organização flexível da produção nos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã, o que se pode entender como um fator limitante ao desenvolvimento endógeno da região. Isto porque, a organização do entorno em que se estabelecem as relações entre as empresas, os fornecedores e clientes condiciona a produtividade e a competitividade da economia local, constituindo-se em um fator central ao processo de acumulação de capital e ao desenvolvimento endógeno (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2000).

Ademais, a partir da formação e desenvolvimento de redes e sistemas flexíveis de empresas e organizações, a interação de empresas com atores locais e alianças estratégicas, percebe-se a geração de economias (externas e internas) de escala nos sistemas produtivos locais (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2007), o que não foi constatado com relação aos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã.

No que se refere à relação de desconfiança constatada entre produtores e frigoríficos, entende-se que, igualmente, é um fator limitante ao desenvolvimento endógeno da região. Isto

porque o desenvolvimento de forma endógena pressupõe a existência de relações de cooperação e confiança entre os atores da cadeia produtiva para que haja a troca de bens e serviços com baixos custos de transação (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Ademais, são determinantes aos processos de desenvolvimento das economias os códigos de comportamento da população e a cultura, aliados à existência e ao funcionamento dos contratos e mecanismos de governança que criam um clima de confiança, de forma que as firmas e os atores locais fazem investimentos e assumem riscos no ambiente cada vez mais competitivo (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Com relação ao papel do Estado, no âmbito federal, foram identificadas mudanças nas regras relativas ao Funrural e ao Cadastro Ambiental Rural, mas tais mudanças foram impostas “de cima para baixo”, e não propriamente determinadas pela interação das organizações rurais com o marco institucional vigente. Ademais, em razão de tais mudanças, não foram identificados impactos no potencial de desenvolvimento endógeno da região. Pelo contrário, no caso do Funrural, a insegurança jurídica que se perpetuou de 2011 a 2017, e as mudanças de posicionamento do Poder Judiciário brasileiro, são fatores que podem ter afetado negativamente as decisões de investimento das organizações rurais da pecuária de corte na região de análise.

No mesmo sentido, não foram identificadas mudanças no papel do Estado com relação à política agrícola, especialmente na forma de financiamentos ao setor produtivo, que tenham impacto relevante no potencial de desenvolvimento endógeno da região. Por outro lado, constatou-se que a atuação de entidades privadas de interesse público (como Senar, Sebrae e Farsul) desempenhou papel relevante na difusão do conhecimento e da inovação nos sistemas produtivos familiares e não familiares, o que, por sua vez, é um fator determinante ao desenvolvimento endógeno.

Com relação à atuação do Estado nas esferas estadual e municipal, identificou-se a questão da infraestrutura, especificamente a precária manutenção das estradas rurais como um aspecto que impacta negativamente o potencial de desenvolvimento endógeno da região. Ademais, não foram identificadas mudanças institucionais no padrão de investimento em infraestrutura em nível estadual e municipal, gerando pouco substrato para desenvolvimento regional. Isto porque, segundo Fuà (1988) uma boa rede de estradas e infraestrutura para acesso aos serviços são fatores importantes ao desenvolvimento endógeno das regiões.

No mesmo sentido, para Vázquez-Barquero (2010), as economias se desenvolvem quando as firmas conduzem suas atividades em cidades e regiões urbanas dinâmicas que têm

capacidade de fornecer às firmas recursos de qualidade e possibilitam externalidades e economias de proximidade que favorecem a eficiência das firmas.

Com relação aos aspectos organizacionais, foram identificados alguns entraves ao potencial de desenvolvimento endógeno da região, principalmente com relação aos pecuaristas não familiares, que relataram limitada capacidade de organização do setor produtivo e participam muito pouco na tomada de decisões relativas à atividade da pecuária de corte, não tendo sido identificadas mudanças institucionais neste sentido. Mesmo os produtores que são sindicalizados relataram pouca participação na tomada de decisões e acreditam que o sindicato exerce pouca ou nenhuma representação dos pecuaristas.

Ademais, os pecuaristas não familiares também relataram que o setor da bovinocultura de corte da região não é colaborativo e não existe cooperação entre os atores locais, tendo sido prevalente esta característica ao longo do tempo em que estão na atividade. Tais características de pouca organização e representação do setor produtivo e baixa cooperação entre os produtores são fatores limitantes ao desenvolvimento endógeno da região (VÁZQUEZ-BARQUERO; RODRÍGUEZ-COHARD, 2016). Neste sentido, segundo Amaral Filho (2002), a organização flexível da produção é um fator determinante ao desenvolvimento regional, sendo importante que os sistemas locais possuam elementos estruturantes comuns como: capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado, e articulação político-institucional.

A partir da formação e desenvolvimento de redes e sistemas flexíveis de empresas e organizações, a interação de empresas com atores locais e alianças estratégicas, percebe-se a geração de economias (externas e internas) de escala nos sistemas produtivos locais (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007), o que não se verifica no setor da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã.

Por outro lado, com relação aos pecuaristas familiares, foram identificados avanços importantes com relação à organização do setor produtivo por meio da iniciativa da Fundação Maronna e da subsequente criação da Associação dos Produtores do Rincão do 28. Verificou-se que o apoio da Fundação Maronna foi determinante para o estabelecimento da Associação, e a Fundação continua exercendo papéis de liderança e de estruturação das relações entre os associados. A Associação dos Produtores do Rincão do 28, por sua vez, vem se constituindo em uma entidade de representação dos interesses dos pecuaristas daquela localidade e um ambiente onde os pecuaristas podem trocar experiências e adquirir conhecimentos. A Associação também se transformou em um local para interação e convivência social dos

produtores, sendo importante para o fortalecimento dos vínculos, cooperação entre os associados e para a própria manutenção da atividade pecuária na região.

Neste sentido, a Associação, principalmente por meio do apoio da Fundação Maronna, exerce papel relevante na difusão do conhecimento e das inovações na cadeia produtiva e, em última análise, no incentivo ao desenvolvimento de forma endógena. Não obstante estes avanços constatados, foram identificados retrocessos com relação à comercialização conjunta dos carneiros pelos produtores associados. Tal desarticulação do setor produtivo, com a prevalência dos interesses particulares, demonstra um retrocesso no que se refere à estratégia coletiva de organização da produção, podendo ser identificada como um fator limitante ao desenvolvimento endógeno da região.

Por outro lado, com relação à difusão do conhecimento e das inovações entre os pecuaristas não familiares, verificou-se que o acesso foi facilitado pela internet e redes sociais, mas também sempre estiveram à disposição do produtor eventos, cursos e palestras por meio dos quais o produtor pode acessar a informação e as novidades. Neste sentido, não foram identificadas mudanças institucionais, sendo determinante, neste aspecto, as instituições comportamentais que orientam as escolhas dos pecuaristas de acessar ou aplicar o conhecimento adquirido.

No que se refere às instituições comportamentais, foi constatada a prevalência das motivações não econômicas para o exercício da atividade da pecuária de corte na região, tanto com relação aos pecuaristas familiares como não familiares. Percebe-se a existência de fatores culturais e comportamentais bastante enraizados (tradição familiar, satisfação pessoal) como determinantes para a escolha produtiva dos pecuaristas, fatores estes que podem conduzir a escolhas produtivas que não potencializam a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento endógeno.

Por outro lado, constatou-se um processo de mudança nas motivações e na racionalidade econômica das organizações rurais na medida em que, em razão da competitividade, e, por vezes, da sucessão familiar, as organizações estão percebendo que a bovinocultura de corte também precisa ser uma atividade lucrativa, além de ser uma atividade que lhes garanta segurança e com relação à qual eles possuam satisfação pessoal e tradição familiar.

Neste sentido, entende-se que a mudança é importante na medida em que as economias se desenvolvem quando as instituições mudam e se adaptam no sentido de proporcionar que empresas e atores cheguem a acordos, contratos e trocas com baixos custos de transação. Ademais, a mudança institucional se mostra como uma força principal de

desenvolvimento, pois a matriz institucional regula os processos de produção e as relações comerciais, bem como fornece o contexto no qual os atores tomam suas decisões de investimento (VAZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Com relação a aspectos culturais típicos dos pecuaristas da região da Bacia do Rio Ibirapuitã, verificou-se ainda a presença de um comportamento conservador na tomada de decisões, que pouco se alterou ao longo do tempo. Ou seja, os produtores entrevistados entendem que predomina na região um comportamento de resistência a mudanças, de forma que os produtores acabam tomando as mesmas escolhas produtivas, de que a criação do gado deve ser conduzida da mesma forma que sempre foi. Ademais, os produtores entrevistados ainda identificaram a presença, na região, de aspectos comportamentais (baseados no orgulho, por exemplo) que determinam escolhas produtivas pouco ou nada rentáveis, como é o caso da falta do ajuste de lotação com base na crença de que “os outros” vão achar o campo despovoado.

A manutenção deste tipo de comportamento, bem como a própria resistência a mudanças, são fatores limitantes ao potencial de desenvolvimento endógeno da região. Segundo Vázquez-Barquero (2010), a perspectiva do Desenvolvimento Endógeno sustenta que a mudança institucional é um fator determinante à ocorrência do desenvolvimento das economias, na medida em que a própria mudança e adaptação às novas condições permite que as organizações estabeleçam acordos e contratos, bem como troquem bens e serviços com baixos custos de transação, impulsionando a capacidade empreendedora, fortalecendo a confiança e as relações de cooperação entre os atores locais.

Neste sentido, verifica-se que existem aspectos culturais e comportamentais presentes no setor da pecuária de corte da Bacia do Rio Ibirapuitã que limitam o potencial de desenvolvimento endógeno da região na medida em que restringem a mudança das regras formais, informais e crenças compartilhadas entre os produtores rurais, mudança esta, por sua vez, que é fundamental ao desenvolvimento regional.

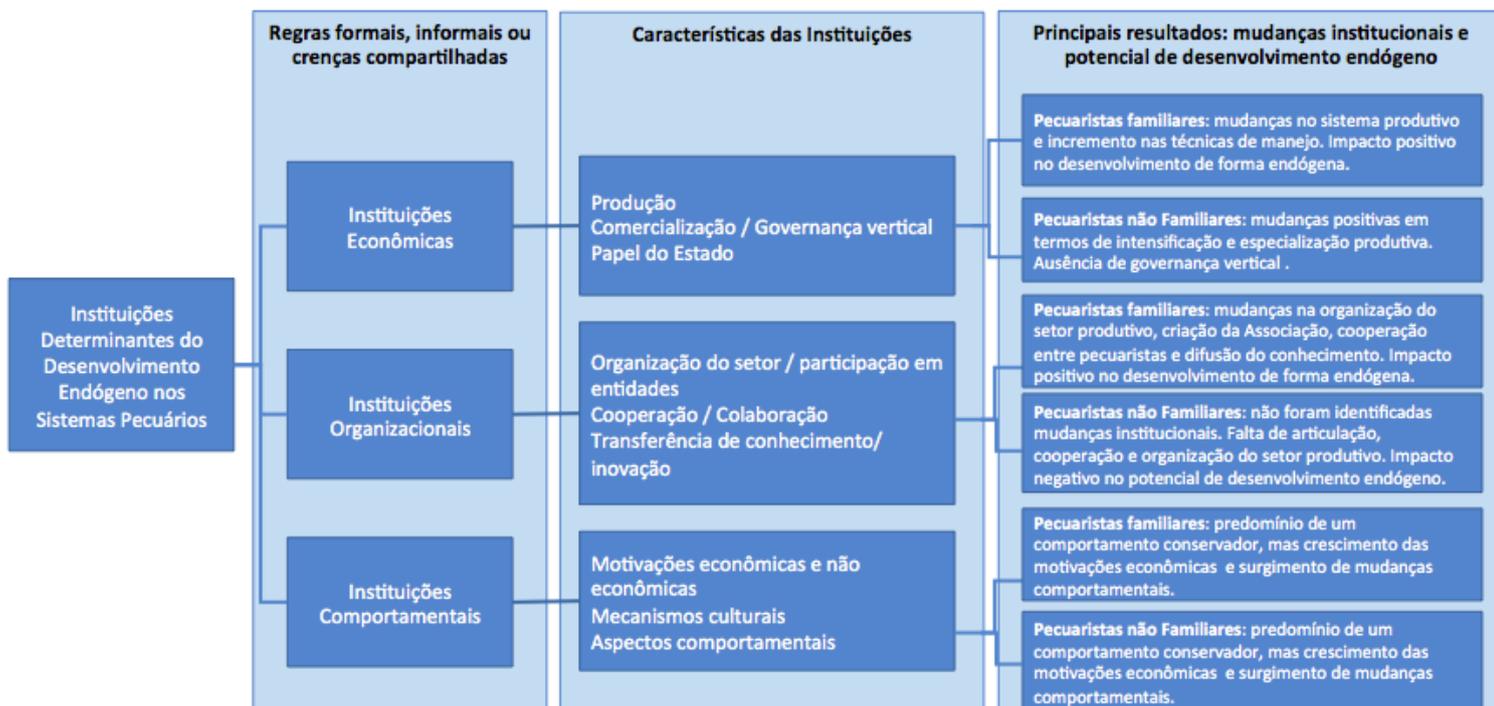
Embora se identifique a prevalência deste comportamento conservador com relação aos produtores da região, os pecuaristas entrevistados estão identificando processos de mudança para um comportamento mais empreendedor. Tais mudanças seriam decorrentes de processos de sucessão familiar (quando a nova geração passa a assumir os negócios da família), aumento da competitividade e pressão do mercado, avanço das atividades agrícolas (e mais dinâmicas) na região, e, no caso dos pecuaristas familiares, mudanças decorrentes da acumulação do conhecimento proporcionado pela Fundação Maronna em conjunto com as entidades parceiras.

Neste aspecto, segundo Fontoura (2019, p. 228), “a mudança de paradigma na produção pecuária não se restringe apenas à introdução de tecnologia na atividade pecuária, mas a uma mudança de comportamento de seus atores sociais e sua participação junto ao mercado”. Assim, o processo de mudança das instituições comportamentais dos pecuaristas familiares e não familiares da região da Bacia do Rio é determinante ao desenvolvimento endógeno na região também porque a falta de flexibilidade torna difícil a adoção das inovações necessárias ao desenvolvimento (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Em última análise, entende-se que, embora importantes, as mudanças institucionais identificadas ainda são muito incrementais, o que impossibilita a emergência do desenvolvimento endógeno na Bacia do Rio Ibirapuitã a partir dos sistemas pecuários familiares e não familiares no curto e médio prazo.

Por fim, na Figura 4 abaixo, apresenta-se de forma resumida os principais resultados apontados no presente capítulo.

Figura 4 – Principais Resultados



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar mudanças institucionais na trajetória de pecuaristas familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, para então averiguar se eventuais mudanças institucionais nos sistemas produtivos podem ser entendidas enquanto fator de desenvolvimento endógeno da região. Isto porque, nesta região, historicamente, tem sido identificado um baixo potencial para o desenvolvimento associado à uma realidade de pouca disposição a mudanças – especialmente na tradicional atividade da bovinocultura de corte – mudanças estas que, segundo Vázquez-Barquero, são fundamentais ao desenvolvimento.

Para o propósito do presente trabalho, e com base nos pressupostos do desenvolvimento endógeno, propôs-se um modelo teórico-empírico para a verificação das instituições econômicas, organizacionais e comportamentais presentes nos sistemas pecuários familiares e não familiares da Bacia do Rio Ibirapuitã e seus respectivos processos de mudança, para então verificar a relação destas (eventuais) mudanças com o potencial de desenvolvimento endógeno da região.

Neste sentido, foram verificadas características de flexibilidade e de resistência à mudança institucional nos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã, o que possui direta relação com o potencial de desenvolvimento endógeno da região. Com relação às instituições econômicas, verificou-se que o mercado está mudando, tornando-se mais competitivo e exigente no que se refere à qualidade, padronização do rebanho (genética) e intensificação da produção, fatores que estão induzindo mudanças por parte dos produtores.

Neste aspecto, ficou evidenciado que os produtores mudaram suas escolhas produtivas para se adaptar a esta nova realidade, especializando e intensificando a produção, sendo que estas mudanças demonstram a flexibilidade institucional e impactam positivamente no potencial de desenvolvimento endógeno da região. Ou seja, verifica-se que as escolhas produtivas são capazes de mudar e se adaptar a novas exigências para se manterem competitivas, o que é fundamental para a manutenção e desenvolvimento da atividade da pecuária de corte na região.

Para a ocorrência das mudanças acima relatadas, com relação aos pecuaristas não familiares, verificou-se que está sendo fundamental o papel exercido pela sucessão familiar e troca geracional para a implantação das mudanças e adaptação às novas realidades. Também se destaca o avanço das atividades agrícolas que trouxe maior dinâmica e novas referências à região. Tais fatores também estão contribuindo para a emergência de processos de mudança

nas instituições comportamentais, provocando estímulos de mudança para um comportamento menos conservador e com características mais empreendedoras.

Por outro lado, no caso dos pecuaristas familiares, a atuação da Fundação Maronna em conjunto com entidades parceiras (Senar, Sebrae, Farsul) proporcionou aos produtores o conhecimento e o apoio necessários para a percepção e adaptação às mudanças do mercado. Ficou bastante evidente que a liderança exercida pelos integrantes da Fundação Maronna, com destaque para o papel desempenhado pela ESP2, foram fundamentais para a união e articulação dos pecuaristas, tendo sido construída uma relação de confiança entre os produtores e os integrantes da Fundação Maronna.

Neste aspecto, pode-se constatar que as mudanças ocorridas na pecuária familiar na região do Rincão do 28, em Alegrete, foram bastante determinadas pelas relações construídas entre as pessoas envolvidas no processo. Ou seja, construiu-se uma relação de confiança entre os pecuaristas e os técnicos da Fundação Maronna e das entidades parceiras, tendo sido referido, por diversas vezes, pelos produtores entrevistados, a importância do papel desempenhado pelos técnicos, a forma dedicada e profissional com que conduzem suas atividades, o que foi determinante para que emergisse a confiança necessária à ocorrência das mudanças (ou processos de mudança) constatadas nas instituições econômicas, organizacionais e comportamentais com relação aos pecuaristas familiares.

A partir da criação da Associação dos Produtores do Rincão do 28, que se deu com o incentivo da Fundação Maronna, ocorreram avanços importantes em termos de organização do setor produtivo, cooperação entre os produtores associados e, principalmente, difusão do conhecimento e das inovações. Neste sentido, a Associação se tornou o principal local onde os produtores têm acesso ao conhecimento, que foi fundamental para a ocorrência das mudanças constatadas no sistema produtivo da pecuária familiar.

Com relação aos pecuaristas não familiares, identificou-se maior resistência à mudança nas instituições organizacionais e nas instituições relacionadas à comercialização da produção. Verificou-se que ainda predomina um comportamento com pouca confiança e fidelidade na comercialização e limitada articulação da cadeia produtiva, somando-se à relação de desconfiança na venda da produção aos frigoríficos. Estes aspectos impactam negativamente o potencial de desenvolvimento endógeno da região tanto por não terem mudado significativamente ao longo do tempo, como por não se verificar uma organização flexível da produção e nem relações de cooperação entre os atores locais.

Ademais, no tocante aos produtores não familiares, identificou-se limitada capacidade de organização do setor produtivo, não tendo sido identificada uma efetiva representação dos

produtores, nem mesmo participação dos produtores na tomada de decisões relevantes ao setor, o que pode ser atribuído à falta de interesse dos próprios produtores na participação e atuação em órgãos representativos.

Além da falta de engajamento dos produtores não familiares com relação à organização do setor produtivo, também se identificou que o setor da bovinocultura de corte da região não é colaborativo e não existe cooperação entre os atores locais, tendo sido prevalente estas características ao longo do tempo. Ou seja, não se observa uma estratégia coletiva de organização da produção e de mercado, sequer articulação político-institucional, o que dificulta iniciativas no sentido de fomentar o potencial de desenvolvimento endógeno da região.

A dificuldade de articulação do setor produtivo da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã, principalmente com relação aos pecuaristas não familiares, pode estar relacionada às instituições comportamentais identificadas na região. A prevalência de um comportamento conservador, resistente a mudanças, e de pouca confiança nas relações comerciais dificulta a união dos produtores e articulação de uma estratégia coletiva de organização da cadeia produtiva.

Ademais, ao contrário do que se verificou com relação aos pecuaristas familiares e o papel desempenhado pela Fundação Maronna, não foram identificadas lideranças no setor da pecuária não familiar, sequer a existência de relações de confiança e cooperação necessárias para a organização de estratégias e fortalecimento do setor produtivo como um todo.

Assim, verifica-se que estão ocorrendo mudanças institucionais positivas no que se refere às escolhas produtivas dos pecuaristas da Bacia do Rio Ibirapuitã, as quais estão evoluindo no sentido de permanecerem competitivas e representativas na matriz econômica da região. Não obstante, ainda existem aspectos organizacionais e comportamentais que dificultam o desenvolvimento da região de forma endógena, aspectos estes ainda muito relacionados com a formação econômica da região, baseada na pecuária extensiva e marcada pelo isolamento dos atores da cadeia produtiva.

Embora se possa concluir que a dinâmica encontrada na pecuária familiar do Rincão do 28, em Alegrete, contribui de forma mais efetiva para o desenvolvimento endógeno da região, é importante ressaltar que tal dinâmica foi forjada de forma exógena. Ou seja, a articulação dos pecuaristas familiares surgiu muito mais em razão da iniciativa e do estímulo da Fundação Maronna, do que propriamente por uma atitude dos próprios produtores da região. Tal constatação, de forma alguma, compromete a contribuição da pecuária familiar ao desenvolvimento endógeno da região, mas corrobora a ideia de que o setor da pecuária de

corte, por si só, é desarticulado, sendo importante iniciativas como as da Fundação Maronna para que existam avanços neste aspecto.

Espera-se que o presente trabalho tenha contribuído para a compreensão da realidade e das potencialidades de desenvolvimento endógeno dos sistemas pecuários da Bacia do Rio Ibirapuitã, apontando dimensões que ainda podem ser exploradas para fomentar o desenvolvimento da região e identificando mudanças que estão sendo relevantes para a manutenção e desenvolvimento da atividade produtiva da bovinocultura de corte na região.

Ademais, entende-se que o presente trabalho tenha contribuído, também, com relação à proposição de um modelo teórico-empírico para a análise de instituições e mudança institucional em sistemas produtivos pecuários, modelo este que poderá ainda ser aperfeiçoado e adaptado para utilização em outros sistemas produtivos.

No decorrer da pesquisa, ocorreram desafios que dificultaram a realização de algumas etapas do estudo. Com relação aos produtores não-familiares, houve bastante dificuldade no contato com produtores e disponibilidade destes em participar da pesquisa. Inicialmente, o ESP1 indicou quatro produtores rurais não-familiares com relação aos quais estabeleceu-se um contato e não se obteve retorno, ou se obteve retorno negativo. Diante desta dificuldade, a pesquisadora pediu indicações na Universidade, quando foi possível estabelecer um contato, inicialmente, com quatro produtores que concordaram em participar da pesquisa e, posteriormente, outros dois produtores foram indicados por um dos entrevistados.

Neste sentido, entende-se que a dificuldade em acessar os produtores não familiares demonstra uma resistência por parte dos produtores com relação à participação na pesquisa e fornecimento de informações. Ou seja, é possível que os pecuaristas não familiares que aceitaram participar da pesquisa tenham um comportamento menos conservador do que a maioria dos produtores da região.

Por fim, por meio do presente trabalho, espera-se ter demonstrado que o desenvolvimento endógeno da região da Bacia do Rio Ibirapuitã, localizada na Metade Sul do Rio Grande do Sul, pode ser potencializado por meio de ações e estratégias coletivas relacionadas ao setor da bovinocultura de corte, no sentido da organização da cadeia produtiva, do estímulo à cooperação entre os atores locais e ao desenvolvimento de lideranças, bem como da difusão do conhecimento e da inovação. Neste último aspecto, já se notam avanços importantes em razão da atuação da Fundação Maronna e do programa Juntos para Competir, que promovem assistência técnica tanto aos pecuaristas familiares como aos pecuaristas não familiares, contribuindo significativamente ao potencial de desenvolvimento endógeno da região.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

AMARAL FILHO, Jair do. É negócio ser pequeno, mas em grupo. CASTRO, Ana Célia (Org). **Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro II**. Ed. BNDES, 2002.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 23. Jun, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 14. Dez, 1996.

ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise sobre a Monocultura de Soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com base na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. In: **Revista Economia e Desenvolvimento**, vol. 26, n. 1, 2014.

AREND, M.; CARIO, S.A.F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucionalista de Douglass North. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, V. 26, Número Especial, p. 63 – 93, 2005.

AREND, M.; CARIO, S.A.F. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2 (39), p. 381-420, ago. 2010.

BALBINOT JUNIOR, Alvadi Antonio et al.. Integração lavoura-pecuária: intensificação de uso de áreas agrícolas. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 39, n. 6, p. 1925-1933, Set. 2009.

BANDEIRA, P. S. As Raízes Históricas do Declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BINS, Carlos Eduardo Escobar. **Dimensões Conceituais da Mudança Institucional nas Correntes Institucionalistas das Ciências Sociais**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 13. Jun, 1996.

BOISIER, Sergio. Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial. **Revista Austral de Ciencias Sociales**. n. 2, 1998.

BOISIER, Sergio. **Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial**. CEPAL, Santiago do Chile, 1999.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em 2 de abril de 2019.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 2 de abril de 2019.

BRASIL. IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 2 de abril de 2019.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/referencias/brasil/2017>. Acesso em 2 de abril de 2019.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 85-105, 2008.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, 2002.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **R. Econ. Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2002a.

CORONEL, Daniel A.; ALVES, Fabiano D.; SILVA, Mariângela A. Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica**. v.3, n. 2, 2007.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Mais Gráfica Editora: Brasília, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, Mar. 2002.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK; C. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul - 2017**. Porto Alegre: FEE, 2017.

FONTOURA, L. F. M.; PIZZATO, F. Recordações do Pampa – Estudo das transformações da atividade pecuária no Rio Grande do Sul. **Anais do 12o Encontro de Geógrafos de América Latina**, Montevideu, 2009.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Pampa: Terroir do Gado Bovino? In: **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 213-238, Abril. 2019.

FUÀ, Giorgio. Small-scale Industry in Rural Areas: the Italian Experience. ARROW, Kenneth J. **The Balance between Industry and Agriculture in Economic Development**. International Economic Association Series. Palgrave Macmillan, London. 1988.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **PIB municipal total per capita 2015**, 2017. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/20171214pib-municipal-total-per-capita-2015.xlsx>. Acesso em 2 de abril 2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul – 2015**, 2018. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**. v. 23, n. 2, abril-junho, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAIR JR., J. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEYDT, Dylan; HOFF, Debora Nayar; TROIAN, Alessandra. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS: Análise da Pecuária como Eixo Estrutural. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p.32-54, jul. 2018.

LASUEN, J. R. Urbanization and development: the temporal interaction between geographical and sectoral clusters. **Urban Studies**, 10, p. 163-188, 1973.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: Thorsten Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.33, n. 4 (133), p. 619-637, out./dez 2013.

MIGUEL, L. de A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; NABINGER, C.; SANGUINÉ, E.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. **Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

NIEDERLE, P. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das Indicações Geográficas. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 21-43, 24 out. 2014.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-37, Apr. 2010.

RATHMANN, Régis; HOFF, Debora Nayar; SANTOS, Omar Inácio Benedetti Santos; PADULA, Antônio Domingos. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. In: **RER**, Piracicaba, SP, vol. 46, no 02, p. 325-354, abr/jun 2008.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo sobre o modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SEBRAE/RS (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); SENAR/RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul). **Diagnóstico Integrado Dos Sistemas de Produção de Bovinos de Corte no Estado do Rio Grande do Sul**: Relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/ IEPE, 2005.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/pib-per-capita-rs-2015>.

SEVERO, C. M.; MIGUEL, L. A. A sustentabilidade dos sistemas de produção de bovinicultura de corte do estado do Rio Grande do Sul. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.11, n.3, p. 213-234, 2006.

TRENTIN, R.; ROBAINA, L. E. S. Classificação das unidades de relevo através de parâmetros geomorfométricos. **Mercator**, v. 15, n.3, p. 53-66, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARELLA, A. C.; CARDOSO, F. F. Rumos da pecuária de corte do RS e desafios para a pesquisa científica na visão da Embrapa Pecuária Sul. In: JORNADA [DO] NÚCLEO DE ESTUDOS EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE E CADEIA

PRODUTIVA, 9., 2014, Porto Alegre. **Pecuária agrícola: novos caminhos para a produção**: Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **The new forces of development: territorial policy for endogenous development**. Singapore: World Scientific, 2010.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno. Teorías e políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**. n. 11. Madrid, 2007.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE**. v. XXVI, n. 79. Santiago, 2000.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Endogenous Development: Networking, Innovation, Institutions and Cities** (Routledge Studies in Development Economics). London and New York: Taylor and Francis, 2003. Kindle Edition.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio; RODRÍGUEZ-COHARD, Juan C. Endogenous Development and Institutions: Challenges for Local Development Initiatives. **Environment and Planning C: Government and Policy**, vol. 34, n. 6, Set. 2016.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Mestranda: Bruna Coradini Nader Adam

Orientador: Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana

Roteiro das entrevistas em profundidade a serem conduzidas com especialistas no sistema produtivo da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã.

Perguntas relacionadas às Instituições Econômicas:

- a. Como normalmente são feitas as transações relacionadas à produção.
- b. Principais mudanças ocorridas nos processos de produção e comercialização.
- c. Existência de acordos / contratos formalizados e eventuais mudanças ao longo do tempo.
- d. Principais leis e regras aplicáveis ao sistema produtivo (entraves e facilitadores) e mudanças ocorridas.
- e. Papel do Estado / programas governamentais.

Perguntas relacionadas às Instituições Organizacionais:

- a. Participação dos produtores em entidades de classe, organizações, associações de produtores, comitês técnicos ou temáticos.
- b. Atuação de tais organizações e mecanismos de participação nas decisões que afetam o sistema produtivo e na comercialização agropecuária.
- c. Principais lideranças e como as lideranças participam ou contribuem para a atividade.
- d. Existência de cooperação / governança horizontal no sistema produtivo.
- e. Principais mudanças tecnológicas nos sistemas produtivos nos últimos anos.
- f. Nível de relacionamento com organizações de difusão de conhecimento e inovação.
- g. Formas de acumulação de conhecimento / progresso técnico nos sistemas produtivos.

Perguntas relacionadas às Instituições Comportamentais:

- a. O que o arroz / a soja / a pecuária de corte significa para os produtores rurais.
- b. Significado da Bacia do Rio Ibirapuitã para os produtores rurais.

- c. Motivações dos produtores para produzir, investir e comercializar seu produto.
- d. As motivações se modificaram ao longo do tempo?
- e. Comportamentos dos indivíduos que facilitam e/ou inviabilizam o desenvolvimento da atividade.
- f. Importância de aspectos culturais para organização da produção.
- g. Existência de conflitos e/ou relações de poder na relação entre produtores (horizontal) ou entre produtores e indústria (vertical).

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Mestranda: Bruna Coradini Nader Adam

Orientador: Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana

Roteiro das entrevistas semiestruturadas conduzidas com produtores do sistema produtivo da pecuária de corte na Bacia do Rio Ibirapuitã.

Instituições Econômicas

1) Sistema Produtivo

- a. Qual o seu sistema produtivo? Cria / recria / ciclo completo / invernador? Ocorreram mudanças no sistema produtivo?
- b. O Sr. faz parceria de animais?
- c. O Sr. tem integração com lavoura? Ocorreram mudanças neste sentido?
- d. O Sr. terceiriza algumas atividades relacionadas à produção? Desde quando?
- e. Qual o impacto do avanço da soja na região de sua propriedade?

2) Comercialização

- a. Como ocorre a gestão da comercialização da produção? Quando vende e para quem? Existem acordos formalizados?
 - i. A comercialização mudou tendo em vista os novos padrões de consumo?
- b. O Sr. comercializa por meio de Feiras / Corretores / Whatsapp / Navio?
- c. Como ocorre a comercialização aos frigoríficos? A peso vivo ou a rendimento? Ocorreram mudanças neste sentido?

3) Leis e normas aplicáveis

- a. Com relação às recentes mudanças no Funrural, a sua atividade sofreu algum impacto?
- b. Com relação à obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural, o Sr. já está adequado? Notou algum impacto na sua atividade?

4) Estado

- a. O Sr. já utilizou o auxílio da Emater ou Secretaria Agricultura? Ocorreram mudanças neste sentido?
- b. O Sr. já utilizou ou utiliza crédito para custeio e investimento? Ocorreram mudanças neste sentido?
- c. Qual sua opinião sobre manutenção das estradas rurais? Ocorreram mudanças neste sentido?

5) Tecnologia

- a. A sua produção se dá somente em campo nativo ou também utiliza pastagem? Faz controle sobre lotação, ajuste de carga, diferimento? Costuma fazer melhoramento do campo nativo, adubações, correções? Ocorreram mudanças nestes aspectos?
- b. Utiliza suplementação animal (vacas e/ou terneiros)? Mudanças?
- c. Costuma buscar a padronização do rebanho / melhoramento genético? Desde quando?
- d. Costuma fazer inseminação? Desde quando?
- e. Possui troncos mais tecnificados e cerca elétrica? Desde quando?
- f. Principais mudanças nas tecnologias empregadas?

Instituições Organizacionais

1) Participação em Grupos e Associações / Ass. Raça / Vizinhos

- a. O Sr. participa de reuniões de grupos ou associações? Tem interação com outros produtores? Ocorreram mudanças neste aspecto?
- b. O Sr. acredita que o setor da pecuária de corte da região é colaborativo / é unido? Existe cooperação entre os produtores ou na cadeia produtiva? Ocorreram mudanças neste aspecto?
- c. O Sr. costuma fazer compras ou vendas em conjunto? Ocorreram mudanças neste aspecto?
- d. O Sr. identifica alguma liderança no setor? Existe mobilização produtores? Ocorreram mudanças neste aspecto?
- e. O Sr. participou de cooperativa / CITE no passado? Ou ainda participa?

2) Difusão do conhecimento e da inovação

- a. Onde o Sr. tem acesso ao conhecimento / novidades? Tem interesse em acessar novidades / conhecimento? Ocorreram mudanças neste aspecto?
- b. O Sr. costuma adotar as inovações / novas tecnologias? Ocorreram mudanças neste aspecto?
- c. O Sr. recebe algum tipo de assistência técnica? Paga pelo serviço?
- d. Qual o papel das tecnologias de informação (TV, whatsapp, redes sociais) na obtenção de novidades? Ocorreram mudanças neste aspecto?

Instituições Comportamentais

1) Motivações para permanecer na atividade

- a. Por quê o Sr. permanece na atividade da pecuária de corte?
 - i. Faz investimentos no negócio? Por quê?
 - ii. Tem preocupação com a produtividade? Mudanças neste aspecto?

2) Aspectos culturais e comportamentais: conservadorismo / resistência a mudanças / desconfiança

- a. Como o Sr. enxerga os pecuaristas da região: conservadores ou empreendedores? Resistentes ou abertos as mudanças? Identifica mudanças neste sentido?
 - i. No seu caso, o Sr. acredita ser conservador ou empreendedor?
 - ii. Como avalia a adoção das novas técnicas de manejo, IATF?

- iii. O Sr. acredita que alguns produtores deixam de ajustar a lotação dos bovinos para não parecer despovoado descapitalizado?
- b. A forma de venda conjunta aumentou a confiança nas relações de compra e venda? Antes existia desconfiança em relação ao comportamento do comprador?
- c. Quem vende para o frigorífico tem uma relação de confiança ou desconfiança? Identifica mudanças neste aspecto?
- d. Se o Sr. tiver eventualmente pasto ocioso, faria alguma parceria para receber gado de terceiros?
- e. Sua qualidade de vida e renda melhorou, piorou ou manteve-se a mesma nos últimos dez anos? Por quê?